

CONTRA
CRIMINALIZAÇÃO
DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

A **psicologia**
no enfrentamento
ao **racismo**
O que eu tenho
a ver com isso?

CAMPANHA ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS
VIOLÊNCIA DE ESTADO
ONTEM E HOJE
DA EXCLUSÃO
AO EXTERMINIO


EM DEFESA DAS FAMÍLIAS
Contra o Estatuto da família - PL. 6503

PRÊMIO MARCUS VINÍCIUS
DE **PSICOLOGIA** E
DIREITOS HUMANOS


PSICOLOGIA
todo dia, em todo lugar
por uma sociedade mais
democrática e igualitária

40
cadernos temáticos CRP SP
Psicologia e
Segurança Pública

VII Prêmio
ARTHUR
BISPO DO
ROSÁRIO


CICLO DE
DEBATES
SOBRE
PSICOLOGIA
DO ESPORTE

História
e Memória
do Psicólogo em SP

PSICOLOGIA, LAICIDADE
E AS RELAÇÕES COM A
RELIGIÃO E A ESPIRITUALIDADE


PSICOLOGIA, LAICIDADE
E AS RELAÇÕES COM A
RELIGIÃO E A ESPIRITUALIDADE

RELATÓRIO DE GESTÃO

XIV plenário · set/2013 a set/2016

Construindo
caminhos

Medicalizar
não é
solução

'Ouvi falar...'
Disseminando sobre
a Lei 10.409
nas escolas
e em outros locais

LES
PASSARÃO
NÓS
PASSARINHOS
Semana da Luta Antimaricagem 2015

35
Anos

SEMINÁRIO
ESTADUAL DE
PSICOLOGIA
ORGANIZACIONAL
E DO TRABALHO:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
PARA A(O) PSICÓLOGA(O)
NAS ORGANIZAÇÕES
DE TRABALHO

Psicologia no
tribunal de Justiça

BRINCAR PARA VALER
VALER PARA BRINCAR
ECA
25 ANOS

RELATÓRIO DE GESTÃO

XIV Plenário CRP SP · 27/09/2013 a 23/09/2016

Conselho Regional de Psicologia de São Paulo

XIV Plenário

Presidenta

Elisa Zaneratto Rosa

Vice-presidenta

Adriana Eiko Matsumoto

Secretário

José Agnaldo Gomes

Tesoureiro

Guilherme Luz Fenerich

Conselheiras(os) efetivas(os)

Aristeu Bertelli da Silva

Gabriela Gramkow

Graça Maria de Carvalho Camara

Ilana Mountain

Joari Aparecido Soares de Carvalho

Janaina Leslão Garcia

Joari Aparecido Soares de Carvalho

Luiz Eduardo Valliengo Berni

Luis Fernando de Oliveira Saraiva

Maria Ermínia Ciliberti

Marília Capponi

Moacyr Miniussi Bertolino Neto

Conselheiras(os) suplentes

Alacir Villa Valle Cruces

Bruno Simões Gonçalves

Camila de Freitas Teodoro Godinho

Dario Henrique Teófilo Schezzi

Jonathas José Salathiel da Silva (*In Memoriam 14/08/2015*)

Gustavo de Lima Bernardes Sales

Lívia Gonsalves Toledo

Maria das Graças Mazarin de Araújo

Mirnamar Pinto da Fonseca Pagliuso

Regiane Aparecida Piva

Sandra Elena Sposito

Sergio Augusto Garcia Junior

Silvio Yasui

Expediente

Gerente Geral

Diógenes Pepe

Coordenadora Técnica

Daniela Aparecida Martins

Projeto Gráfico e Diagramação

Paulo Mota

Organização

Daniela Aparecida Martins

Sede CRP SP

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América

Cep. 05410-020, São Paulo, SP

tel. (11) 3061-9494, fax. 3061-0306

site: www.crsp.org.br

Subsedes CRP SP

Assis: tel. (18) 3322-6224, 3322-3932

Baixada Santista e Vale do Ribeira: tel. (13) 3235-2324, 3235-2441

Bauru: tel. (14) 3223-3147, 3223-6020

Campinas: tel. (19) 3243-7877, 3241-8516

Grande ABC: tel. (11) 4436-4000, 4427-6847, fax. 4990-7314

Ribeirão Preto: tel. (16) 3620-1377, 3623-5658, fax. 3913-4445

São José do Rio Preto: tel. (17) 3235-2883, 3235-5047

Sorocaba: tel. (15) 3211-6368, 3211-6370

Vale do Paraíba e Litoral Norte: tel. (12) 3631-1315

Comissões Gestoras

Assis

Coordenador

Silvio Yassui

Subcoordenador

Edgar Rodrigues

Membros

Priscila Rabelo de Souza

Fabiana de Andrade

João Renato Ciabattari Pagnano

Baixada Santista e Vale do Ribeira

Coordenadora

Mirnamar Pinto da Fonseca Pagliuso

Subcoordenadora

Mary Ueta

Membros

Alexandra Lellis dos Santos

Daniella Stazack de Araújo

Igor da Costa Borysow

Bauru

Coordenadora

Sandra Elena Sposito

Subcoordenadora Adjunta

Marta Alice Nelli Bahia

Membros

Ederson Ribeiro Costa

Marcio Magalhães da Silva

Campinas

Coordenador

Gustavo de Lima Bernardes Sales

Subcoordenadora

Rita de Cássia Oliveira Assunção

Membros

Daniel Brandão de Souza

Giseli de Fátima Assoni

Suely Castaldi Ortiz da Silva

Grande ABC

Coordenadora

Camila de Freitas Teodoro Godinho

Subcoordenador

Reginaldo Branco da Silva

Membros

Flávia Roberta Eugênio

Ivani Francisco de Oliveira

Leonardo Milan





Ribeirão Preto

Coordenador

Dario Henrique Teófilo Schezzi

Subcoordenadora

Luciana Stoppa dos Santos

Membros

Ariel Barato Gomyde

Beatriz Marques de Mattos

Fernando Calzavara de Oliveira

São José do Rio Preto

Coordenadora

Maria das Graças Mazarin de Araujo

Subcoordenadora

Laura Lúcia dos Santos Leher

Membros

Claudia Cristina Lofrano

Kleber Chaves Pereira

Luzia Emília Sanchez Ayala Pitangui Calixto

Sorocaba

Coordenador

Sérgio Augusto Garcia Junior

Subcoordenador

Danilo Gomes dos Santos

Membros

Camila Taraborelli Lopes Lara

Ivana do Carmo Souza

Vale do Paraíba e Litoral Norte

Coordenadora

Lívia Gonsalves Toledo

Subcoordenador

Luiz Henrique de Sá Mendes Fonseca

Membros

Bruna Lavinias Jardim Falleiros

Vinicius Cesca de Lima

Wilson Flavio Lourenço Nogueira

Região Metropolitana

Colaboradores

Aristeu Bertelli da Silva

Alessandro de Oliveira Campos

Clarice Pimentel Paulon

Magna Barboza Damasceno

Maria Cristina Dancham Simões

Mário Victor Senhorini Franco

Sumário

Apresentação

Gestão das Ações Políticas do CRP SP 2013-2016

Eixo I - Democratização do Sistema Conselhos e Ampliação das Formas de Interação com a Categoria

Comunicação com a categoria e a sociedade
Transparência da Gestão
IX COREP/CNP
Atualização do PCCS
Oficinas de Sensibilização e Enfrentamento ao Racismo Institucional
Acessibilidade
Mediação em Processos Éticos
Reestruturação dos processos de atendimentos
Ampliação da Regionalização
Psicologia Todo Dia, em Todo Lugar: por uma sociedade mais democrática e igualitária
Apoios e parcerias com entidades da Psicologia e outras entidades

Eixo II - Contribuições Éticas, Políticas e Técnicas nos processos de trabalho

Atuação da Comissão de Orientação e Fiscalização
Atuação da Comissão de Ética
Processos Disciplinares Ordinários
Análise para Concessão do Título Profissional de Especialista
Entregas de Carteira de Identidade Profissional
Notas Técnicas e Documentos de Orientação
Nota técnica de orientação à categoria sobre a escuta de crianças e adolescentes
Nota Técnica sobre o exercício da acupuntura pela/o psicóloga/o
Nota Técnica Sobre a Suspensão da Resolução CFP 012/2011 - Atuação da/o psicóloga/o no âmbito do sistema prisional
Nota Técnica sobre cobrança da contribuição do CRA
Documento de Orientação para Atuação Profissional n.º 01/2015 - Saúde Suplementar
Nota de Orientação CRP-SP 01/2016 - sobre o atendimento psicológico a pessoas em conflito com sua orientação sexual e identidade de gênero
Nota Técnica CRP-SP 02/2016 - Relatórios Técnicos Produzidos por psicólogas/os no contexto de internação provisória, internação e semiliberdade das medidas socioeducativas
Documento de orientação frente ao atendimento de mulheres em situação de interrupção da gravidez
Debates realizados com a categoria
Ciclo de Debates sobre a Psicologia do Esporte
Seminários Estatuais sobre Psicologia e Laicidade
Psicologia no Tribunal de Justiça
Psicologia e segurança pública
Seminários e eventos sobre a Questão Racial
Debates sobre Psicologia e Povos Indígenas

Seminário 25 anos do ECA: qual o balanço dessa história?
Rodas de Conversa Fundação Casa, diálogos e desafios
Psicologia e a questão das drogas
Seminários Estaduais de Psicologia e Educação
Seminário Estadual de Psicologia Organizacional e do Trabalho
Debates sobre Psicologia e as questões e relações de sexualidade e gênero
Psicologia, deficiência e pessoas com deficiência
2º Seminário Estadual sobre Psicologia em situação de emergências e desastres
Psicologia Popular
Oficinas sobre elaboração de documentos escritos
Psicologia e Assistência Social
Psicologia do Trânsito e mobilidade urbana
Atuação da Psicologia na saúde
Psicologia, saúde mental e luta antimanicomial
Eventos sobre Psicologia Clínica e Psicoterapia
Vídeo Clube

Seminários Psicologia e Políticas Públicas
Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas
Atualização de publicações e referências profissionais
Livros
Cadernos Temáticos
Campanha sobre as Resoluções CFP 018/2002 e CFP 01/99
História e Memória da Psicologia em São Paulo
Diálogos com o campo da Formação

Eixo III - Ampliação da participação da Psicologia e Sociedade nas Políticas Públicas

Direitos Humanos
Campanha 25 anos do ECA
Manifestações do CRP SP pela garantia de Direitos
Participação social na defesa de Políticas Públicas
Atividades da Comissão de Acompanhamento de Processos Legislativos
Condições de Trabalho
Cartilhas Populares
Apoios e parcerias com movimentos sociais

Considerações Finais

Apresentação

Relatar uma gestão do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo não é tarefa fácil. Trata-se de um processo vivo, cotidiano, permanente, complexo e intenso. Envolve muitos atores e muitas dimensões. Dos atores, podemos citar todas/os as/os conselheiras/os, gestoras/os, colaboradoras/es que atuaram na gestão, os trabalhadores responsáveis pela execução do trabalho no dia a dia do Conselho, profissionais ligados a entidades parcerias, as/os psicólogas/os que demandam, circulam e participam das atividades do CRP SP, os usuários e a sociedade, que nos provocam permanentemente a reinventar projetos. Das dimensões, elas são múltiplas: envolvem os processos de regulação e produção de referências para o exercício profissional; as ações de fiscalização e orientação das práticas em Psicologia; a tramitação e julgamento das representações apresentadas pela sociedade; as instâncias decisórias da política, da gestão e da administração da entidade, em sua dimensão estadual e nacional; as articulações no âmbito do Sistema Conselhos de Psicologia; a sustentação dos mecanismos de participação e democratização da entidade; a gestão dos recursos financeiros e humanos; a adequação às diretrizes da administração pública e as interfaces com as instâncias responsáveis pelo rigor dessa administração; a criação e produção de estratégias de comunicação com a categoria e a sociedade; as ações em parceria com outras entidades, coletivos e movimentos sociais; as respostas às demandas de participação e representação da entidade; o posicionamento e protagonismo da Psicologia na defesa de direitos; a produção de materiais de referência para a prática profissional da Psicologia. Poderiam, certamente, ser nomeados tantos outros.

Ao escolhermos um caminho para relatar a gestão, não pretendemos esgotar a pluralidade e completude de suas ações. Elas seguirão relatadas nas memórias dos encontros produzidos, nos efeitos e desdobramentos provocados, nas incompletudes que restaram como desafios, nos registros documentais. Seguirão como história, sendo que a esse relatório coube apenas um registro possível dessa história, como fotografia de um processo múltiplo e de um processo em movimento. Para fazê-lo, escolhemos um recorte: o recorte da prestação de contas das ações efetivadas em resposta às deliberações dos Congressos de Psicologia que definiram diretrizes para essa gestão (VIII COREP e VIII CNP). Tais ações, para responder a essas diretrizes, compõem um todo, de tal modo que o registro possível se dá a partir de fragmentos, representados por algumas ações capazes de expressar o sentido e a direção ético-política do processo em construção.

Portanto, esse relatório não apresenta todas as ações realizadas pela gestão do CRP SP no período de 2013-2016. Ele destaca algumas delas, por sua expressividade ao demonstrar como as diretrizes deliberadas pela profissão foram cumpridas e como se efetivou o plano estratégico do CRP SP voltado à sua efetivação.

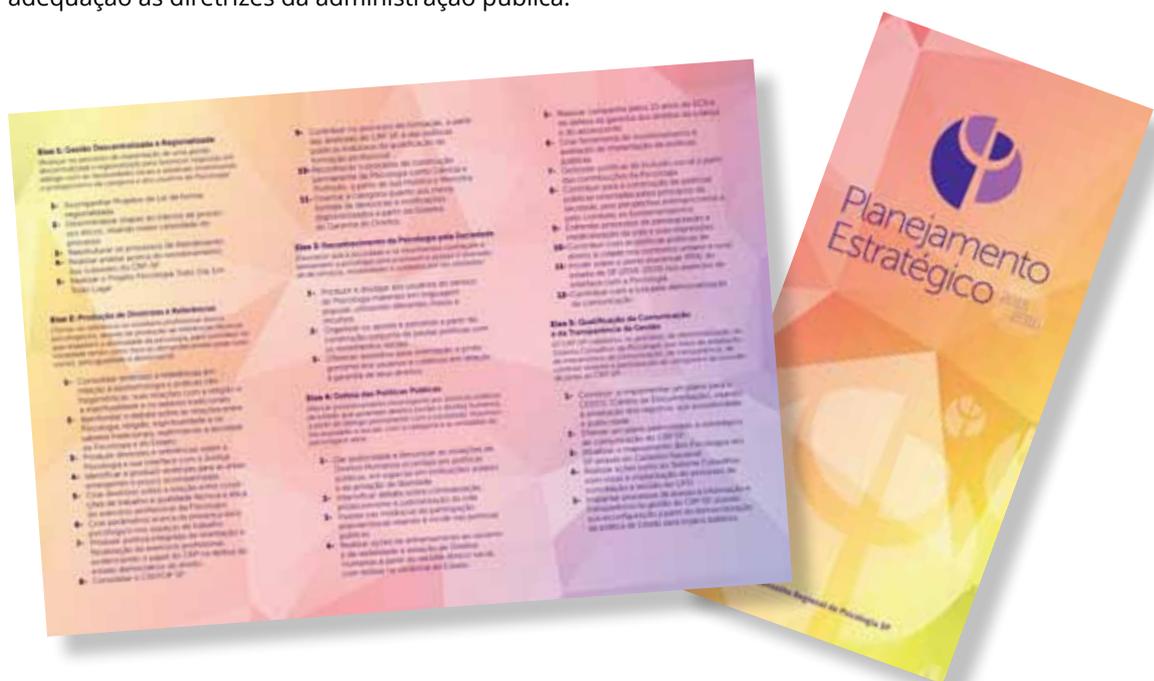
A gestão se deu todos os dias, em todos os lugares. Insistente em fazer uma Psicologia comprometida com uma sociedade mais democrática e igualitária. Se a leitura desse relatório provocar o desejo de saber mais, de visitar alguns produtos, de conhecer outros tantos que restaram desconhecidos durante esse tempo, de refletir sobre os impactos dessas ações na história da Psicologia em São Paulo, de buscar os efeitos no seu reconhecimento social, de indagar acerca de bons caminhos para a continuidade da trajetória do Conselho Regional de Psicologia no estado de São Paulo, terá cumprido sua função.

Com a certeza de termos produzido um impacto relevante na história da profissão em São Paulo, apresentamos então essa fotografia. E almejamos que ela possa compor um álbum, ao lado de muitas outras que, na intenção de registrar esse período da gestão do CRP SP, possam ser apresentadas e contadas por tantas outras pessoas que viveram, acompanharam, participaram ou testemunharam essa história.

Gestão das Ações Políticas do CRP SP 2013-2016

A gestão do CRP SP no período de 2013-2016 teve o compromisso com as diretrizes deliberadas no VIII Congresso Nacional de Psicologia (CNP) e VIII Congresso Regional de Psicologia de São Paulo (COREP SP), assim como com a plataforma de gestão a partir da qual a categoria elegeu esse grupo para a condução da entidade no respectivo período. Tais deliberações foram incorporadas ao planejamento estratégico que orientou as ações da entidade ao longo desses três anos.

Obedecendo ao princípio da transparência, a gestão fez chegar a todas/os as/os psicólogas/os o referido planejamento, que foi criado a partir do modelo de metas e macroações, num esforço de adequação às diretrizes da administração pública.



Nesse sentido, houve um investimento para que fosse possível à categoria e à sociedade conhecer e acompanhar a atuação do CRP SP no período, para o que os eixos orientadores da gestão e organizadores das macroações foi essencial. Os 05 eixos desse planejamento expressaram os grandes objetivos orientadores da gestão do CRP SP entre 2013 e 2016. São eles:

- **Eixo 01 - Gestão Descentralizada e Regionalizada:** objetivou avançar no processo de implantação de uma gestão descentralizada e regionalizada para favorecer respostas em diálogo com as necessidades locais e estaduais incentivando o protagonismo da categoria e dos usuários da Psicologia;
- **Eixo 02 - Produção de Diretrizes e Referências:** refere-se às macroações comprometidas com o objetivo de o CRP SP tornar-se referência no cotidiano profissional das/os psicólogas/os, através de produção de referências técnicas que respeitem a diversidade da psicologia, para contribuir na sociedade tendo como foco as demandas postas pelas lutas sociais, pela igualdade e democracia;
- **Eixo 03 - Reconhecimento da Psicologia pela Sociedade:** objetivou favorecer que a sociedade e os movimentos conheçam e demandem a psicologia para promover o acesso à diversidade de serviços, modalidades e cuidados por ela ofertados;
- **Eixo 04 - Defesa das Políticas Públicas:** concentra todas as macroações que objetivaram marcar posicionamento intransigente por políticas públicas de estado que garantam direitos sociais e direitos humanos, a partir do diálogo permanente com a sociedade, movimentos populares e sociais, com a categoria e as entidades da psicologia e afins;
- **Eixo 05 - Qualificação da Comunicação e da Transparência da Gestão:** buscou colaborar no processo de democratização do Sistema Conselhos de Psicologia, por meio da ampliação de mecanismos de comunicação, de transparência, de controle externo e participação da categoria e da sociedade junto ao CRP SP.

Como exemplos de algumas macroações realizadas em torno de cada eixo, podemos citar, no Eixo 01 – Gestão Regionalizada e Descentralizada, o acompanhamento de Projetos de Lei de forma regionalizada; o avanço da descentralização das etapas do trâmite de processos éticos, visando maior celeridade do processo; a realização das análises do reordenamento e da ampliação das subsedes do CRP SP; além de todas as ações do Projeto Psicologia Todo Dia, em Todo Lugar, por uma sociedade mais democrática e igualitária, por meio do qual o CRP SP ampliou sua aproximação em relação à categoria e suas práticas profissionais nas diferentes regiões do estado de São Paulo.

No Eixo 02 – Produção de Diretrizes e Referências, algumas das macroações a serem destacadas são: a consolidação das diretrizes e referências em relação a epistemologias e práticas não hegemônicas, suas relações com a religião e a espiritualidade e os saberes tradicionais; o aprofundamento do debate sobre as relações entre a Psicologia, religião, espiritualidade e os saberes tradicionais, reafirmando a laicidade da Psicologia e do Estado; a produção de diretrizes e referências sobre a Psicologia e sua interface com a Justiça; a identificação e produção de diretrizes para áreas emergentes e pouco acompanhadas pelo CRP SP; a produção de uma política integrada de orientação e fiscalização profissional, evidenciando o papel do CRP na defesa do estado democrático de direito; a produção de referências para atuação em diversos campos das políticas públicas; os diálogos com o campo da formação e as contribuições com os processos de qualificação profissional; o reconhecimento do processo de construção permanente da Psicologia como Ciência e Profissão, a partir de sua História e Memória.

Como parte do Eixo 03 – Reconhecimento da Psicologia pela Sociedade, foram produzidos e divulgados aos usuários dos serviços de Psicologia materiais em linguagem popular, por meio de diferentes meios e recursos, servindo de orientação para o seu protagonismo em relação à garantia de direitos; além das concessões de apoios e parcerias com movimentos sociais, entidades da Psicologia e de outras áreas, assim como movimentos sociais.

O Eixo 04 – Defesa das Políticas Públicas, foi marcado pela publicidade e denúncia às violações de Direitos Humanos ocorridas em políticas públicas, em especial em instituições asilares e de privação de liberdade; pela intensificação do debate sobre criminalização, proibicionismo e judicialização da vida; pelas ações de enfrentamento ao racismo e de visibilidade à violação de Direitos Humanos a partir do recorte étnico-racial, com ênfase na violência de Estado; pela campanha pelos 25 anos do ECA e de defesa da garantia dos direitos da criança e do adolescente; pela defesa das políticas de inclusão social a partir das contribuições da Psicologia; pelas contribuições para a construção de políticas públicas orientadas pelos princípios da laicidade, pela perspectiva antimanicomial e pelo combate ao fundamentalismo; finalmente pelo enfrentamento dos processos de patologização e medicalização da vida e suas expressões. Para isso, foi essencial o investimento e a representação do CRP SP nas instâncias de participação popular/social visando incidir nas políticas públicas.

No Eixo 05 – Qualificação da Comunicação e da Transparência da Gestão, foi efetivado um plano padronizado e estratégico de comunicação do CRP SP e também ampliada a acessibilidade e publicidade do Centro de Documentação (CEDOC); destaca-se ainda a realização das ações junto ao Sistema Conselhos com vistas à implantação dos processos de mediação e revisão do Código de Processamento Disciplinar (CPD), assim como a implantação de processos de acesso à informação e transparência na gestão do CRP SP, visando sua reconfiguração a partir da democratização da política de Estado para órgãos públicos.

Para a realização desse plano estratégico, além das Comissões Regimentais, mantivemos e criamos outras Comissões Permanentes, em cumprimento às deliberações dos Congressos Nacionais da Psicologia, compondo como conjunto de comissões:

- Comissão de Orientação e Fiscalização (COF);
- Comissão de Ética (COE);
- Comissão Análise para Concessão do Título Profissional de Especialista (CATE);
- Comissão Permanente de Licitação;
- Comissão de Direitos Humanos (CDH);
- Comissões Gestoras das subsedes (CG);
- Comissão de Comunicação;
- Comissão de Acompanhamento de Processos Legislativos (CAPL);
- Comissão de Políticas Públicas (CPP).

O trabalho dessas Comissões realizou-se de forma integrada com os Núcleos Temáticos e Grupos de Trabalho mantidos e criados pelo CRP SP nesse período, os quais acompanharam as demandas mais específicas de cada área, atuando de forma transversal com as comissões nas ações de orientação, fiscalização, ética, comunicação, direitos humanos, políticas públicas e acompanhamento de processos legislativos. Alguns núcleos mantiveram em sua organização subnúcleos responsáveis por recortes específicos, mas orientados e integrados em torno da temática do núcleo. As subseções do CRP SP, de forma variada e a partir das especificidades de cada território, constituíram também subnúcleos temáticos para a realização das ações políticas cotidianas em suas respectivas regiões. Foram núcleos e grupos de trabalho estaduais do CRP SP durante esse período:

- Núcleo de Criança e Adolescente;
- Núcleo Questões da Terra/Raça/Etnia (Subnúcleos: Psicologia e Povos Indígenas; Psicologia e Relações Raciais);
- Núcleo de Educação;
- Núcleo de Saúde;
- Núcleo de Justiça;
- Núcleo de Assistência Social;
- Núcleo de Emergências e Desastres;
- Núcleo de Sexualidade e Gênero;
- Núcleo Álcool, Drogas e Medicalização;
- Núcleo Psicologia e Deficiência;
- Núcleo Métodos e Técnicas Psicológicas (Subnúcleo Diversidade Epistemológica não-hegemônica em Psicologia e diálogo com Saberes Tradicionais);
- Núcleo Psicologia, Comunicação e Mídia;
- Núcleo Áreas Desafios para o CRP SP/Incubadoras Temáticas (Psicologia do Esporte; Psicologia Organizacional e do Trabalho);
- Núcleo de Formação;
- Núcleo Mundo do Trabalho.
- Grupos de Trabalho: História e Memória da Psicologia em São Paulo; Psicologia Todo Dia em Todo Lugar; Trânsito.

É preciso destacar que esta gestão deixou como marca, por meio do trabalho realizado pelas Comissões, Núcleos e Grupos de Trabalhos, a presença e participação de muitos colaboradores no CRP SP, caracterizando um trabalho realizado por conselheiras/os e gestoras/es, em conjunto com cerca de aproximadamente 500 pessoas que em diferentes momentos participaram das Comissões e Núcleos ao longo de toda a gestão, além daquelas que foram chamadas para colaborar em alguns projetos pontuais e específicos.

Importante sinalizar ainda que, a partir do planejamento estadual, cada subseção, por meio de sua Comissão Gestora e tendo como referência os eixos e macroações estaduais, planeja as ações a serem realizadas em sua região, considerando a melhor forma de preservar as características próprias daquele contexto e de contribuir para a efetivação das macroações de âmbito estadual.



Do ponto de vista da gestão financeira e dos recursos empregados para a efetivação desse planejamento e das atividades cotidianas e ordinárias do CRP SP, a cada ano foi apresentado o balanço financeiro das ações da entidade, através de uma Assembléia de Prestação de Contas e também de uma Assembléia Orçamentária, essa última destinada a definir o valor da anuidade. Os relatórios anuais da gestão financeira estão disponíveis no site, no portal da transparência, através do link: www.crpsp.org.br/transparencia/Default.aspx. O CRP SP zela pela transparência e pelo caráter público dos recursos e da administração da entidade, sendo que as ações políticas estão ordenadas a partir desses princípios.

Por fim, ao longo do relatório serão elucidadas ações que foram realizadas e os resultados que foram alcançados, tendo como horizonte uma prestação de contas em relação às deliberações da categoria para a gestão do CRP SP no período de 2013 a 2016 no VIII COREP SP. Foram eixos do VIII CNP: **Democratização do Sistema Conselhos e Ampliação das Formas de Interação com a Categoria; Contribuições Éticas, Políticas e Técnicas nos processos de trabalho; Ampliação da participação da Psicologia e Sociedade nas Políticas Públicas**. Ressaltamos que as ações apresentadas foram organizadas pelo cruzamento dos 03 (três) eixos do VIII Congresso Nacional de Psicologia (CNP) e dos 05 eixos do Planejamento Estratégico, conforme veremos a seguir.

E i x o I

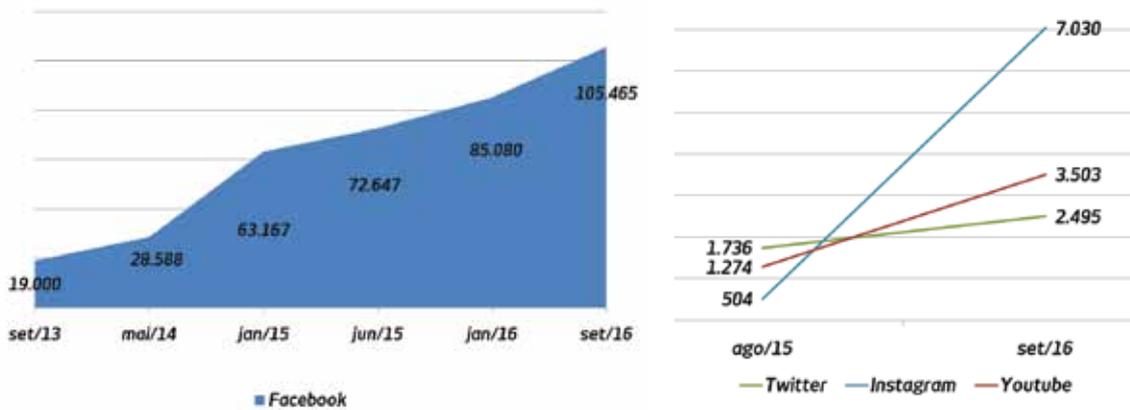
Democratização do Sistema Conselhos e Ampliação das Formas de Interação com a Categoria

As diretrizes do VIII COREP SP e VIII CNP que compuseram este eixo se referem à organização de formas democráticas da estrutura e funcionamento do Sistema Conselhos de Psicologia. Aqui o CRP SP dá sequência a uma série de investimentos que o coletivo de psicólogas/os faz há quase duas décadas na gestão do Sistema Conselhos, a partir do pressuposto de que pensar a profissão não pode ser tarefa de poucas/os, mas deve ser sempre realizado a partir da consulta e da participação de toda a categoria.

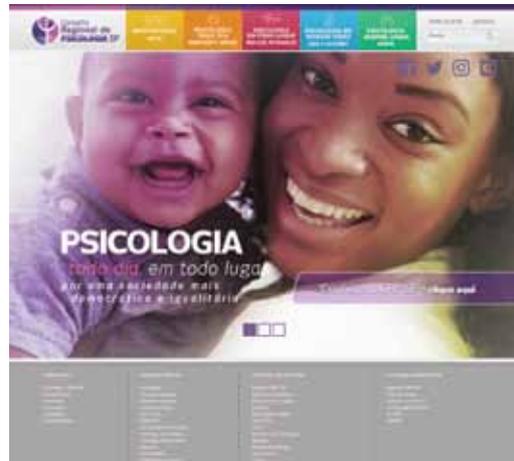
Comunicação com a categoria e a sociedade

O CRP SP entende que ampliar os mecanismos de comunicação com a categoria e com a sociedade é uma forma de democratização do Sistema Conselhos, pois permite que todos tenham acesso ao que esta entidade realiza, podendo conhecer e participar das ações promovidas pelo CRP SP, acessar as orientações produzidas com vistas à qualificação do exercício profissional, conhecer as discussões realizadas no âmbito da Psicologia.

Esta gestão teve um amplo esforço para ampliar e qualificar sua comunicação com a categoria, visando se integrar de forma mais contundente aos diversos mecanismos de comunicação a partir das redes sociais e das novas tecnologias da informação. Como resultado, foi possível perceber que houve um aumento do acesso das pessoas ao CRP SP, seja pessoal ou virtualmente. Isso pode ser observado pela alta participação da categoria, de estudantes, de profissionais de outras áreas e de usuários dos serviços em eventos e atividades realizadas, o que tornou o CRP SP um lugar de referência para discussão das questões relativas à profissão.



A periodicidade trimestral do Jornal Psi foi garantida ao longo dos três anos, de modo que a cada ano foi enviado 04 exemplares via correio para todas/os as/os profissionais inscritas/os, totalizando a produção e envio de 12 exemplares entre setembro de 2013 e agosto de 2016. Vale ressaltar que, o jornal é um grande material de orientação, que traz debates sobre temas de interesse da profissão e referências para diversos campos de atuação, tendo por isso, como foco, não apenas fazer chegar à categoria as ações do Conselho, mas sobretudo qualificar a prática profissional. Nessa medida, as 12 edições trouxeram matérias que debatem a profissão e questões da sociedade sob o olhar da profissão, constituindo-se como um material para a qualificação do exercício profissional.



Ao passo que o Jornal Psi apresenta conteúdos para debater e qualificar a profissão, os boletins informativos enviados semestralmente no formato de folders a partir dessa gestão procuraram informar às/ aos profissionais os eventos e as atividades promovidas pelo Conselho e foram, portanto, os meios de comunicação impressa estratégicos para divulgar as grandes ações do CRP SP, convidando a categoria a participar.



Mantivemos o Programa Diversidade, que pode ser considerado o principal canal de comunicação do CRP SP com a sociedade, na medida em que é transmitido pelo Canal Universitário – CNU, canal 11 da rede a cabo NET e canal 7 da TVA, e pelo canal YouTube do CRP SP. O Programa Diversidade discute a profissão, leva informação à população e à categoria sobre os fazeres e saberes da Psicologia e traz debates de assuntos importantes e polêmicos. Os programas estão disponíveis na página de vídeos do site do CRP SP e no canal do YouTube do CRP SP, com a opção de serem acompanhados com legendas (www.crsp.org/site/tv-diversidade.php). Para acessá-los no canal YouTube do CRP SP, é preciso buscar neste canal a playlist “Diversidade”, na qual aparecerão todos os programas categorizados pelas temáticas abordadas.

O programa contou com dois momentos nesses três últimos anos. Em um primeiro momento, foram realizados programas temáticos, nos quais profissionais e pesquisadores da Psicologia foram entrevistados e mostraram suas práticas. Os temas abordados foram: o legado dos megaeventos; Psicologia, território e meio ambiente; IV Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão; Psicologia, educação e deficiência; democratização da mídia; Estatuto da Criança e do Adolescente- 25 anos de História. A partir daí, em um segundo momento o Programa Diversidade passou a mostrar práticas da Psicologia desenvolvidas por diversos profissionais em diferentes municípios pelo estado de São Paulo, num registro das caravanas realizadas pelo CRP SP como parte do Projeto Psicologia Todo Dia em Todo Lugar, por uma sociedade mais democrática e igualitária, sobre o qual será discorrido adiante.

Importante enfatizar que o Programa Diversidade compõe o canal do CRP SP no YouTube, mas além dele o referido canal disponibiliza muitos outros vídeos produzidos pela entidade em diferentes ocasiões e projetos. Na medida em que esta gestão teve a preocupação em permitir que a comunicação das produções e discussões do CRP SP chegasse ao maior número de



peças, foram disponibilizados em nosso canal do YouTube inúmeros debates promovidos pelo Conselho, sendo que foram realizadas mais de 110 transmissões online, as quais estão disponíveis no canal YouTube do CRP SP, publicizando debates sobre diversos temas, como: "Ocupações estudantis: construindo um novo paradigma no processo de democratização da educação", "10 anos de Lei Maria da Penha - Perspectivas de atendimento a mulheres em situação de Violência", "A Psicologia na Saúde: Diálogos entre diferentes campos e práticas", "Roda de conversa Aborto: pauta permanente contra um discurso hegemônico", "Roda de debate Psicologia e Deficiência: Dialogando sobre os rumos da prática profissional", "Encontro do CRP SP com as/os psicólogas/os do trânsito", "Racismo, Homofobia e Inclusão Educacional", e tantos outros. Todos esses vídeos podem ser acessados através do link: www.youtube.com/user/crpspsvideos.

Ainda como parte das ações direcionadas ao aprimoramento da comunicação do CRP SP com a categoria e a sociedade, podemos citar as ações voltadas à ampliação da acessibilidade e divulgação do Centro de Documentação (CEDOC). O CEDOC foi criado com o objetivo de agregar em seu acervo a história e memória constituída do CRP SP em documentos de diversos formatos, entre VHS, áudio, impresso, digital, material em braile, entre outros. É voltado para psicólogas/os, estudantes e a toda comunidade interessada em pesquisas, elaboração de artigos, teses e dissertações. Além do acervo do CRP SP, o CEDOC, inaugurado em 17 de setembro de 2010 como parte integrante do Projeto Memória da Psicologia, disponibiliza publicações do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e orienta pesquisa na Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia (BVS-Psi).

Esta gestão promoveu a visibilidade do CEDOC, que se deu especialmente pela organização de exposições de materiais históricos da entidade em eventos do CRP SP e também de outras instituições. O CRP SP levou o CEDOC para Universidades e para Congressos, como o Congresso da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP) e o Encontro da Associação Brasileira de Saúde Mental (ABRASME). Está ainda em etapa de conclusão a criação da base online do acervo do CEDOC, que permitirá uma importante ampliação do acesso e da pesquisa aos documentos arquivados.



Além dessas exposições, foram produzidos novos materiais de divulgação do CEDOC, como folder e marcadores de livro, visando ampliar o acesso ao Centro, além do seu acervo ser utilizado de forma permanente em exposições de campanhas e ações do CRP SP na sede e em subsedes por todo estado de São Paulo.

A título de conclusão, destacamos que quando ampliamos a comunicação com a categoria, acabamos por atingir não somente os profissionais de Psicologia, mas também a sociedade, o que expande a visibilidade e qualifica o reconhecimento da Psicologia a toda sociedade.



Transparência da Gestão

Esta gestão, além de realizar a Assembléia Orçamentária que define o valor de anuidade, manteve uma segunda Assembléia de Prestação de Contas, realizada no primeiro semestre de cada ano, a fim de prestar contas do exercício do ano anterior, apresentando tanto as ações políticas realizadas, como as ações ordinárias e a situação financeira e patrimonial da entidade. Apesar de não ter caráter obrigatório, a sua realização e manutenção aponta o compromisso de ampliar a transparência da gestão, para que as/os psicólogas/os tenham mais esse momento para tomar conhecimento e acompanhar a gestão política e financeira do CRP SP.

A transparência foi meta assumida pela plataforma desta gestão e a adequação à lei 12.527/2011, denominada Lei de Acesso à Informação (LAI), que entrou em vigor em maio de 2012, foi uma exigência para o CRP SP. Este compromisso com a transparência, já sustentado pela gestão e expresso por meio de ações como, por exemplo, o envio do planejamento estratégico da entidade a toda a categoria, aprimorou-se com a implementação do Portal da Transparência. Este Portal foi atualizado e alimentado com novas informações, passando por toda adequação à Lei acima citada. Ele pode ser acessado em nosso site, através do link: www.crspsp.org.br/transparencia.

O CRP SP aderiu ao Programa Brasil Transparente da Controladoria Geral da União mediante a obtenção do selo E-Sic (Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão), que permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação, acompanhe o prazo e receba a resposta da solicitação realizada para órgãos e entidades do Executivo Federal. Este selo foi inserido no Portal da Transparência do CRP SP, que apresentou ao Tribunal de Contas da União (TCU) e ao Conselho Federal de Psicologia (CFP) o plano de ação deste CRP SP, exigido para a completa adequação à LAI.

Para ampliar a visibilidade e o acesso ao Portal da Transparência, o CRP SP produziu materiais de divulgação específicos sobre esse instrumento, oferecendo orientações quanto às formas de acesso. Ainda como parte do compromisso com a transparência e para aprimorar e ampliar o acesso de



psicólogas/os e de todos os cidadãos a informações sobre o funcionamento da gestão e da administração da instituição, o CRP SP realizou uma oficina de sensibilização com todos os trabalhadores. O objetivo foi a ampliação do conhecimento sobre a LAI e sua capacitação para as mudanças decorrentes nos processos de trabalho e para responder a possíveis demandas no dia a dia das atividades no CRP SP.



IX COREP/CNP

O IX Congresso Regional de Psicologia de São Paulo foi realizado em São Paulo de 29 de abril a 01 de maio de 2016, discutindo o tema “Psicologia, no cotidiano, por uma sociedade mais democrática e igualitária”.

Teve como objetivos: promover a organização e a mobilização das/os psicólogas/os do estado de São Paulo, possibilitando a definição da contribuição do Sistema Conselhos para o desenvolvimento da Psicologia como ciência e profissão; deliberar acerca das propostas referentes à estrutura temática do Congresso; deliberar sobre as propostas que definirão as diretrizes políticas de âmbito estadual e apreciar as propostas de âmbito nacional referentes ao tema do IX CNP, na gestão 2016 a 2019; eleger delegadas/os ao IX Congresso Nacional da Psicologia; deliberar sobre as moções apresentadas ao Congresso; e garantir o espaço de articulação para composição, inscrição e apresentação de chapas que concorreram ao próximo mandato do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, gestão 2016 a 2019.

CRP	Quantidade de Eventos Preparatórios	Quantidade de participantes	Quantidade de pré-congressos	Quantidade de participantes nos pré-congressos	Total de Delegados (as) Eleitos (as) nos Pré-Congressos para o COREP	Total de Estudantes eleitos nos Pré-Congressos para o COREP
6	159	4.791 participantes em Eventos Preparatórios	32	1.126 em Pré-Congressos	259	26

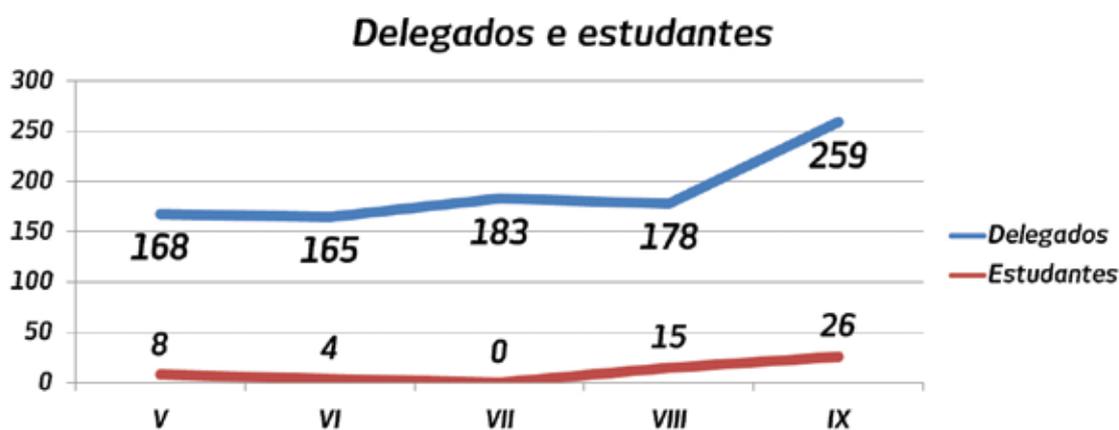
Ao longo dos Eventos Preparatórios realizados no estado de São Paulo, foram elaboradas muitas propostas, que chegaram a aproximadamente 2.500. Após os Pré-Congressos, essas propostas reduziram-se a 1.424, sendo 672 de âmbito regional e 752 de âmbito nacional. Após sua sistematização, essas propostas foram distribuídas conforme o quadro abaixo:

Eixo do IX CNP	Quantidade de propostas nacionais	Quantidade de propostas regionais
I. Democratização do Sistema Conselhos e Ampliação das formas de interação com a categoria.	108	76
II. Contribuições éticas, políticas e técnicas nos processos de trabalho.	151	72
III. Ampliação da Participação da Psicologia e sociedade nas Políticas Públicas.	190	97

O IX COREP SP elegeu 26 delegadas/os de São Paulo para o IX CNP, sendo eleita também pelos próprios estudantes presentes no COREP 01 (uma) estudante.

Propostas regionais aprovadas IX COREP SP	
Propostas por Eixo	Quantidade
Eixo 1	20
Eixo 2	51
Eixo 3	61
Total de propostas regionais aprovadas pelo IX COREP SP	132

A ampla mobilização da categoria por meio dos eventos preparatórios e da intensiva divulgação de todas as etapas do Congresso resultou num aumento da participação histórica no COREP, tanto de psicólogas/os como de estudantes.



Os dados a seguir permitem uma análise mais detalhada acerca da ampliação da participação da categoria nesse importante espaço democrático de construção das diretrizes da profissão, por meio das ações do Sistema Conselhos de Psicologia.

Edição	Data	Participantes			Quorum mínimo previsto no Regulamento	Diferença entre Quorum mínimo e participantes	Porcentagem de Participação
		Delegados	Estudantes	Total de participantes COREP			
V Edição 2004	Dias 14,15 e 16/05/2004	168	8	184	500	332	34%
VI Edição 2007	Dias 04,05 e 06/05/2007	165	4	176	350	185	47%
VII Edição 2010	Dias 09,10 e 11/04/2010	183	-	184	320	137	57%
VIII Edição 2013	Dias 26, 27 e 28/04/2013	178	15	197	376	198	47%
IX Edição 2016	Dias 29 e 30/04 e 1/05/2016	259	26	285	400	141	65%

As deliberações do IX COREP SP foram publicadas pelo CRP SP e estão disponíveis no endereço: www.crpssp.org.br/arquivos/9COREP_CadernoDeliberacoes.pdf.



Atualização do PCCS

Essa gestão foi responsável pela conclusão do novo Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCS) a ser implementado pelo CRP SP. A sua elaboração demandou inúmeros espaços de debates, junto às assessorias especializadas, trabalhadores do CRP SP e conselheiros/os. Cumprindo todas as determinações jurídicas, o novo PCCS foi encaminhado ao Ministério Público do Trabalho e Ministério Público Federal, órgãos aos quais cabem a sua homologação para definitiva implementação. Com aprovação dessas instâncias, o CRP SP iniciou os procedimentos para adequação dos trabalhadores Atendentes no PCCS ainda vigente para seu enquadramento previsto no novo Plano.

Ainda do ponto de vista dos investimentos no quadro de pessoal, foi realizado um programa de capacitações como parte da política de Recursos Humanos do CRP SP, cuja implementação representará um investimento na qualificação da atuação dos trabalhadores em relação a demandas específicas de cada setor, com destaque para a qualificação do atendimento a pessoas com deficiência e à diversidade de gênero.

Oficinas de Sensibilização e Enfrentamento ao Racismo Institucional

O CRP SP realizou 10 oficinas de Racismo Institucional, entendendo por racismo institucional o fracasso das instituições e organizações em promover um serviço profissional adequado às pessoas em decorrência de sua cor, cultura origem racial ou étnica.



As oficinas foram realizadas em todas as subsedes, envolvendo a participação de trabalhadores, conselheiras/os, gestoras/es, colaboradores, com o objetivo de sensibilizar ao reconhecimento das práticas e dos efeitos do racismo no cotidiano e de identificar, em suas ações, como o racismo pode ser combatido, combatendo-se assim uma cultura de branquitude. Como resultados, podemos citar modificações nos processos de vários setores, mais especificamente nos atendimentos do CRP SP, o que provocou a realização de gestão junto ao CFP para que o quesito raça/cor fosse finalmente instituído como obrigatório no cadastro nacional. Essa conquista é fundamental para que se possa fazer a gestão da entidade a partir também do recorte racial da categoria, reconhecendo seus impactos para a profissão. Destaca-se o compromisso da abordagem do racismo nas orientações e de sua identificação nas fiscalizações realizadas pelo CRP SP. A temática passou a ser abordada sistematicamente nas entregas de carteira de identidade profissional, tendo em vista as diretrizes afirmadas pela Resolução CFP 18/02. As comunicações do CRP SP sofreram também um importante impacto, na medida em que as publicações e materiais do CRP SP refletiram o compromisso de rompimento com o padrão de branquitude e de valorização da diversidade de padrões étnico raciais.

Acessibilidade

No que se refere à acessibilidade, esta gestão, ao avançar na discussão com a categoria sobre o tema das deficiências e da pessoa com deficiência, sobretudo provocada pela lei 13.146/2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão (LBI) da pessoa com deficiência (Estatuto da pessoa com deficiência), “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadã”, avançou também na sensibilização para a necessidade das adequações da entidade à acessibilidade plena.



Apesar de instituídos avanços como a garantia de interprete de libras em alguns eventos e divulgações, ainda é preciso garantir a plena acessibilidade de todos os materiais do CRP SP, além de todo investimento para as mudanças atitudinais. Do ponto de vista das estruturas físicas do CRP SP, garantiu-se que a reforma da Subsede do Vale do Paraíba e Litoral Norte, em Taubaté, resultasse em um imóvel 100% adequado às condições de acessibilidade. O imóvel da região de Sorocaba, adquirido nessa gestão, também contempla em seu projeto de reforma entregue por essa gestão a garantia da acessibilidade plena. Resta identificar em todos os outros imóveis do CRP SP as inadequações e necessidades de mudanças. Para tanto, contratou-se por meio de processo licitatório uma assessoria especializada para percorrer todas as subsedes e os imóveis da sede do CRP SP e identificar as necessidades com relação à acessibilidade. A partir desse relatório, apresentado pela equipe técnica especializada, produto que entregamos nessa gestão para identificação das necessidades de mudança, em outra etapa estes imóveis deverão ser adaptados.

Mediação em Processos Éticos

Um grande e fundamental projeto nesta gestão foi a articulação para tornar possível a implantação da Mediação em processos éticos.

Desde 2010, o CRP SP vinha pautando esse assunto na Assembleia de Política Administração e Finanças (APAF) do Sistema Conselhos de Psicologia. Em 2013, foi aprovada proposta no COREP e CNP e criado um GT Nacional, do qual o CRP SP fez parte. Foi realizada a contratação de uma assessoria jurídica especializada, responsável pela construção de uma proposta de normativa, que subsidiou as discussões do CRP SP junto ao GT Nacional, responsável em apresentar ao Sistema Conselhos de Psicologia uma minuta de resolução, aprovada pela APAF. A partir das contribuições do CRP SP, em 24 de junho de 2016, foi publicada a Resolução CFP nº 07/2016, “que institui e normatiza a Mediação e outros meios de solução consensual de conflitos nos processos disciplinares éticos no Sistema Conselhos de Psicologia”.

Novo esforço foi necessário para publicação de Resolução CRP-06 nº 01/2016, “que cria as Câmaras de Mediação no CRP SP”. Na perspectiva de oferecer condições para a real implementação da mediação na próxima gestão, realizamos uma Oficina de Sensibilização, desenvolvida por especialista na área.

A publicação das resoluções mencionadas é um grande avanço. Há muito tempo vemos pautando a necessidade de mudança de paradigma na condução de processos éticos, priorizando uma ética da responsabilização em detrimento da lógica punitiva, e também de enfrentamento da lógica judicializante que prevalece em nossa sociedade. A nova normativa representa uma aposta nas possibilidades de diálogo e transformação de condutas profissionais conflituosas, a fim de se assegurar a qualidade dos serviços psicológicos prestados à sociedade.



Reestruturação dos processos de atendimentos

Com o objetivo de qualificar o atendimento à categoria, identificando procedimentos e estruturas em que o CRP SP precisa avançar, foi contratada uma assessoria especializada para análise dos procedimentos do atendimento da entidade, com foco na sede e nas nove subsedes, e para apontamento das necessidades de mudança a serem implementadas.

Uma das etapas dessa análise constituiu-se em uma pesquisa junto à categoria que revelou a organização satisfatória da área de atendimento, com serviço exclusivo e de grande responsabilidade, garantindo todos os trâmites para o exercício da função. Concluiu-se que o serviço prestado é bem avaliado, em grande parte em decorrência de uma equipe experiente e dedicada. Contudo, os problemas diagnosticados estão relacionados à infraestrutura material e tecnológica de apoio ao trabalho da área, necessitando de uma urgente modernização. Destaca-se principalmente a falta de autonomia das subsedes decorrente das limitações sistêmicas. A pesquisa apontou para a necessidade de investimento e aperfeiçoamento em todos os canais de comunicação com o cliente, citando principalmente a melhoria de canais diretos de atendimento via site e redes sociais do Conselho, para uma diminuição no contato presencial e telefônico.

Das necessidades apontadas, iniciou-se ainda nessa gestão a revisão do menu telefônico, a padronização de material com informações à categoria e recém-formadas/os relativas aos processos de inscrição e regularização junto ao CRP SP, para distribuição em todas as subsedes, e o planejamento das capacitações que envolvem atendimento às pessoas com deficiência e diversidade sexual.

Ampliação da Regionalização

No estado de São Paulo temos hoje em torno de 88 mil psicólogas/os, o que representa um imenso desafio de capilarização das ações do CRP SP. Há algum tempo essa entidade vem investindo nos processos de ampliação da regionalização, descentralização e interiorização de suas ações, como uma forma de se aproximar da categoria e de responder às suas necessidades para a qualificação do exercício profissional prestado à sociedade. Esse esforço se dá por processos vários e um deles se expressa na realização de eventos, debates e na presença do CRP SP em diversos municípios para cuidar da prática profissional em mais diversos campos, orientando assim a categoria.

De forma sintética, algumas ações realizadas pelas subsedes do CRP SP expressam os avanços da interiorização da sua presença no estado, conforme apresentado a seguir.

Na região de Assis, houve entrega de Carteira de Identidade Profissional (CIP) nas cidades de Marília, Ourinhos e Presidente Prudente. Foram realizados Encontros Regionais de Psicologia e Assistência Social (2015 e 2016) e debates sobre Luta Antimanicomial, nos quais destacam-se, além das atividades do 18 de maio, as exposições do filme “Nise: O Coração da Loucura” nas cidades de Assis, Adamantina, Ourinhos e Marília. Como parte da Campanha 25 anos do ECA foram realizados encontros em Assis e Ourinhos. A subsele realizou ainda 11 (onze) eventos preparatórios ao COREP SP. Destaque para o Encontro Microrregional de Direitos Humanos, Políticas Públicas e Movimentos Sociais: Diálogos Possíveis, em Assis e Presidente Prudente, e para os encontros com alunos de 5º ano do Curso de Psicologia de Marília e Tupã.

Na região de Bauru, destacam-se a realização de entregas de CIP em Araçatuba e os atendimentos de orientação para psicólogas/os nesse município. Dos eventos, podem ser citados o debate Medicalização - Rotular ou Excluir, realizado em Araçatuba e Avaré, o debate História da Loucura: Uma Volta Dos Antigos Inquilinos, em Araçatuba, e as Oficinas de documentos escritos produzidos na prática profissional da/o psicóloga/o, realizadas em Lins, Avaré, Araçatuba, Jaú e Bauru.

A subsele de São José do Rio Preto realizou palestra sobre ética aos alunos do 1º ano do curso de Psicologia da Universidade de Barretos/SP. Destaque ainda para os eventos preparatórios ao IX COREP e a outros eventos como: Oficina de documentos escritos; Fórum de Medicalização da Educação e da Sociedade; Transmissão TV Web: Roda de conversa Fundação Casa: diálogos e desafios; Campanha 25 anos do ECA: Brincar para valer, valer para brincar; Discussão dos Seminários Estaduais: Psicologia, Laicidade e as Relações com a Espiritualidade.

No Grande ABC o esforço de regionalização pode ser expresso em eventos promovidos tais como: I Simpósio de Psicologia Escolar e Educacional do Grande ABC; Oficina Preparatória para o 9º Congresso Nacional de Psicologia: A contribuição da Psicologia para as políticas públicas na região do grande ABCDMRR; Campanha dos 25 anos do ECA: “Cala boca já morreu! Quem manda na minha boca sou eu”, pelo direito a voz e ao reconhecimento de crianças e adolescentes; Psicologia e Sociedade: Rompendo o silêncio que sustenta o racismo e a II Mostra Estadual de Práticas em Psicologia do Esporte: “Desenvolvimento Humano e o projeto esportivo brasileiro”.

Na região do Vale do Paraíba e Litoral Norte, destacam-se: evento Exploração Sexual, em Caraguatatuba; evento Benefícios Eventuais da Assistência Social; Diálogo Orientação à Categoria, realizado em Queluz, Caraguatatuba, São Sebastião, Ubatuba, Piquete e Cruzeiro; Direito das pessoas com deficiência e idosos, em Taubaté; Campanha 25 anos ECA: “Crescer não é brincadeira, nem todo adolescente fala besteira”, realizado em São José dos Campos.

Na Baixada Santista e Vale do Ribeira, algumas das atividades com foco na regionalização foram: Revisando a Prática da Psicologia Clínica, em Santos, Vale da Ribeira e Registro; participação na Manifestação Indígena em Itanhaém; 1º Seminário sobre Medicalização do Vale da Ribeira, realizado em Registro; Encontro com Técnicos da CEDUC, no Guarujá; Reunião FORTSUAS e Oficinas de documentos escritos no contexto da Assistência Social, em Santos.

A subsele de Campinas compôs eventos de comemoração do dia da/o psicóloga/o em vários municípios: Rio Claro, Limeira, Itatiba, Araras, Leme. Destaque ainda para eventos como: Sigilo Profissional e Notificações: Um debate sobre ética, realizado em Piracicaba e Jundiá; Oficinas de Produção de Documentos Escritos, em Piracicaba; Campanha 25 anos do ECA: roda de conversa realizada em Mogi Mirim; Videoclube em Rio Claro; Psicologia no Cotidiano, em Rio Claro e Jundiá. Importante ainda salientar a articulação com coletivos de trabalhadoras/es em Piracicaba e Atibaia e articulação com movimentos sociais em Cosmópolis, Santa Gertrudes, Rio Claro, Limeira, Piracicaba e Araras. Por fim, foram produzidos esclarecimentos acerca das competências do Sistema Conselhos junto ao Ministério Público e CEDECA em Limeira e Bragança Paulista.

A subseção de Ribeirão Preto realizou reunião com coletivos ligados à infância e adolescência da região; Encontro sobre Psicologia, Esporte e Desenvolvimento da Subjetividade; Diálogos com a ABEP: desafios éticos na formação em Psicologia; Roda de conversa Religião, Espiritualidade e Laicidade – Qual o lugar da Psicologia?, além de vários outros eventos e debates ao longo desses três anos.

Na região de Sorocaba, o esforço de aproximação com as demandas locais pode ser expresso pela realização do Sarau e dos Cines Basaglia, que exibiram e debateram os filmes: 1984, Sem Pena e Crônicas Desmedidas. Destaca-se ainda a participação no Congresso de Saúde Mental e Direitos Humanos.

A região metropolitana pode, nessa gestão, constituir um grupo de colaboradores responsável por realizar ações estratégicas a partir das particularidades dos grandes municípios e da grande concentração de psicólogos/os nessa região. A articulação e acompanhamento de ações no campo da infância e adolescência e da assistência social é, nesse sentido, um esforço importante. Destaca-se ainda a participação em atividades de Universidades na região e a realização de eventos em diferentes municípios, como Osasco e Guarulhos, sobretudo em função das atividades do dia das/os psicólogos/os e do IX COREP.

Vale ressaltar que algumas Comissões Gestoras também atuaram de forma regionalizada ao longo de toda gestão, por meio da ampliando de reuniões e encontros com colaboradores em regiões mais distantes da subseção e da presença desses colaboradores na constituição de comissões gestoras ampliadas, como é o caso da Baixada Santista e Vale do Ribeira, Vale do Paraíba e Litoral Norte, dentre outras.

Importante destacar que esta gestão se apresentou com a perspectiva de fazer estudos sobre a distribuição das subseções do CRP SP, visando à criação de novas subseções ou sua reorganização, a partir do compromisso com a regionalização. Em relação a isso, destaca-se que a análise da grande concentração de psicólogos/os na região da subseção de Campinas indica que sua distribuição, assim como a distribuição dos municípios e sua identidade em torno da cidade de Campinas, evidenciou a dificuldade de dividir a região pela criação de uma nova subseção. Assim, optou-se pela ampliação do espaço físico da subseção de Campinas, a partir do que foram realizadas pesquisas de imóveis e efetivados todos os procedimentos para sua aquisição. Além disso, identificou-se a necessidade de ampliação da equipe técnica para suprir necessidades pendentes nas ações de orientação, fiscalização e ética, até que se desenhe outra organização, o que foi realizado. Finalmente, entendeu-se como necessária a ampliação da Comissão Gestora, o que foi assumido pela participação de colaboradores e pela apresentação de uma proposta de mudança do Regimento Interno do CRP SP ao CFP, com novo texto que prevê ampliação das Comissões Gestoras proporcional ao número de profissionais em sua base, o que aguarda aprovação para que esses colaboradores possam assumir formalmente funções específicas de gestores.

Destaca-se, finalmente, que do trabalho do grupo de colaboradores da região metropolitana, atento às ações dos municípios em torno dessa região (Arujá, Biritiba Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Mairiporã, Mogi das Cruzes, Osasco, Poá, Salesópolis, Santa Isabel, São Paulo, Suzano e Taboão da Serra), resultou a organização e realização de debates e estudos para a criação de nova subseção do CRP SP na região de Guarulhos e Alto Tietê. Tal proposta partiu de uma demanda das/os psicólogos/os da região, foi acolhida, acompanhada e subsidiada pelo CRP SP e foi aprovada no IX COREP. Os estudos de viabilidade já foram realizados e o projeto de distribuição está entregue pelo CRP SP, devendo ter continuidade na próxima gestão.

Psicologia Todo Dia, em Todo Lugar: por uma sociedade mais democrática e igualitária

O Projeto Psicologia em Todo Lugar foi lançado em agosto de 2014, por ocasião da comemoração do dia da/o psicóloga/o. O projeto teve como objetivo mapear e dar visibilidade às muitas práticas feitas pelo estado de São Paulo. Mostrar como os diversos campos de atuação de nossa categoria estão fazendo a diferença na sociedade, dar visibilidade às práticas da psicologia e conhecer métodos diversos. A ideia era democratizar o conhecimento construído pela profissão no seu cotidiano de atuação, explorando as tecnologias digitais e online. Para tanto, foi solicitado para que psicólogas/os, estudantes, gestores e usuários dos serviços de Psicologia gravassem vídeos curtos respondendo às seguintes perguntas: “Psicologia todo dia: onde como você faz?”, no caso das/os profissionais; “Como a experiência vivida na formação contribui para a psicologia que você quer fazer todos os dias e em todos os lugares?”, no caso das/os estudantes; “Como as/os psicólogas/os contribuem para o avanço das políticas públicas?”, no caso de gestores; por fim, “De que maneira a psicologia contribuiu para transformar sua vida?”, pergunta que os usuários respondiam nos depoimentos enviados.

Por meio desse projeto o CRP SP recebeu cerca de 600 vídeos, os quais foram divulgados de muitas maneiras, com ênfase para a publicação semanal nas redes sociais do Conselho, a fim de publicizar para a categoria e a sociedade o fazer da profissão, dando visibilidade às suas práticas. Os vídeos foram categorizados pelas regiões do estado de São Paulo, pelas áreas de atuação e também pelos processos de trabalho, estando todos disponíveis em um portal do projeto, no endereço: www.crsp.org.br/psicologiatododiaemtodolugar.



A apresentação das práticas profissionais por processos de trabalho, tais como acompanhamento, avaliação, acolhimento, formação, dentre outros, representa um diálogo a partir do fazer profissional e não dos campos de atuação, hoje muito variados, promovendo o diálogo entre psicólogas/os inseridas/os em áreas que tradicionalmente pouco se aproximam, mas que realizam processos em comum, cuja troca aparece como muito potente. Na medida em que hoje atuamos em variados espaços, onde referências de várias áreas são transversais, a identidade a partir dos processos de trabalho aparece como avanço para a qualificação do exercício profissional.

A ação regionalizada do projeto permitiu identificar práticas realizadas em muitos municípios do estado, reconhecidas por sua qualidade e diversidade. Essas práticas passaram a ser referência para as orientações do CRP SP, que potencializou sua utilização para além da publicação dos depoimentos. O Jornal Psi passou a utilizar essas/es profissionais como fonte para matérias, produzindo a seção “Um dia na vida” como registro mais detalhado de algumas dessas práticas e de seus desafios.



Além disso, em 2015 as atividades comemorativas ao dia da/o psicóloga/o tiveram como referência as práticas feitas no cotidiano pela categoria, no compromisso com a construção de uma sociedade mais democrática e igualitária. Além da realização de debates a partir das práticas e do fazer da psicologia no cotidiano das/os profissionais, tendo como foco as/os psicólogas/os que enviaram vídeos, foi realizada pelo CRP SP uma ampla divulgação das contribuições da Psicologia à sociedade, pela ocupação de espaços e mídias sociais, por meio dos depoimentos recolhidos pelo Projeto. Alguns exemplos são a exibição de um vídeo na Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô) e outdoors em algumas subseções, sempre na direção de mostrar para a sociedade o sentido ético e o valor social da profissão. Além disso, as confraternizações e atividades culturais também resgataram o fazer de cada profissional no campo da arte, da música, da literatura, da dança, entre outros.



Além dessas estratégias, o projeto contou com caravanas do CRP SP que percorreram o estado indo conhecer "*in loco*" algumas dessas práticas e, com elas, as várias faces e inserções da psicologia, em busca de uma psicologia vibrante, inovadora, da psicologia dos novos tempos, de uma nova realidade, uma psicologia que se inventa e se reinventa a todo o momento, todo dia e em todo lugar. Foram ao todo 21 caravanas, nos seguintes municípios do estado de São Paulo: São Paulo, Jundiaí, Charqueada, Botucatu, Ribeirão Pires, Suzano, Embú das Artes, São José do Rio Preto, São Bernardo do Campo, Ribeirão Preto, Araraquara, Pindamonhangaba, Itanhaém, Ourinhos, Assis, Santos, Taubaté, Bauru, Sorocaba e Cotia. Essas caravanas foram registradas e se tornaram os Programas Diversidade, levando assim à grande mídia o conhecimento da Psicologia a partir dessas intervenções, absolutamente variadas, complexas e qualificadas. Essa nova fase produziu um deslocamento importante, na medida em que a gestão do CRP SP pode falar da Psicologia radicalmente a partir do fazer profissional.



Como encerramento do projeto, o CRP SP produziu um documentário que, com o registro de todas as caravanas, marca sua finalização e oferece um produto que, de forma viva, apresenta a Psicologia realizada hoje, em toda a sua diversidade, como resposta a diferentes demandas sociais na direção da igualdade e da democracia.



É preciso salientar que todos os vídeos recebidos foram avaliados por uma equipe de curadores de diferentes regiões do CRP SP, que não participam diretamente da gestão da entidade e que foram convidados a ocupar esse lugar. A esta curadoria coube a indicação da melhor maneira da prática de cada profissional ser divulgada pela entidade.

Apoios e parcerias com entidades da Psicologia e outras entidades

Essa gestão do CRP SP teve como princípio o apoio e articulação com entidades e coletivos que representam a organização da profissão e estão comprometidos com a qualificação dos serviços em Psicologia. Assim, o apoio a atividades de outras entidades da Psicologia ou de campos de interesse da profissão, a participação em eventos por elas promovidos e a realização de ações em parceria com as mesmas representam não somente possibilidade do CRP SP levar seu trabalho para o diálogo com vários coletivos organizados, mas também de contribuir para a organização da Psicologia como ciência e profissão. Estar ao lado de outras entidades comprometidas com a qualificação da Psicologia é essencial, favorecendo que as/os profissionais se organizem por meio dessas entidades.

Em função disso, o CRP SP, nesse período, apoiou e participou de vários eventos, encontros e congressos, seja de caráter nacional, estadual ou regional, promovidos por entidades da Psicologia Brasileira, como é o caso da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE), Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), Associação Brasileira de Rorschach (ASBRO), Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar (SBPH), dentre outras. Nesses espaços, o Conselho ofertou apoio para a efetivação da atividade da entidade organizadora e esteve presente propondo debates, distribuindo materiais e realizando atividades que representam sua contribuição ao campo e possibilidade de intensificação de diálogo com o mesmo.



O apoio às entidades da Psicologia brasileira se dá também e acima de tudo por meio da própria organização e articulação nacional dessas entidades. Essa gestão do CRP SP manteve, nesse sentido, o apoio ao Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB), composto por 24 entidades, como um princípio, na medida em que os avanços da Psicologia no estado de São Paulo dependem da articulação com a produção de uma profissão construída a partir da diversidade nacional. Nesse sentido, o apoio e parceria que melhor expressam esse papel do CRP SP na interlocução com o FENPB é a organização do Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão (CBP). Realizado em novembro de 2014, o IV CBP, maior congresso brasileiro da Psicologia, sob responsabilidade do FENPB, contou mais uma vez com o apoio do CRP que, sediando o evento em São Paulo, como nas demais edições, compôs sua Comissão Organizadora, oferecendo aportes estruturais para sua realização.

O Congresso, que reuniu cerca de 7 mil pessoas, entre profissionais de psicologia e estudantes, colaboradores e convidados, foi espaço para o diálogo da diversidade da Psicologia no Brasil; lugar para o encontro da ciência e da profissão, que permite uma contribuição significativa na produção dos saberes e fazeres da Psicologia; momento importante no desenvolvimento da identidade das/os psicólogas/os; possibilidade para que todas as questões, abordagens e construções da Psicologia fossem divulgadas e debatidas; lugar do desenvolvimento do compromisso da Psicologia com as necessidades da sociedade brasileira. O CRP SP esteve representado na mesa de abertura do evento, manteve um estande em conjunto com outros Conselhos Regionais de Psicologia para exposição e distribuição de materiais e realizou um total de 37 atividades, entre Conferências, Minicursos, Simpósios, Conversando sobre e Como eu faço, abrangendo temáticas como condições de trabalho, atenção psicossocial, medicalização e patologização da vida, avaliação psicológica e Direitos Humanos, racismo, feminino e profissão, violência e questões de gênero, violência de Estado e Psicologia latino-americana.



Uma outra articulação importante refere-se às entidades latino-americanas da Psicologia, organizadas hoje em torno na União Latino Americana de Psicologia (ULAPSI). A articulação latino-americana é essencial para a produção de uma Psicologia crítica, tanto pela construção de um conhecimento a partir das necessidades comuns à realidade latino-americana, como pela descolonização necessária ao pensamento psicológico, a partir do reconhecimento da história que constitui a subjetividade do povo latino-americano. Além de manter-se filiado à ULAPSI e em articulação com as entidades brasileiras igualmente filiadas, o CRP SP, a partir dessa inserção, marcou presença nos dois Congressos da ULAPSI, um realizado na Guatemala, em 2014, e o outro na Argentina, em 2016. Sua participação se deu tanto nos espaços de assembleia da ULAPSI, como nos debates propostos, sempre em parceria com outros países da América Latina, para debater temas relevantes para a Psicologia, dentre os quais destacamos: Psicologia e povos indígenas; processos de patologização, medicalização e judicialização; direito à memória e à verdade; criminalização da juventude; Psicologia e territorialidade; democracia, participação social e subjetividade; desigualdade, políticas públicas e Psicologia; direitos da criança e do adolescente; luta antimanicomial e saúde mental, dentre outros.

Esses encontros foram também essenciais para discutir problemas comuns à América Latina na atualidade e seus impactos subjetivos, assim como definir e efetivar estratégias conjuntas de luta, como foi o caso da manifestação em defesa da democracia na América Latina realizada em Buenos Aires, durante o Congresso da ULAPSI em junho de 2016, que teve como referência a atividade proposta pelo CRP SP sobre a temática, em parceria com outras entidades da ULAPSI.



Finalmente, o CRP SP efetivou apoios e parcerias, por meio de atividades conjuntas ou participação em muitos debates e eventos, com diversas outras instituições e associações, dentre elas Universidades (Unifesp Baixada Santista, PUC, Laboratório de Saúde Mental Coletiva do Departamento de Saúde Materno-Infantil da Faculdade de Saúde Pública - USP, Centro de Psicologia Aplicada da Unip Jundiaí, UNG, entre outras), associações (Associação Brasileira de Saúde Mental, Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas, dentre outras) e coletivos (Coletivo Viramente de Saúde Mental, Coletivo Moara de Teatro dos Oprimidos e das Oprimidas, entre outros que nos chamaram para participar de eventos e debates).



E i x o I I

Contribuições Éticas, Políticas e Técnicas nos processos de trabalho

Este eixo contempla as diretrizes que contribuem para a continuidade da construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional nas diferentes áreas, marcadas por princípios éticos norteadores e qualificação técnica, características de um projeto para a profissão que se consolida dia a dia em diferentes contextos de trabalho e que se aprimora nos espaços de debates.

Atuação da Comissão de Orientação e Fiscalização

A Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) aprofundou o processo de regionalização por meio de ações de alinhamento do corpo técnico às diretrizes de gestão e implantação de processos de gestão do conhecimento. Neste sentido foram desenvolvidas ações que proporcionaram:

- Melhoria na qualidade das reuniões ordinárias, por meio da revisão do Sistema de Transmissão das Reuniões a Distância e pela implementação do Protocolo de Apresentação de Casos;
- Criação dos Encontros de Capacitação Técnico-Política, que visaram alinhar as ações de orientação e fiscalização, a partir das diretrizes do CREPOP e da produção dos Núcleos Temáticos, além de proporcionar maior integração entre as assistentes técnicas das subsedes e da sede;
- Formalização do Projeto de Estágio Profissional em Psicologia no CRP SP ;
- Melhoria do processo de fiscalização por meio do desenvolvimento do Termo de Fiscalização Eletrônico, desenvolvido via aplicativo e realizado por meio do uso de equipamento eletrônico (tablet);



- Melhoria na qualidade da informação à categoria, por meio da manutenção de seção no boletim eletrônico, bem como, pela criação da coleção de Folders de Orientação que reúne os principais temas que geram demandas de orientação;



- Alinhamento na informação aos recém-formados, por meio da revisão das informações veiculadas nas Reuniões de Entrega de Carteira de Identificação Profissional (CIP), a partir das informações estruturadas pelo Grupo de Trabalho criado para esse fim;
- Melhoria no processo de Gestão do Conhecimento por meio da criação/reavaliação de procedimentos para:
 - Avaliação das situações de exercício irregular/ilegal da profissão;
 - Orientação e suporte aos núcleos para manifestação escrita por meio de documentos oficiais (Notas Técnicas, Documentos de Orientação)
 - Criação do Protocolo de Apresentação de Casos.

- Melhoria na segurança/qualidade da fiscalização:
 - Pela implantação/formalização de equipe mínima e mista para fiscalização em Direitos Humanos. Como recomendação, nos casos de fiscalização em Comunidades Terapêuticas, Fundação Casa ou instituições similares;
 - Criação de novas credenciais de fiscalização, adequando-se aos parâmetros definidos pela esfera pública.
- Inclusão do corpo técnico, em espaços como: plenárias ordinárias, reuniões temáticas e reuniões de revisão da política (tanto internas como externas), visando sua capacitação permanente;
- Participação de entidades organizativas da categoria em atividades da COF, objetivando um acesso mais democrático que amplie a atuação;
- Formação e acompanhamento de um grupo de trabalho para discussão e criação de propostas para a melhoria da participação e atuação na Psicologia do Trânsito e Mobilidade Humana, em função de necessidade percebida pelas muitas demandas de orientação/fiscalização e Processos Ético. Além disso, membros da COF mantiveram participação em grupo de trabalho do Detran SP, sendo essa uma temática historicamente relevante para a profissão.

Além desses investimentos para a qualificação dos processos de orientação e fiscalização do CRP SP, apresentamos os registros das atividades ordinárias sob responsabilidade do setor durante esse período:

Dados Quantitativos					
Comissão de Orientação e Fiscalização/Sede e Subsedes - CRP/SP					
AÇÕES	A partir de 28/09/2013	2014	2015	Até 27/08/2016	TOTAL
Fiscalizações	235	298	280	255	1068
Retornos de fiscalizações	27	55	60	26	168
Total	262	353	340	281	1.236
Orientações com Conselheiros da COF	67	61	73	74	275
Orientações por telefone	3.872	6.951	7.797	5.106	23.726
Orientações por e-mail	1.450	1.830	1.932	1.170	6.382
Orientações pessoais	333	491	610	416	1.850
Total	5.722	9.333	10.412	6.766	32.233
Total de Ações Estadual por ano	5.984	9.686	10.752	7.047	33.469

Atuação da Comissão de Ética

Considerando as funções atribuídas à Comissão de Ética (COE), a qual deve assessorar a Plenária e a Diretoria em questões de ética profissional e tramitar os processos éticos movidos em face de psicólogas/os, tendo como regulação para tal o Código de Processamento Disciplinar (CPD), apresentamos alguns dados quantitativos quanto às representações éticas que tramitaram no período de 2013-2016:

Processos éticos				
Relatório de Gestão COE 2013-2016				
PDE FP - Procedimento Disciplinar Ético / Fase Preliminar				
	A partir de Set/13	2014	2015	Até Set/16
Nº de representações recebidas no ano	37	117	113	84
Ex Officio	7	27	24	13
Outro denunciante	30	90	89	71
Nº de Reuniões de COE	3	34	32	32
Nº de Pareceres apreciados em Plenária	19	96	94	90
Arquivamento	11	30	38	41
Exclusão Liminar	2	2	5	4
Instauração	6	64	55	45
Nº de Pedidos de Reconsideração apreciados em Plenária	4	57	50	57
Arquivamento	1	51	17	10
Instauração	3	6	34	47
Nº de Diligências solicitadas durante a tramitação do PDE	0	2	4	4
Nº de Plenárias Éticas	4	25	20	20

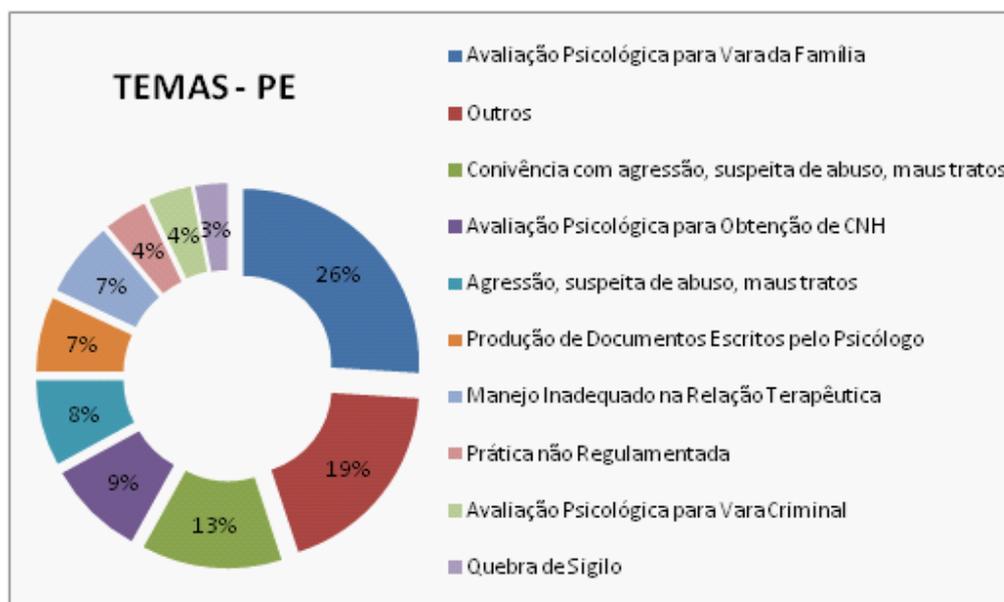
Processo Ético				
	A partir de Set/13	2014	2015	Até Set/16
Nº de PEs instaurados	5	63	39	47
Nº de PEs com Comissão de Instrução nomeadas	2	43	20	36
Nº de sessões de Depoimentos	17	69	87	46
Nº de Diligências solicitadas durante a tramitação do PE	0	6	9	1
Nº de Plenárias de Julgamentos	3	19	14	13
Nº de PEs julgados	8	46	38	19
Arquivamento	2	6	4	1
Multa	0	0	0	0
Advertência	4	22	25	13
Censura Pública	2	12	1	3
Suspensão do Exercício profissional por 30 dias	1	2	4	1
Cassação do Exercício Profissional	0	3	3	1
Conversão em Diligência	1	1	1	1
Nº de PDE e PE em trâmite	25	455	495	489
TOTAL DE PLENÁRIAS (Ética e Julgamento)	7	44	34	33

Na gestão 2013-2016 foram recebidas 351 representações, o que representa um aumento aproximado de 7% em relação à gestão 2010-2013, quando foram recebidas 328 representações. Hoje verifica-se maior possibilidade de acesso da população à busca de seus direitos, o que tem repercutido também nos processos do CRP SP. Mas continua sendo um desafio a democratização da Comissão de Ética, em uma perspectiva de ampliação do acesso à justiça, possibilitando que pessoas em situação de vulnerabilidade social, tais como aqueles com baixa escolaridade e em intenso sofrimento psíquico, reclamem a qualidade dos serviços psicológicos.

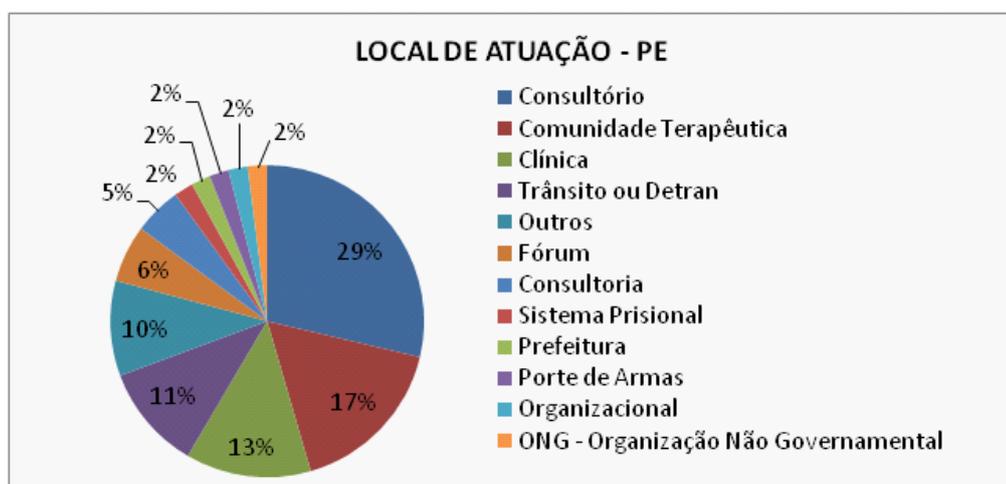
Um número pequeno de psicólogas/os está respondendo representação ética: aproximadamente 0,5% da categoria. Das representações recebidas pela Comissão de Ética, 20% foram Ex Officio, tendo sido apresentadas pela COF no dever de acompanhar o trabalho realizado pela/o psicóloga/o.

Cerca de 154 processos foram instaurados (44%). Dos que tramitam, 58% tem resultado em pena de advertência, o que leva a conclusão de que a maior parte das irregularidades profissionais cometidas são de pouca gravidade. Esse é um dos motivos pelos quais o CRP SP tem priorizado ações preventivas de orientação à/ao psicóloga/o.

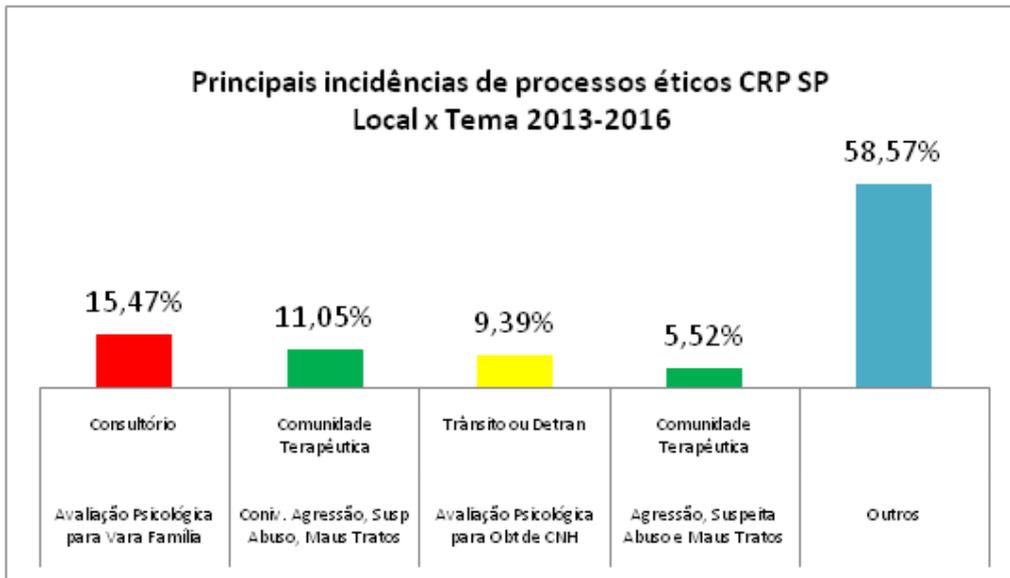
Quanto à matéria e local de atuação da/o psicóloga/o dos processos éticos em trâmite, apresentamos o seguinte levantamento:



Outros: Recursos Humanos e Saúde do Trabalhador 2,76%; Avaliação Psicológica para Concurso 2,76%; Equipe de Psicólogos/ Multidisciplinar/Multiprofissional 2,21%; Devolutiva 2,21%; Avaliação Psicológica para Porte de Arma 2,21%; Envolvimento Amoroso/ Pessoal 1,66%; Avaliação Psicológica para Vara da Infância e Juventude 1,66%; Prontuário/Registro Documental 1,10%; Atuação na Mídia/ Internet/Rádio/TV/Jornal/TV 1,10%; Preconceito e Discriminação 0,55% e Testes Psicológicos 0,55%.



Outros: Instituição de Ensino 1,08%; Fundação Casa 1,08%; CRAS - Centro de Referência em Assistência Social 1,08%; CAPS - Centro de Atenção Psicossocial 1,08%; Ambulatório de Especialidades 0,54%; Centro de Convivência/Acolhida 0,54%; CRAMI - Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância 0,54%; CREAS - Centro de Referência Especializado em Assistência Social 0,54%; Empresa 0,54%; Escola de Vigilantes 0,54%; Hospital 0,54%; Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico 0,54%; Hospital Psiquiátrico 0,54%; Mídia 0,54%; Polícia 0,54%.



É muito preocupante que mais de 16% dos processos éticos em trâmite envolvam conduta ativa ou conivência da/o psicóloga/o com situações graves de violação de direitos em Comunidades Terapêuticas, exigindo ações de conscientização e alerta constante às/aos psicólogas/os e à sociedade quanto à dimensão ética implicada na violação de direitos, bem como encaminhamentos junto a órgãos competentes, sempre respaldadas no princípio ético de que a psicologia deve garantir e promover Direitos Humanos. Reconhecemos que esse número elevado deriva também das recentes ações do CRP SP no sentido de acompanhar as condições do exercício profissional nessas instituições, podendo também estender-se a outras que historicamente tem se mantido como espaços de práticas de violação de direitos, o que é bastante preocupante. O posicionamento do CRP SP sobre cuidado aos usuários de álcool e outras drogas em Comunidades Terapêuticas pode ser acessado no endereço: www.crsp.org.br/portal/midia/fiquedeolho_ver.aspx?id=829.

Há ainda uma grande incidência de processos questionando a fundamentação do trabalho da/o psicóloga/o no contexto clínico, no qual são emitidos documentos decorrentes da prestação de serviços para serem anexados pelas pessoas atendidas em ações judiciais relacionadas à guarda e/ou regulamentação de visitas. Também há destaque neste período para dúvidas quanto à atuação da/o psicóloga/o na área do Trânsito.

Do ponto de vista da regionalização e da descentralização da Comissão de Ética, buscou-se que cada subsede, por meio de suas Comissões Gestoras, ampliassem a gestão dos processos éticos de cada região. Ter autonomia na tramitação de fases do processo e entender as demandas e desafios vividos pelas/os psicólogas/os regionalmente foram importantes princípios.

Os processos éticos do estado de São Paulo tramitam na Sede, localizada na Capital. No entanto, em 2008 iniciou-se o processo de regionalização de fases processuais para as subsedes, tornando possível que a composição de Comissões de Instrução e, assim, a tomada de depoimentos de denunciante, psicólogas/os processadas/os e testemunhas passou a ser feita também nas Subsedes. Nesta gestão ampliamos este processo para as Subsedes de Assis, Baixada Santista e Vale do Ribeira e Sorocaba, que ainda não realizavam tal procedimento. Isso significa que em todas as Subsedes agora é possível a tomada de depoimento dos envolvidos em processos éticos, facilitando o acesso da população e a defesa das/os psicólogas/os processadas/os, além de possibilitar maior celeridade na tramitação dos processos.

As reuniões da Comissão de Ética, responsáveis pela análise das representações em face de psicólogas/os e pela produção de pareceres, que serão posteriormente apreciados em Plenárias, passaram também a acontecer nas Subsedes do Vale do Paraíba e Litoral Norte e Grande ABC. Isso significou a ampliação na capacidade de produção de pareceres, o que poderá impactar na redução de tempo de tramitação dos processos.

Ampliou-se o número de Diligências e solicitações de provas documentais, exigindo ações locais de fiscalização, para instruir processos éticos, especialmente os que apuram possíveis infrações de maior gravidade. Tal ampliação diz respeito à preocupação de melhor se investigarem os fatos que levaram à abertura de um processo ético e, assim, se chegar à verdade dos fatos. Para isso se tornar possível, foi realizada a capacitação de Conselheiras/os, Membros da Comissão de Ética e funcionários do CRP SP, responsáveis pelo apoio político, administrativo e técnico dos procedimentos.

Do ponto de vista da informatização dos processos de trabalho da Comissão, a partir de 2012 o CRP SP começou a fazer registros informatizados dos processos éticos em trâmite, permitindo melhor acompanhando e gestão do CRP SP a partir dos dados resultantes. No período 2013-2016 pudemos consolidar este procedimento, o que facilitou em muito a possibilidade de levantamento de informações, como as expostas nas tabelas acima. Além disso, estas informações subsidiam diálogos do CRP SP com a categoria, orientações, produção de materiais e outros.

Do ponto de vista dessas ações realizadas pelo CRP SP no sentido que avançar a qualidade ética do exercício profissional a partir das demandas identificadas pela tramitação dos processos, em 2016 a entidade realizou o Encontro com Professores de Ética Profissional - Reflexões sobre dilemas éticos na formação em Psicologia.

O CRP SP convidou as/os professoras/es de Ética Profissional dos cursos de Psicologia do estado de São Paulo para esse evento, que ocorreu na sede, com transmissão nas subsedes de Bauru e Campinas, no qual contamos ainda com a presença e parceria da Associação Brasileira de Ensino em Psicologia (ABEP). Foram abordados os desafios na formação ética da/o psicóloga/o, a orientação para a ética na prática profissional da/o psicóloga/o, a Ética Profissional e o cotidiano da Comissão de Ética do CRP SP. Seguiu-se uma roda de conversa onde os participantes puderam compartilhar suas experiências em sala de aula. Foi unânime o interesse pela continuidade da promoção de encontros desta natureza pelo CRP SP.



Além desse evento, muitos foram os momentos em que a Comissão de Ética esteve presente representando o CRP SP, discutindo com psicólogas/os e estudantes assuntos relacionados à ética profissional. Eventos e aulas de Ética em Universidades em todo o estado são algumas dessas ocasiões.

Merece destaque a participação da Comissão de Ética no curso "Laudos, relatórios e pareceres psicológicos", realizado pela Escola Judicial dos Servidores, destinado a psicólogas/os Peritas/os do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. O curso aconteceu em três edições: na Capital, Araçatuba e Sorocaba, sendo importantes momentos de diálogo e reflexão de desafios vividos pela categoria, de esclarecimento do funcionamento da Comissão de Ética e da tramitação de processos éticos e de orientação ao exercício profissional.

Representando o CRP SP, a Comissão de Ética também integrou a Câmara Técnica Interdisciplinar de Bioética do Conselho Regional de Medicina do estado de São Paulo (CREMESP), passando a fazer parte da comissão organizadora do VIII Congresso de Bioética de Ribeirão Preto.

Nesta gestão, foi criado ainda um Grupo de Trabalho para estudar e dialogar com a categoria sobre a reformulação da Resolução CFP 07/03, que versa sobre a produção de documentos escritos pelas/os psicólogas/os, contando com a participação de conselheiras, psicólogas colaboradoras e apoio técnico da COE. Esse grupo realizou debate sobre as propostas de alteração com entidades e coletivos organizados da profissão e nesse momento compõe o grupo de trabalho da APAF que deve seguir a discussão,

apliando-a para a categoria a fim de acumular referências para a reformulação da regulamentação a partir das demandas e condições identificadas no cotidiano profissional em diversos campos.

Sem dúvida, um dos principais e fundamentais desafios futuros será colocar em prática o procedimento da Mediação em processos éticos, já citado nesse relatório. Mas há ainda outros a serem pensados, como a contínua revisão de procedimentos e fluxos de trabalho e estratégias que possibilitem a descentralização e regionalização da Comissão de Ética sempre atrelada aos princípios e diretrizes da gestão. Espaços de encontro e trocas, assim, são fundamentais, bem como de sistematização das questões éticas enfrentadas pelas/os psicólogas/os. É importante que a COE se mantenha como um espaço de análise dos dilemas vividos no exercício profissional e de antecipação deles, possibilitando a construção de políticas efetivas de orientação à categoria.

Estão previstas ainda para a próxima gestão a revisão do CPD (Resolução CFP 06/07) e da Consolidação das Resoluções do Conselho Federal de Psicologia (Resolução CFP 03/07), para adaptarem-se à mudança de paradigma referida no item 'III - Mediação', inclusive para pessoas jurídicas inscritas no Conselho. Tais mudanças também vêm sendo defendidas pelo CRP SP a fim de se garantir um CPD que conjugue melhor o direito à ampla defesa e ao contraditório e maior celeridade à tramitação dos processos.

Processos Disciplinares Ordinários

O CRP SP tramita também Processo Disciplinar Ordinário (PDO) em face da/o psicóloga/o ou de empresas (pessoas jurídicas) que prestam serviços em psicologia. O PDO apura infração de natureza administrativa (como ausência de inscrição secundária, não atualização de endereço, não alteração de Responsável Técnico, não permitir que o Conselho realize a função legal de fiscalizar ou não reunir condições para que a/o psicóloga/o possa atuar de forma ética na instituição).

Processos ordinários				
Relatório de Gestão COE 2013-2016				
PDO - Processo Disciplinar Ordinário				
	A partir de Set/13	2014	2015	Até Set/16
Nº de PDOs em trâmite	0	9	19	16
Nº de PDOs PF em trâmite	0	0	0	4
Nº de PDOs PJ em trâmite	0	0	0	12
Nº de Diligências solicitadas durante a tramitação do PDO	0	0	0	1
Nº de PDOs julgados	0	3	7	7
Arquivamento	0	0	0	0
Multa (PF e PJ)	0	0	3	3
Advertência (PF)	0	0	0	1
Censura Pública (PF)	0	0	0	0
Suspensão temporária das atividades (PJ)	0	0	0	1
Cassação do Registro ou Cadastramento (PJ)	0	0	4	2

Havendo prestação de serviços em psicologia de uma empresa, em sendo atividade principal, ela deve ter inscrição no CRP SP (Lei 6.839/80). A publicação da Resolução CFP 06/07 tornou possível a tramitação de processo no Conselho em face desta empresa, diante de indícios de irregularidades. Efetivamente, estas tramitações iniciaram-se nesta gestão, sendo necessária a criação de uma estrutura e procedimentos de tramitação.

As penalidades que resultaram em pena de Cassação neste período estão relacionadas a não garantia de condições adequadas para o exercício profissional da psicologia, atrelando este à violação de direitos humanos das pessoas internadas na instituição.

Análise para Concessão do Título Profissional de Especialista

Esta gestão manteve a Comissão de Análise para Concessão do Título Profissional de Especialista (CATE), conforme determina a Resolução CFP 13/07 que institui a Consolidação das Resoluções relativas ao Título Profissional de Especialista em Psicologia e dispõe sobre normas e procedimentos para seu registro.

Destacamos que nesta gestão os títulos de especialistas passaram a ser concedidos a partir da análise das subseções, como parte do processo de regionalização. A descentralização conferiu maior agilidade ao processo de análise das solicitações e deliberações sobre sua concessão. Para que isso fosse possível, esta gestão, através da CATE, realizou reuniões conjuntas com todas as assistentes técnicas para alinhamento dos procedimentos, discussão de casos e resolução de dúvidas, processo que permitiu que o trabalho de avaliação dos pedidos de títulos fosse sendo realizado de modo cada vez mais eficiente e uniforme. Atualmente, todas as assistentes técnicas de todas as subseções tem analisado os processos que dão entrada em sua região, enviando-os posteriormente para apreciação da CATE e homologação em plenária.

Esses são os números de títulos de especialistas entregues às/aos psicólogas/os de São Paulo desde 2013 até julho de 2016:

Título de Especialista CRPSP 2016	
Concedidos	
Especialidade	Quantidade
NEUROPSICOLOGIA	582
PSICOLOGIA CLÍNICA	4.453
PSICOLOGIA DE TRÂNSITO	2.191
PSICOLOGIA DO ESPORTE	53
PSICOLOGIA ESCOLAR / EDUCACIONAL	551
PSICOLOGIA HOSPITALAR	1.139
PSICOLOGIA JURÍDICA	396
PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO	649
PSICOLOGIA SOCIAL	210
PSICOMOTRICIDADE	61
PSICOPEDAGOGIA	163
TERAPIA COGNITIVA	2
PSICOLOGIA EM SAÚDE	4
Total de títulos concedidos	10.454
Total de psicólogos com Título de Especialista	9.632
* Dados atualizados até 20/07 2016	
Reforçamos que a quantidade de títulos concedidos é de 10.454 e psicólogas/os que receberam o título é de 9.632. Esclarecemos que isto acontece devido algumas/ns psicólogas/os terem até duas especialidades concedidas.	

A CATE também acompanhou a construção e as discussões sobre as Diretrizes Nacionais dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu Especialização, promovendo debates a respeito, juntamente com o Núcleo de Formação deste CRP e a ABEP, ação que deve ser acompanhada, pois incide diretamente na regulação da concessão de títulos de especialista às/aos psicólogas/os pelos Conselhos de Psicologia. Ao lado disso, é importante salientar a necessidade de acompanhamento da liminar impetrada pelo Ministério Público que determina a concessão do título de especialista relacionado aos certificados de conclusão de cursos de especialização das Instituições de Ensino Superior já credenciadas pelo MEC, a fim de garantir que a concessão ou não dos títulos seja feita em acordo com critérios que garantam a qualidade do exercício profissional para a sociedade, preocupação que motivou a regulamentação dessa modalidade de inscrição pelo Sistema Conselhos de Psicologia.



Entregas de Carteira de Identidade Profissional

As entregas de Carteira de Identidade Profissional (CIP) também acontecem de forma regionalizada em todas as subsedes, sendo que algumas subsedes realizam entregas em outros municípios além daqueles em que está sediada a subsede. Esta gestão do CRP SP entregou, em seu encerramento, um novo material de apresentação para essa atividade, que utilizado em todo estado contemplará orientações gerais e especificidades sobre a atuação do CRP SP e desafios da atuação profissional nas várias regiões.

Segue então, de forma quantitativa, a prestação de contas de CIPs entregues por meio dessa atividade de orientação em cada subsede, considerando o total por ano, tendo como referência o período de 2013 a julho de 2016:

Entregas de Carteira de Identidade Profissional				
	2013	2014	2015	Até Jul 2016
Assis	217	243	248	215
Baixada Santista	126	140	123	89
Bauru	266	299	299	242
Campinas	855	790	840	545
Ribeirão Preto	407	424	482	322
São José do Rio Preto	217	265	248	191
Sede	2.344	2.341	2.490	1.569
Sorocaba	309	371	488	235
Grande ABC	269	360	384	264
Taubaté	195	237	199	152
Total	5205	5470	5801	3824

Notas Técnicas e Documentos de Orientação

Ao longo da gestão, foram publicadas oito notas técnicas pelo CRP SP com o objetivo de orientar a categoria e a sociedade sobre a atuação profissional, constituindo-se como importante referência à sua qualidade técnica e ética. Os assuntos bastante variados: escuta de crianças e adolescentes; exercício da acupuntura pela/o psicóloga/o; atuação da/o psicóloga/o no âmbito do sistema prisional; saúde suplementar; cobrança da contribuição pelo Conselho Regional de Administração (CRA); atendimento psicológico a pessoas em conflito com sua orientação sexual e identidade de gênero; orientação frente ao atendimento de mulheres em situação de interrupção de gravidez; relatórios técnicos produzidos por psicólogas/os no contexto de internação provisória, internação ou semiliberdade das medidas socioeducativas.

As notas técnicas partiram de dúvidas e problemas enfrentados no cotidiano e visam orientar e mostrar para a categoria formas de refletir e atuar nos mais diversos temas. Elas são pautadas pelo Código de Ética, pelas Resoluções e pelos princípios em defesa dos direitos humanos. Tais notas foram elaboradas a partir de um processo que extrapola a Comissão de Orientação e Fiscalização ou os núcleos temáticos do Conselho. Em sua produção, o método da gestão esteve muito marcado: articulação com a categoria, com especialistas de diversos campos, com coletivos organizados, associações, entidades da área, outros CRPs e também com a sociedade. Os textos foram construídos, a partir desses debates, pelos núcleos temáticos, com o apoio das psicólogas assistentes técnicas do CRP SP. Destacam-se os diálogos com outras entidades e associações, como por exemplo: O Conselho Regional de Administração (CRA), Sociedade Brasileira de Psicologia e Acupuntura (SOBRAPA) e Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça de São Paulo (ASPTJ) e outros Conselhos Regionais de Psicologia do país.

Apresentamos a seguir um breve resumo das notas técnicas lançadas nesta gestão.

Nota técnica de orientação à categoria sobre a escuta de crianças e adolescentes:

As reflexões sobre esse aspecto da conduta profissional tiveram início em 2005, após as primeiras notícias da participação de psicólogas/os no chamado Depoimento Sem Dano, um projeto realizado pelo Judiciário em Porto Alegre, desde 2003. O entendimento se debruçou sobre dois aspectos: o papel profissional da/o psicóloga/o no sistema de justiça e sistema de proteção à criança e adolescente e a garantia de direitos. O papel profissional é pensado a partir da reflexão sobre quais escutas estão atribuídas à prática de psicólogas/os ou como essas poderão ocorrer, considerando-se o comprometimento ético, político e técnico da Psicologia. O projeto tem, cada vez mais, ganhado força no Tribunal de Justiça de São Paulo, convocando as/os psicólogas/os e assistentes sociais a um papel de inquirição, o que fez com que as/os profissionais desse campo demandassem o CRP SP, buscando respaldo para garantir sua autonomia profissional e uma atuação a partir das contribuições da Psicologia nos processos de escuta de crianças e adolescentes envolvendo o sistema de justiça.

A nota técnica produzida sustenta a diferença entre a escuta psicológica e a inquirição judicial, esta última feita por meio do diálogo informal, da investigação policial, dentre outros modos de recolher dados dos envolvidos em situações de suspeita de violação de direitos. Aponta que a escuta psicológica se caracteriza pelo cuidado do profissional em acolher, compreender e trabalhar as demandas do outro de maneira não invasiva, buscando sentidos e significações e possibilitando sua ressignificação.

Aponta ainda a importância de que a função dos diferentes serviços e equipes profissionais seja garantida, com o compartilhamento de propostas distintas de atuação, consoante e pertinente a cada área, e que possam se entrelaçar em objetivos comuns. Finaliza orientando que o papel da/o profissional não reside na inquirição, que tende a perpetrar as violações de direitos, alertando à necessidade de identificar se crianças e adolescentes estão tendo garantido o direito de falar ou estão sendo obrigadas a falar, como testemunhas, para instruir processos judiciais.

Nota Técnica sobre o exercício da acupuntura pela/o psicóloga/o:

A produção dessa nota foi motivada pelo julgamento do recurso apresentado no STF (junho/13), que manteve a decisão proferida pelo TRF 1ª Região de anulação da Resolução CFP 05/02, a qual reconhecia a acupuntura como recurso complementar no trabalho da/o psicóloga/o. O entendimento foi de que é competência da União legislar sobre as condições do exercício das profissões regulamentadas e que no escopo básico da Lei 4119/62 não há previsão para essa habilitação entre as funções privativas da profissão.

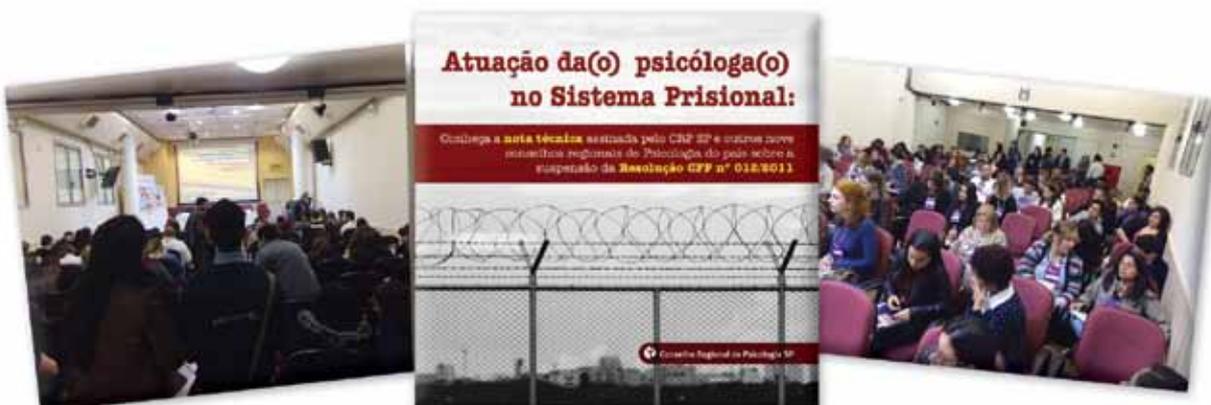
Diante disso, a nota técnica do CRP SP afirmou que a justiça não aferiu mérito sobre quem pode ou não praticar a acupuntura, apenas constatou não se tratar de prática privativa da/o profissional da Psicologia, restringindo unicamente o instrumento utilizado para sua regulamentação no âmbito da profissão. Apontou que a acupuntura é uma prática de livre exercício, inclusive por diversas categorias profissionais, não havendo qualquer impedimento para que a/o psicóloga/o possa atuar no campo. Concluiu pelo não impedimento de que a/o profissional da Psicologia vincule seu título de Psicóloga/o ao de Acupunturista, entendendo que essa vinculação, por si só, não constituirá falta ética sobre a qual recairá qualquer procedimento disciplinar, e alertou que, para tanto, a/o profissional deve estar capacitada/o, conforme os preceitos éticos da profissão.



Nota Técnica Sobre a Suspensão da Resolução CFP 012/2011 - Atuação da/o psicóloga/o no âmbito do sistema prisional:

No dia 10 de abril de 2015 o Sistema Conselhos de Psicologia foi surpreendido com a decisão proferida pela Justiça da 1ª Vara Federal de Porto Alegre. A decisão ocorreu na ação civil pública, movida pelo Ministério Público Federal contra o Conselho Federal de Psicologia e Conselho Regional de Psicologia da 7ª Região (RS), na qual houve antecipação da tutela para: a) suspender, em todo o país, os efeitos da Resolução CFP 012/2011; b) determinar aos Conselhos réus a suspensão de todo e qualquer procedimento ou processo administrativo destinado a apurar eventual descumprimento, por parte das/os psicólogas/os, das disposições constantes na referida Resolução; c) determinar ao CFP que, no prazo de 10 dias, dê ampla divulgação à decisão, inclusive em sua página na Internet.

Diante disso, a nota técnica produzida por alguns Conselhos Regionais de Psicologia, dentre eles o CRP SP, alertou para o fato de que o exame criminológico realizado por psicóloga/o que atua como profissional de referência e em programas de reintegração social não é compatível com os princípios éticos e técnicos da profissão. Ao resgatar várias referências sobre avaliação psicológica, produção de documentos escritos e atuação das/os psicólogas/os no sistema prisional, destaca a necessidade de superação da realização do exame criminológico e da possibilidade de realização de avaliações psicológicas de fato, garantindo os marcos legais da profissão.



A nota ainda afirma que exame criminológico não se constitui uma prática psicológica (ao contrário da avaliação psicológica), pois o mesmo é indeterminado e considerado sem consistência técnica, científica e ética para o fazer psicológico. Conclui que a Psicologia, enquanto ciência e profissão, quer afirmar outras possibilidades de intervenção no campo penal, que possam trazer contribuições mais efetivas no processo de retomada da vida em liberdade, principalmente no que diz respeito à redução do sofrimento emocional advindo das péssimas condições de encarceramento, na garantia do acesso da população carcerária às políticas públicas, na assistência aos apenados, egressos e seus familiares, na retomada de laços sociais e na construção de redes extramuros que lhes dêem apoio, suporte e acompanhamento psicossocial. Denuncia que o exame criminológico desrespeita diversos princípios do Código de Ética Profissional da/o Psicóloga/o, podendo se configurar como negligência, haja vista a desconsideração das condições necessárias para a realização de um serviço de qualidade.

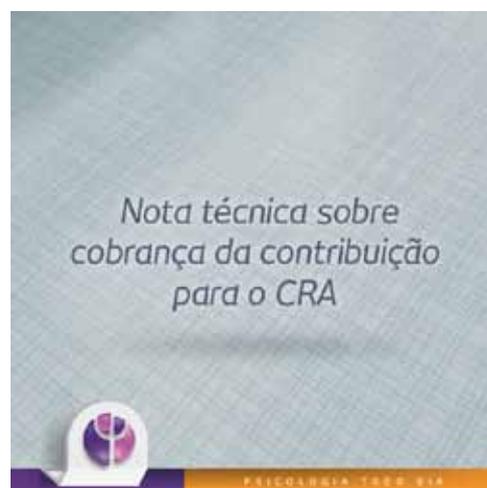
Nota Técnica sobre cobrança da contribuição do CRA:

Esta nota surgiu como resposta e orientação aos casos em que o Conselho Regional de Administração (CRA) notifica e aplica multas a empresas e/ou psicólogas(os) que prestam serviços na área Organizacional, Gestão de Pessoas e de Recursos Humanos.

O CRP SP orientou a categoria sobre a autorização legal de as/os psicólogas/os exercerem atividades na área de Psicologia Organizacional e do Trabalho, visto que o desenvolvimento de atividades em Gestão de Pessoas e Recursos Humanos estão contempladas nesta área e ainda, por tratar-se de setor multiprofissional, onde cada um, ao exercer tal atividade, o fará utilizando-se dos conhecimentos pertinentes à sua formação/graduação.

Orientou ainda para que conste no Contrato Social de empresa prestadora de serviços por psicólogas/os, na área de Gestão de Pessoas e Recursos Humanos, Recrutamento, Seleção, Desenvolvimento Organizacional, Treinamento, entre outras afins, que as atividades serão desenvolvidas a partir de métodos e técnicas psicológicas e de competências afins.

Alertou, assim, ao fato de que cabe ao Conselho Regional de Psicologia, e somente a este, a atividade de orientar e fiscalizar o exercício profissional da/o psicóloga/o, em Pessoa Física ou Pessoa Jurídica, não cabendo cobranças ou multas por parte de outros Conselhos Profissionais.



Documento de Orientação para Atuação Profissional n.º 01/2015 - Saúde Suplementar:

Desde 2003, o CRP SP realizou discussões e ações visando ampliar e qualificar a atuação da/o psicóloga/o em planos de saúde. Considerando a crescente inserção das/os profissionais da Psicologia e as dificuldades emergentes neste contexto, essa gestão elaborou tal documento, com as principais informações e questões a respeito desta atuação.



Foram abordados aspectos relativos aos contratos com as operadoras, com ênfase em questões administrativas, e aspectos éticos relativos à atuação profissional. Em relação a esses, a nota sistematiza as informações para elaboração e guarda de prontuários e especificidades sobre a publicidade profissional, de modo que os valores cobrados não sejam utilizados como forma de propaganda.

Nota de Orientação CRP-SP 01/2016 - sobre o atendimento psicológico a pessoas em conflito com sua orientação sexual e identidade de gênero:

A Resolução CFP 01/99 regulamenta a atuação das/os psicólogas/os com relação a questões de orientação sexual e é um importante instrumento para garantir a qualidade dos serviços psicológicos prestados à população de todo o país. A Resolução considera as homossexualidades como parte da diversidade humana e não como doenças, distúrbios ou perversões – compreensão similar a de diversas entidades nacionais e internacionais. A nota produzida por essa gestão do CRP SP buscou combater a ideia de que o atendimento a pessoas em conflito com sua orientação sexual e/ou identidade de gênero está vedada, alertando para a proibição de que tais orientações e/ou identidades sejam tratadas como doenças.

Assim, orientou para a necessidade, nesses atendimentos, das/os psicólogas/os: considerarem o impacto do contexto sociocultural e seus valores na queixa trazida e na vontade de modificar sua orientação sexual e/ou identidade de gênero, compreendendo os conflitos vivenciados; avaliar criticamente, garantindo a autonomia e protagonismo do usuário, as motivações para a mudança de orientação sexual e/ou identidade de gênero; reconhecer o sofrimento psíquico apresentado decorrente da vivência de preconceitos, discriminações e violências; avaliar a necessidade de intervenção junto à família, comunidade e espaços de pertencimento da pessoa atendida, visando garantir o direito à convivência familiar e comunitária; considerar, no caso de atendimentos prestados a crianças e/ou adolescentes sem o conhecimento e/ou consentimento de seus/suas responsáveis legais, possíveis riscos vivenciados pelo usuário do serviço, garantindo o princípio da proteção integral de crianças e adolescentes, conforme preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente; acolher famílias e responsáveis legais que solicitam serviços psicológicos visando a alteração de orientação sexual e/ou identidade de gênero de outrem, a partir desses mesmos princípios; apropriar-se das práticas, pesquisas e legislações na área de sexualidade e gênero; informar a pessoa atendida sobre os limites e possibilidades de sua atuação enquanto psicóloga/o; denunciar aos órgãos competentes situações de violência e discriminação lesbofóbicas, homofóbicas, bifóbicas e transfóbicas.



Nota Técnica CRP-SP 02/2016 - Relatórios Técnicos Produzidos por psicólogas/os no contexto de internação provisória, internação e semiliberdade das medidas socioeducativas:

Provocado pela Defensoria Pública do estado de São Paulo sobre casos em que os documentos produzidos por psicólogas/os resultam em provas contra adolescentes, o CRP SP produziu essa nota de orientação. Nela, afirma-se que não há impedimento na produção de documentos pelas/os psicólogas/os que atuam na Fundação Casa, desde que baseados em estudo de caso com o objetivo de propor estratégias e ações para o acompanhamento do adolescente na perspectiva da responsabilização e cuidado, não ocupando lugar de julgamento. Orienta-se que a/o psicóloga/o atuando no contexto das Medidas Socioeducativas não deve cumprir função de perita/o e, por implicação, não deve produzir provas, pois tal papel prejudicaria os objetivos do acompanhamento pautado na reintegração do adolescente e definido posteriormente no Plano Individual de Atendimento (PIA), conforme posto pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e referendado pela categoria nos materiais produzidos pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP).

A nota orienta para o cuidado nos relatórios, evitando-se convocações de predição da reincidência, de criminalização e patologização do adolescente. A finalidade do relatório psicológico será a de apresentar os procedimentos e conclusões gerados pelo processo da avaliação psicológica, relatando sobre o encaminhamento, as intervenções, o diagnóstico, o prognóstico e evolução do caso, orientação e sugestão de projeto terapêutico, bem como, caso necessário, solicitação de acompanhamento psicológico, limitando-se a fornecer somente as informações necessárias relacionadas à demanda, solicitação ou petição.

Nos casos em que a/o psicóloga/o apresenta argumentações fundamentadas a respeito da impossibilidade de cumprir demandas e, ainda assim, são pressionadas/os a produzir provas contra os/as adolescentes, cabe avaliar a caracterização de coerção e/ou violência moral diante de relações de poder. E, sendo o caso, cabe a busca de recursos institucionais, sindicais bem como o apoio de colegas psicólogas/os e outros/as profissionais para providências necessárias, encaminhando-se a matéria para órgãos competentes para providências cabíveis.



Documento de orientação frente ao atendimento de mulheres em situação de interrupção da gravidez:

O documento alerta sobre os deveres das/os psicólogas/os em atendimento a mulheres que desejam interromper a gravidez, apontando para a necessidade de destituição de preconceitos, juízo de valores e crenças religiosas, morais e pessoais da/o psicóloga/o que induzam a decisão da mulher, de modo que ela seja acompanhada e acolhida em seu processo decisório. Orienta sobre a necessidade de considerar o contexto sociocultural da mulher atendida, seus valores e crenças para a construção de uma decisão consciente, singular e tomada por ela, considerando inclusive as situações de que decorrem a gravidez e os efeitos da violência sofrida, quando for o caso.

As/os psicólogas/os foram ainda orientadas que o atendimento às mulheres que desejam interromper a gravidez está desvinculado da obrigatoriedade de apresentação de boletim de ocorrência policial ou à comprovação de fatos narrados e que é preciso avaliar, com a participação da mulher atendida, a necessidade de intervenção junto à família, comunidade e espaços de pertencimento, visando garantir sua autonomia no processo decisório, reafirmando demais preceitos éticos da profissão.

Todas as notas técnicas e documentos de orientação estão disponíveis no site do CRP SP, na seção de orientações.



Debates realizados com a categoria

O CRP SP promoveu, ao longo da gestão, diversos eventos e debates relativos a vários campos, temáticas e desafios envolvidos no exercício profissional da Psicologia. Muitos deles ocorreram regionalmente, nas subsedes, e outros tiveram caráter estadual.

Esses eventos expressam a opção pelo método dialógico e democrático na produção de orientações e no compromisso com a qualificação do exercício profissional. A categoria é chamada para discutir sua prática, em espaços que aglutinam estudantes, outros profissionais, especialistas, interessados na temática em geral. Nesses eventos debatem-se dificuldades vividas no cotidiano, experiências exitosas, práticas diversas oriundas de diferentes lugares do estado de São Paulo e muitas vezes do Brasil.

Foram muitos os eventos realizados por esta gestão durante esse triênio (2013-2016), dentre os quais destacaremos alguns.

Ciclo de Debates sobre a Psicologia do Esporte:

O Ciclo Estadual de debates “Diálogos sobre Psicologia do Esporte” teve como objetivo debater sobre as diretrizes e referências para o exercício profissional, orientar, refletir e posicionar-se, a partir das diretrizes éticas da profissão, sobre a práxis da/o psicóloga/o do/no esporte em diversos contextos.

O esporte, como agente de transformação social, insere-se em diferentes contextos sendo praticado por protagonistas distintos. Uma questão fundamental que se coloca, também a partir do Diagnóstico Nacional do Esporte, é a universalização da prática esportiva. O acesso das pessoas com deficiência a essa prática, em diversos níveis, torna-se um tema fundamental a ser debatido.

Desse modo, a compreensão das potencialidades do esporte como ferramenta de inclusão social, garantia de direitos, promoção de saúde e profissionalização pode e deve contribuir para a produção de conhecimentos e práticas da Psicologia do Esporte, ao mesmo tempo que as/os psicólogas/os tem muitas contribuições a ofertar para essa conquista.



O Ciclo foi constituído por 04 encontros, que debateram questões éticas e o papel da mídia, as implicações e limites da atuação profissional na área e a utilização de práticas integrativas e complementares, a questão da formação para a atuação na área, o compromisso com a garantia de Direitos Humanos e a promoção de saúde mental na atuação da/o psicóloga/o do esporte no Paraesporte.

Além disso, destacamos a realização, como parte desse ciclo, da II Mostra Estadual de Práticas em Psicologia do esporte, na qual, por meio dos trabalhos apresentados por profissionais e estudantes comprometidos com a atuação no campo, buscou-se problematizar o desenvolvimento humano através da atividade física e esportiva e os diversos olhares, significações e contextos que esse desenvolvimento se manifesta. Buscou-se abordar de que forma a psicologia pode e deve se posicionar, compreender e intervir contribuindo para que o acesso ao esporte seja direito de todas e todos.

O evento teve os seguintes objetivos: mapear e conhecer as práticas em Psicologia do Esporte no estado de São Paulo; integrar psicólogas/os, estudantes e profissionais do esporte que atuam e que pretendem atuar na Psicologia do Esporte; reunir subsídios para proposição de políticas públicas na área do esporte; ampliar a compreensão sobre o sistema esportivo, gestão no esporte e posicionamento da psicologia nesse contexto; discutir o desenvolvimento humano a partir da atividade física e a contribuição da psicologia nessa perspectiva.

Todas as ações da área foram construídas em parceria e com a participação permanente de diversas associações e entidades organizativas do campo.

Seminários Estaduais sobre Psicologia e Laicidade:

Esses seminários tiveram o objetivo de produzir referências para a orientação da práxis psicológica no que tange aos diálogos da Psicologia – ciência e profissão – com a religião, a espiritualidade e os saberes tradicionais, bem como no que diz respeito às epistemologias não hegemônicas no campo da própria Psicologia. O CRP SP realizou uma série de 04 Seminários ao longo de 2015, em parceria com entidades da Psicologia, universidades e associações profissionais.

Os temas debatidos foram: “Psicologia, laicidade e políticas públicas”; “Psicologia, religião e Direitos Humanos”; “Na fronteira da Psicologia com saberes tradicionais”; “Psicologia, espiritualidade e epistemologias não-hegemônicas”. As reflexões e discussões representaram um acúmulo importante para o diálogo da Psicologia com o campo, superando inclusive o que estava previsto para o período como diretriz do VIII COREP e CNP em relação à temática.



Psicologia no Tribunal de Justiça:

Esse conjunto de eventos teve o objetivo de promover o diálogo sobre a atuação da/o psicóloga/o no Tribunal de Justiça, a fim de reconhecer os avanços dessa área de atuação e os desafios a enfrentar rumo à construção de uma prática profissional comprometida com a garantia de direitos de crianças, adolescentes e suas famílias.

Os debates percorreram o estado a partir da organização de eventos em várias subseções do CRP SP, em função das principais necessidades identificadas em cada região, abrangendo temas diversos na sua relação com as implicações na atuação das/os psicólogas/os nesse campo: guarda compartilhada; redução da maioridade penal; destituição do poder familiar, colocação em família substituta e adoção; violência sexual contra crianças e adolescentes, dentre outros, com destaque para as diversas possibilidades de atuação no Tribunal de Justiça e suas implicações éticas.



Psicologia e segurança pública:

A roda de conversa “Políticas de segurança pública: desafios ético-políticos para a Psicologia” marca a atuação e as preocupações do CRP SP com esse campo. Considerou que a Psicologia tem ocupado um lugar cada vez mais importante na formulação e execução de políticas públicas de segurança.

O CRP SP, ao propor esse debate, entendeu que essa atuação deve responder às questões éticas e aos parâmetros técnicos de atuação e também considerar a importância da atuação em rede a partir da política pública intersetorial nas diversas áreas, como as da saúde, da assistência social, da educação. Foram perguntas norteadoras do debate: “O que queremos de uma política pública de segurança?”, “Como queremos esse debate?”, “Quais os desafios e propostas para atuação da psicologia nesse campo?”, “Como faremos essa atuação?”.



Seminários e eventos sobre a Questão Racial:

Foram muitos os debates produzidos para aprofundar a discussão da questão racial e implicar a Psicologia com o racismo como questão estrutural da sociedade brasileira, que se perpetua ao longo da história. Observou-se, ao longo do tempo, uma ampliação da participação da categoria, estudantes e outros profissionais na resposta ao chamado para refletir sobre essa temática.



Destacamos, nesse processo, alguns eventos que foram essenciais na trajetória do trabalho sobre as relações raciais pelo CRP SP: “Contra o genocídio da população negra: subsídios técnicos e teóricos para a Psicologia”; “Discriminações e Sofrimento Psíquico: Racismo, Ceticismo e Homofobia”; “Simpósio Violência estrutural: desafios e perspectivas para a atuação profissional comprometida com o enfrentamento ao racismo”; “Seminário: enfrentando o Racismo Institucional”. Este último, realizado em parceria com o Instituto AMMA Psique e Negritude, tendo em vista as contribuições oriundas das oficinas realizadas no CRP SP, buscou estabelecer estratégias para o CRP SP, de forma mais contínua e constante, promover a discussão e reflexão sobre a relação da Psicologia com as questões étnico-raciais.

Em algumas ocasiões a questão racial foi ainda abordada transversalmente, na discussão das práticas profissionais relativas a temas diversos, como saúde mental, educação e inclusão, sexualidade e gênero, dentre outras. A participação do CRP SP em várias atividades externas relativas ao tema foi também um marco importante da gestão.

Debates sobre Psicologia e Povos Indígenas:

Dando continuidade à aproximação da Psicologia com a questão indígena no Brasil e reconhecendo a necessidade de produção de novas referências no campo da ciência e da profissão para que essa aproximação represente uma contribuição às necessidades dessa população, as atividades do CRP SP nessa gestão tiveram como marca o diálogo com a população indígena e o seu protagonismo como princípio para tal construção.

Destacamos, então, o evento “Violência de estado, direitos humanos e a questão indígena: lutas e resistências ontem e hoje”, no qual as entidades presentes confeccionaram a “Carta manifesto contra a violência do Estado e pela defesa intransigente dos direitos sociais das populações indígenas brasileiras”. A implicação do CRP SP com a realização da 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista, sediou etapa local da conferência, também merece destaque.

Por fim, devemos referenciar o 3º Ciclo de Debates Psicologia e Povos Indígenas, que realizou 03 eventos em cidades distintas (Ribeirão Preto, Santos e São Paulo). O ciclo marcou uma década de trabalhos direcionados à mobilização das/os psicólogas/os quanto às questões que afetam os povos indígenas. As demandas são diversas, assim como o são as possibilidades de atuação das/os psicólogas/os nesse campo. Seja na aldeia ou na cidade, na formulação e execução de políticas públicas ou na academia, há muito o que fazer - e o que aprender com os indígenas. Por essa razão, o ciclo mais uma vez foi marcado pela participação da população indígena nos debates, tendo em vista seu protagonismo para a construção de referências para a área.



Seminário 25 anos do ECA: qual o balanço dessa história?

Em 2015 o Estatuto da Criança e do Adolescente completou 25 anos. Ao longo deste período, consolidaram-se grandes vitórias quando o assunto é a afirmação da infância e da adolescência como etapas que merecem maior cuidado, sensibilidade e proteção. Para revistar essa história e observar os desafios que nos aguardam para os próximos 25 anos, o CRP SP realizou este seminário, no qual foi anunciada a realização da “Campanha ECA 25 anos, Brincar pra valer, valer pra brincar”.

Além de psicólogos/os e estudantes de Psicologia, o Seminário contou com representações de movimentos sociais, instituições, serviços, gestores públicos e toda sorte de militantes afins ao tema da infância e adolescência, com especial destaque à própria participação das crianças e adolescentes no evento e em suas oficinas.



Rodas de Conversa Fundação Casa, diálogos e desafios:

A gestão 2013-2016 realizou muitas rodas com trabalhadoras/es dessa instituição, por todas as subsedes do CRP SP, tendo em vista a necessidade de enfrentar os nós críticos que envolvem o campo socioeducativo no estado São Paulo, oferecendo respostas às situações de conflito com a lei que garantam plenamente os direitos das crianças e adolescentes. As rodas marcaram a consolidação de espaços de interlocução e nelas foram pautadas questões relativas à Fundação Casa, a fim de orientar e debater com as/os profissionais de Psicologia que atuam com adolescentes em medidas socioeducativas, de internação e semiliberdade, o cotidiano institucional e a articulação em rede.



Psicologia e a questão das drogas:

Diante do desafio de garantir uma inserção profissional das/os psicólogas/os em diversos campos em que consequências nocivas do uso de álcool e/os outras drogas apresentam-se como uma questão importante, a partir da contribuição para uma política sobre drogas que respeite os Direitos Humanos, o CRP SP realizou muitas ações, eventos e debates ao longo dessa gestão.

Dentre elas podemos destacar o Seminário “Terapêuticas no Campo das Drogas: A Clínica Antimanicomial e o Uso Abusivo de Drogas”, que reuniu muitas pessoas para o debate sobre as terapêuticas que envolvem o campo da prevenção e do cuidado da pessoa que faz uso abusivo ou problemático de drogas. O evento teve como foco o avanço nas ações de prevenção, as variadas intervenções para cuidado a pessoas que queiram modificar seus hábitos e os investimentos para a qualificação da perspectiva da redução de danos. Afirmou o compromisso da Psicologia com a garantia dos direitos humanos, compreendendo a saúde no sentido amplo. Apresentou a ética da psicologia orientada ao cuidado e proteção das pessoas que pedem por auxílio, destacando que ela, historicamente, combateu técnicas punitivas e moralizantes e posicionou-se sobre autonomia e dignidade do sujeito, tendo, portanto, uma contribuição importante nessa área.



Um outro debate que merece destaque é o “Lançando ideia: roda de conversa sobre lança-perfume”, que partiu da preocupação com as observações sobre seu uso e eventuais decorrências críticas de abuso, as quais apresentaram-se como comuns para quem trabalha com jovens, impactados com reiterados relatos de mortes. A ausência de explicação sobre estes óbitos silenciosos, culpando-se somente a substância, impossibilita a apreensão do fenômeno na sua integralidade e a compreensão dos possíveis efeitos adversos do ponto de vista da sociedade. Diante desse cenário, essa roda de conversa propôs debater sobre diferentes perspectivas a cultura de uso do lança-perfume, o atendimento em saúde, ações de redução de danos e as demais questões que envolvem este uso, tendo como grande êxito o diálogo entre atores inseridos nos mais diversos campos e envolvidos com a temática.



Seminários Estaduais de Psicologia e Educação:

Essa gestão do CRP SP, por meio desses Seminários, procurou debater sobre os processos de inclusão no âmbito escolar. A ausência de referências técnicas para a atuação das/os psicólogas/os neste campo específico, a relevância de debater o tema da inclusão educacional articulado com outras temáticas cuidadas pelo CRP SP, dada a sua complexidade e as distintas dimensões da temática, resultou na realização de dois ciclos de debates. O primeiro com o tema “Racismo, Homofobia e Inclusão Educacional”, o segundo com o tema “Direito à Educação de Jovens em Cumprimento de Medidas Socioeducativas”.



Esses debates representam uma contribuição para a qualificação e ampliação da atuação das/os psicólogas/os no contexto escolar.

Seminário Estadual de Psicologia Organizacional e do Trabalho:

Esse seminário foi um marco importante para o compromisso dessa gestão em identificar os desafios que envolvem a atuação das/os psicólogas/os nesse campo e construir ações mais sistemáticas do CRP SP como respostas a elas. Partiu do reconhecimento das intensas transformações econômicas, éticas e ideológicas nas relações de trabalho, diante das quais a atuação da/o psicóloga/o organizacional e do trabalho se depara com incontáveis desafios, principalmente na manutenção e resgate da dignidade do trabalhador e na proteção de seus direitos. Este compromisso com uma prática transformadora nas organizações do trabalho foi o grande tema do seminário.



Debates sobre Psicologia e as questões e relações de sexualidade e gênero:

A gestão do CRP SP 2013-2016 reconheceu que, em um contexto social e político marcado por um crescente conservadorismo e fundamentalismo religioso, que vêm tomando as questões de diversidade sexual e de gênero como algo a ser combatido, cabe colocar em questão quais as contribuições da Psicologia para a construção e efetivação da cidadania LGBT. Além disso, esteve atenta à perpetuação dos padrões de dominação e violência de gênero instituídos em nossa sociedade, com importante impacto sobre as mulheres. Nesses debates, foi um desafio garantir o reconhecimento das intersecções gênero, raça, classe e idade para a produção desses processos e intervenção da Psicologia em relação aos mesmos.

Dentre a diversidade de eventos e debates realizados, podemos citar: "Psicologia, diversidade sexual e de gênero: desafios para a construção da cidadania LGBT"; "Roda de conversa sobre Psicologia e bissexualidade"; "Transexualidade, travestilidade e a atuação psicológica", dentre outros. Cabe destacar ainda a roda de conversa "Aborto: pauta permanente contra um discurso hegemônico" e o seminário "10 anos Lei Maria da Penha: Perspectivas de atendimento a mulheres em situação de violência", o qual

pretendeu abordar aspectos sobre o atendimento à mulheres em situação de violência tendo como principais eixos: as especificidades no atendimento à população de mulheres negras, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis; o impacto jurídico e social da Lei Maria da Penha nos equipamentos socioassistencial e de saúde, bem como para onde o trabalho da/o psicóloga/o deve se orientar em casos de violência.

Cabe destacar ainda os 02 Seminários sobre a temática dos Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos realizados pelo CRP SP nessa gestão, os quais serão apresentados adiante no conjunto das ações desenvolvidas pelo Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), por ter composto os esforços para a realização da pesquisa nacional relativa a esse campo de atuação.



Psicologia, deficiência e pessoas com deficiência:

Uma conquista dessa gestão do CRP SP foi o compromisso com a temática da deficiência e das pessoas com deficiência, convocando a categoria a se implicar com ela nos seus diversos campos de atuação e o próprio CRP SP a sistematizar referências que contribuam com essa conquista. Sem dúvida, o debate da sociedade brasileira em torno da Lei Brasileira da Inclusão foi fundamental para o reconhecimento da transversalidade dessa temática na Psicologia. Como marca desse processo e das diversas ações realizadas podemos citar a realização de 02 grandes eventos.

O primeiro, "Seminário Estadual sobre Psicologia, deficiência e pessoas com deficiência: desafios e perspectivas para a atuação profissional compromissada com a garantia de direitos a uma vida autônoma", provocou para a temática, objetivando debater, apontar avanços, desafios e práticas envolvendo a profissão, o fenômeno da deficiência e as pessoas com deficiência, enquanto sujeitos políticos e de direitos, além de usuárias dos serviços psicológicos. Tematizou a despatologização da deficiência, políticas públicas voltadas para essa população e o Estatuto da Pessoa com Deficiência.



O segundo, “Encontro Estadual Psicologia, Deficiência e Pessoas com Deficiência: Atuação Profissional Sob a Perspectiva da Inclusão Social e da Cidadania”, teve como objetivo apresentar aspectos das práticas da categoria profissional e dialogar com elas sob a perspectiva consolidada na Lei Brasileira da Inclusão. Foram debatidos o marco legal e suas questões centrais, sobretudo no que concerne ao paradigma que o embasa e às múltiplas violências consequentes que a sua não efetivação ampla traz para o cotidiano das pessoas com deficiência. Em um segundo momento, a fim de aprofundar a reflexão sobre a prática da/o psicóloga/o e para levantar, conhecer e debater possíveis parâmetros de atuação profissional em algumas das principais áreas de atuação profissional e atenção à pessoa com deficiência - a saber, nos eixos Sistema de Justiça, Assistência Social, Saúde, Educação e Trabalho - foram apresentadas e comentadas experiências em distintos Grupos de Intercâmbio e Discussão.



2º Seminário Estadual sobre Psicologia em situação de emergências e desastres:

Em comemoração à Semana Nacional de Redução de Desastres no Brasil, o CRP SP realizou este seminário, com o tema: “Contribuições para as políticas públicas na redução de riscos e desastres”. O evento foi voltado a psicólogas/os, estudantes, pesquisadores, gestores e profissionais de defesa civil, saúde, assistência social e de outras áreas correlatas, movimentos sociais e outras pessoas interessadas na prevenção de riscos, na preparação para seu enfrentamento, na assistência nas respostas e na reconstrução dos projetos de vida das pessoas e das comunidades afetadas.

Seu objetivo foi propiciar um debate amplo sobre as políticas públicas voltadas para a redução dos riscos e desastres e a melhoria da qualidade de vida das pessoas que são, eventual ou continuamente, afetadas por esses eventos adversos grandes ou pequenos, que requerem respostas emergenciais para não se tornarem desastres.

O Seminário marcou o conjunto de ações desenvolvidas pelo CRP SP no compromisso com a atuação qualificada da Psicologia em relação a essa questão e teve como mérito o protagonismo de comunidades e coletivos representando populações atingidas por essas condições.



Psicologia Popular:

O evento “Educação Popular, Saúde Popular, Questões da terra e Saberes tradicionais: perspectivas para a psicologia” objetivou promover um espaço de debate e construção coletiva sobre a articulação desses campos de atuação, assim como do horizonte ético-político que deve orientar nossa ação profissional junto à população atendida. A psicologia tem ajudado campos a se aproximarem na construção de projetos comuns em que os saberes populares são seu centro de irradiação. Historicamente, a ação da psicologia nessa interface está relacionada às questões da terra, educação popular e à saúde popular em suas diferentes possibilidades. Ao pensarmos nessas questões, estamos tratando diretamente da memória histórica das populações e dos saberes instituídos nesse processo. Esse debate marcou o compromisso de aprofundar referências orientadas por essa perspectiva, o que se anuncia como um desafio futuro para a Psicologia.



Oficinas sobre elaboração de documentos escritos:

O CRP SP realizou, por todo estado, várias oficinas sobre a elaboração de documentos escritos, tendo como referência a Resolução CFP 07/2003, que regulamenta a elaboração de documentos escritos produzidos pela/o psicóloga/o decorrentes de avaliação psicológica, as recentes leis publicadas, os documentos apresentados em outros contextos além da avaliação psicológica, os documentos produzidos em equipes multiprofissionais, dentre outros.

A continuidade dessa ação mostrou-se necessária pela permanente demanda de orientação e de queixas relativas à conduta ética profissional envolvendo a produção desses documentos, sobretudo quando inseridos no Sistema de Justiça.



Psicologia e Assistência Social:

Marcado pela capilarização das ações em todo estado de São Paulo, o debate sobre a atuação da Psicologia nas políticas públicas de assistência social se deu de modo constante e envolvendo recortes variados, em função de necessidades territoriais. Teve sempre em vista as referências para a contribuição da Psicologia ao avanço do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e à garantia de direitos da população, num país fortemente caracterizado pela desigualdade social. Tratou de temáticas relevantes a partir da inserção das/os psicólogas/os nas redes de proteção social básica e especial e se construiu no diálogo com os coletivos de trabalhadores organizados do campo, convocando, muitas vezes, gestores para o debate.

Dentre os muitos eventos e ações realizadas em todo estado, podemos citar o 3º Seminário Estadual sobre Psicologia e Assistência Social em São Paulo, que teve como tema “10 anos do Sistema Único de Assistência Social: contribuições e desafios da Psicologia para o enfrentamento da desigualdade social”. O evento reuniu muitas pessoas e foi um marco importante nessa história. Realizou uma avaliação qualificada sobre a trajetória percorrida, promoveu intercâmbios, diálogos e debates para instrumentalizar a categoria sobre problemas práticos e cotidianos nos serviços e para construir propostas visando reafirmar, redirecionar ou mesmo recriar objetivos e caminhos da Política de Assistência Social, não só tratando da Psicologia na Política de Assistência Social, mas também da Política de Assistência Social na Psicologia.



Psicologia do Trânsito e mobilidade urbana:

A atuação do CRP SP em relação a esse tema teve duas ênfases. Marcando uma perspectiva de maior acúmulo da Psicologia e considerando os desafios observados no exercício profissional das/os psicólogas/os que atuam no contexto do trânsito, o CRP SP se voltou para este campo preocupando-se em orientar psicólogas/os para a melhoria da qualidade técnica e ética na oferta do serviço prestado à sociedade através de avaliação psicológica para concessão de CNH. Caracterizada como uma função pericial, esta atividade da/o psicóloga/o requer aprimoramento contínuo e profundo conhecimento dos processos avaliativos. Para tanto, o CRP SP realizou ao longo desta gestão, alguns debates sobre esta temática, a fim de discutir os desafios nessa área de atuação (relação com o DETRAN, condições de trabalho, título de especialista, dentre outras) e as propostas para seu enfrentamento.



Esses debates, sem dúvida, apontam para a realidade hoje apresentada com relação à mobilidade urbana/humana, como questão do campo das políticas públicas e tema fundamental à garantia de direitos. Nessa perspectiva, foram realizados alguns debates sobre mobilidade como direito, provocando a Psicologia a pensar sua implicação com as políticas de direito à cidade e sua contribuição possível a essa construção e às lutas que hoje se apresentam nessa direção.

Atuação da Psicologia na saúde:

Dentre os eventos realizados pelo CRP SP relativos à inserção profissional no campo da saúde e ao compromisso com uma atuação qualificada para a garantia do direito à saúde da população, destaca-se a preocupação com a atuação da Psicologia no campo da Atenção Básica em Saúde e os desafios e dificuldades permanentes relativos à atuação de psicólogos/os no campo da saúde suplementar, com importantes impactos para a garantia dos padrões éticos da profissão. Essas foram temáticas e questões abordadas em eventos realizados pelo CRP SP no período.

Vale destacar a realização do evento “Você sabe o que é CIF? Questões da Psicologia a partir das políticas de reabilitação e a sua relação com a CIF”. A CIF (Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde), é um sistema de classificação que compõe a Família de Classificações Internacionais da Organização Mundial de Saúde. Visa superar a centralidade do caráter médico e das doenças nas classificações, rompendo com a relação unidirecional entre deficiência, incapacidade e desvantagem. Considerando que ela foi elaborada para ser adotada em diversas áreas (saúde, educação, segurança social etc.), o CRP SP buscou contribuir para que a Psicologia entenda sua construção e utilização, permitindo que as/os psicólogas/os participassem do debate sobre o uso das classificações em seus contextos de trabalho.



Psicologia, saúde mental e luta antimanicomial:

Dando continuidade ao compromisso do CRP SP com o avanço de uma política de saúde mental e de práticas de cuidado antimanicomiais, atenta às contribuições da atuação profissional da Psicologia para esse processo, essa gestão realizou alguns eventos importantes diante de desafios e condições da conjuntura nacional e estadual em relação às políticas públicas da área.



Em meio a muitos eventos locais distribuídos pelo estado, a Semana da Luta Antimanicomial “Manicômio Persiste e a Luta Resiste” realizou um seminário estadual que teve como temas a criminalização, medicalização e encarceramento da infância e adolescência e a reprodução das instituições e práticas manicomial, reconhecendo o genocídio da juventude negra como mais uma de suas expressões. Posteriormente, a Semana da Luta Antimanicomial que teve como tema “Eles passarão... nós passarinhos” realizou uma Mostra Estadual de Práticas Antimanicomiais, debatendo desafios a partir dos mais diversos recortes: práticas de formação, de atenção em álcool e outras drogas, de atenção à infância, de cuidado na atenção básica, de desinstitucionalização, de intervenção no campo da cultura e do trabalho, dentre outras.

Cabe destacar ainda a realização do “II Encontro Estadual de Centros de Convivência e Cooperativa: a delicada arte de produzir encontros”, que lançou o caderno temático derivado do primeiro encontro promovido pelo CRP SP, na gestão anterior. O evento foi construído em conjunto com os CECCOs de todo estado de São Paulo e partiu do reconhecimento do lugar estratégico desse dispositivo na rede substitutiva de saúde mental, buscando a contribuição da Psicologia, a partir do diálogo com as outras áreas envolvidas, para o avanço dos investimentos necessários nas políticas públicas, na direção do compromisso do Estado com esse dispositivo.



Eventos sobre Psicologia Clínica e Psicoterapia:

Os debates sobre a atuação da Psicologia no campo clínico e as práticas da psicoterapia ocorreram em algumas subseções, debatendo implicações com o cuidado de pessoas em situação de sofrimento, as delimitações e variedades que marcam esse campo, os diversos espaços e cenários de atuação e seus dilemas éticos. Na sua maioria como rodas de conversa, marcaram importante acúmulo para a construção de um plano de ação em resposta às necessidades dessa área a ser realizado futuramente pelo CRP SP.

Vídeo Clube:

Nessa gestão do CRP SP, os Vídeoclubes foram desenvolvidos como estratégias regionais, em algumas subseções do CRP SP, debatendo temas de interesse da Psicologia e latentes em nossa conjuntura. As temáticas centrais giraram em torno da manutenção da lógica, da cultura e das práticas manicomial, perpetuando a violência de Estado, e da criminalização da infância e da adolescência, em interface com as duas grandes campanhas que marcaram essa gestão: a Campanha Estadual de Direitos Humanos e a Campanha ECA 25 anos.

Seminários Psicologia e Políticas Públicas

Dando continuidade ao aprofundamento das relações entre a Psicologia e o Estado, por meio da inserção e qualificação da presença das/os psicólogas/os no campo das políticas públicas, o CRP SP realizou três ciclos dos Seminários de Psicologia e Políticas Públicas, que trataram de questões cruciais para as/os psicólogas/os que se encontram implicadas/os como campo das políticas públicas em São Paulo.

O primeiro conjunto tratou das seguintes temáticas: “Psicologia e sistema de justiça: participação e compromisso social”; “Formar para ação: os desafios para Psicologia em políticas públicas”, “A trabalhadora psicóloga: conquistar direitos para promover mudanças”. No segundo ciclo, os temas abordados foram: “Falta de água, impactos na subjetividade humana e as responsabilidades das Políticas Públicas”; “Desafios da Psicologia diante da mobilidade urbana”; “Dialogando sobre reforma urbana: contribuições da Psicologia”; “Psicologia e democratização da mídia: impactos na construção das subjetividades”; “Segurança pública e Psicologia: polícia para quem precisa?”. Finalmente, o último ciclo debateu os processos de participação social e a temática da Reforma Política, provocando sobre a implicação da Psicologia.

Os eventos contaram com participação de psicólogas/os, estudantes, gestores, trabalhadores de outras áreas e usuários. Foram sempre abertos por atividade cultural, produzidas na forma de cenas provocadoras sobre a temática tratada e realizadas por grupo oriundo da rede pública de atenção psicossocial. Todos os seminários ocorreram na Câmara Municipal de São Paulo e foram transmitidos pela TV Câmara, como forma de marcar a perspectiva da relação e diálogo com o Estado e do interesse público por esse debate, que deve promover a implicação da população usuária dos serviços de psicologia e das políticas públicas. O envolvimento da categoria com os Seminários mostra o interesse crescente pelo campo das políticas públicas como um caminho irreversível e que deixa marcas importantes na trajetória da Psicologia.



Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas:

O CRP SP considera fundamental avançar na produção de referências para atuação da Psicologia nas políticas públicas. Debater sobre o tema nos possibilitou ampliar espaços de atuação profissional e foi uma escolha do projeto de compromisso social da Psicologia, para que este compromisso se traduzisse em qualificação de intervenção profissional e ampliação de espaços de trabalho na direção da garantia de direitos.

Ao longo desta gestão, lutamos para fazer avançar o Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). Uma vez que o Sistema Conselhos de Psicologia aprovou a realização de pesquisa sobre a atuação da Psicologia em relação aos direitos sexuais e direitos reprodutivos, o CRP SP deu início a uma série de debates com a categoria para disparar a temática. Por essa razão, foram realizados dois Seminários: “Seminário direitos sexuais e reprodutivos” e “Seminário criança e adolescente: avanços e desafios no diálogo sobre direitos sexuais e reprodutivos”, o qual contou com a participação de crianças e adolescentes para que a temática fosse discutida a partir de suas demandas e da sua relação e experiência da sexualidade. O objetivo dos seminários foi provocar discussões e trocas de experiência sobre a atuação da Psicologia nesse campo, buscando disparar a pesquisa do CREPOP no estado de São Paulo. Esses direitos foram abordados nas áreas da saúde, assistência, educação e temas relacionados a paternidade, violência sexual, funk e outros.



Vale destacar que nessa gestão o CREPOP foi anexado à Comissão de Políticas Públicas (CPP), o que resultou em um trabalho integrado às atividades, seminários e outros materiais do CRP SP relativos ao campo das políticas públicas.

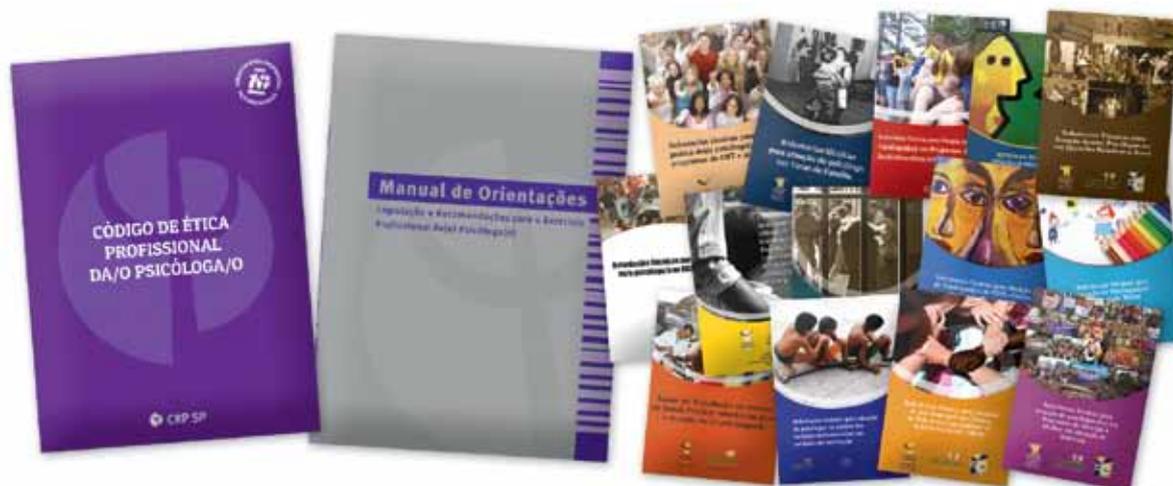
O CREPOP esteve presente em grandes eventos em que o CRP SP teve participação, levando o tema da Psicologia e Políticas Públicas, como no caso dos encontros da Associação Paulista de Saúde Pública (APSP), do Conselho de Secretários Municipais de Saúde (COSEMS) e da Associação Brasileira de Saúde Mental (ABRASME), divulgando as referências do CREPOP para atuação em políticas públicas e participando de rodas e oficinas.



Durante a gestão, realizamos a impressão de 36 mil Cadernos de Referências do CREPOP anteriormente publicados pelo CFP, que foram distribuídos para atender demandas de todas as universidades de São Paulo, para as 09 Subsedes do CRP SP, para eventos e para serviços como Caps, Creas, Cras e outros, compondo o conjunto de ações que apresentaremos a seguir.

Atualização de publicações e referências profissionais:

A gestão 2013-2016 investiu em uma série de publicações que servem de orientação à categoria. O Manual de Orientações foi atualizado, o Código de Ética reimpresso em uma edição comemorativa de seus 10 anos, assim como foram reimpressos cadernos de referências do CREPOP, conforme citado anteriormente. Vale também referenciar, novamente, a publicação da série CRP SP Orienta, com materiais específicos de orientação produzidos a partir das dúvidas que mais comumente são recebidas pelo CRP SP.



Destacamos que, a partir do método de produção de referências para a qualificação da prática profissional por meio de debates e diálogos realizados com a categoria sobre desafios e dilemas enfrentados e sobre respostas que vem sendo construídas no cotidiano, essa gestão considerou estratégico transformar parte desses debates em publicações, dando continuidade e aprofundando uma política já existente no CRP SP. Essas publicações passam a ser referências sistematizadas para a atuação das/os psicólogas/os em vários campos, alguns deles que carecem de tais referências. O CRP SP reconhece que, muitas delas, derivam da prática profissional, que avança ao responder demandas sociais diversas. Sistematizar esses debates na forma de livros e de cadernos temáticos é um meio de produzir conhecimento e orientações a partir do exercício profissional e do diálogo com a categoria.

Sendo assim, o CRP SP publicou e publicizou alguns materiais estratégicos, derivados de eventos realizados, que compõem o conjunto citado anteriormente e que aqui são brevemente apresentados:

Livros:



Povos Indígenas e Psicologia: A procura do bem viver: O livro parte do reconhecimento de que uma psicologia crítica e comprometida com a justiça social precisa tomar como questão a condição das populações indígenas no Brasil – um país que tem seu processo colonizador fundado no extermínio dos povos originários. Passados seis anos da publicação do primeiro livro com essa temática, o CRP-SP oferece nova publicação com os avanços resultantes dos desdobramentos que ele permitiu.



Psicologia, Laicidade, Espiritualidade, Religião e os Saberes Tradicionais: Referências Básicas para Atuação Profissional: Essa publicação deriva de uma série de encontros possibilitados entre diferentes saberes, angústias e utopias que se unem no compromisso de uma psicologia que tem como horizonte ético-político o Estado laico, no reconhecimento e respeito às diversas expressões e experiências de religiosidade.



Psicologia e Políticas Públicas: seminários gestão 2013-2016: O que temos a dizer sobre as políticas públicas, que tão diretamente impactam a população que atendemos? Quais seus desdobramentos do ponto de vista da subjetividade? E como a psicologia contribui para o enfrentamento dessas questões? Esse livro sintetiza essas questões cruciais abordadas nos três ciclos dos Seminários de Psicologia e Políticas Públicas realizadas pelo CRP-SP ao longo dessa gestão.

Cadernos Temáticos:



14. Contra o genocídio da população negra: subsídios técnicos e teóricos para Psicologia: Esse caderno temático surge com o intuito de qualificar o debate sobre o papel da psicologia no enfrentamento ao racismo, ao genocídio e à violência de Estado.



15. Centros de Convivência e Cooperativa: Cuidado em liberdade, autonomia, inclusão social e protagonismo dos usuários são alguns dos princípios que pautam a criação dos Centros de Convivência. O que são eles na prática e que lugar de fato têm ocupado na rede substitutiva são as questões condutoras do conteúdo dessa publicação.



16. Psicologia e Segurança Pública: O que queremos de uma política pública de segurança? Quais os desafios propostos para a atuação da psicologia nesse campo? Como faremos essa atuação? Essas são algumas perguntas sobre as quais se debruça essa publicação.



17. Psicologia na Assistência Social e o enfrentamento da desigualdade social: implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) completou uma década em 2015. Esse caderno temático cumpre o objetivo de, nesse marco, refletir sobre as contribuições e os desafios concretos da psicologia dentro das políticas e serviços de assistência social no Brasil.



18. Psicologia do esporte: contribuições para a atuação profissional: Esse caderno pretende contribuir na reflexão sobre o papel da psicologia na construção de um sistema esportivo nacional que preze pelo bem-estar e pelo desenvolvimento humano, reconhecendo a prática esportiva como um direito.



19. Psicologia e Educação: desafios da inclusão: As poucas referências técnicas para a atuação das/os psicólogas/os no campo da educação combinadas com a relevância de debater o tema da inclusão educacional levou o CRP-SP a fazer ciclos de debates e registrá-los nesse caderno.



20. Psicologia Organizacional e do Trabalho: O diálogo em intervenções com as expressões da vida no trabalho é característica da Psicologia Organizacional do Trabalho. A publicação traz reflexões sobre os desafios desse campo de atuação.



21. Psicologia em emergências e desastres: Pessoas e comunidades em situação de risco ou vítimas de desastres têm cada vez mais sido foco do cuidado da psicologia. Este caderno sistematiza debates sobre as contribuições da Psicologia na gestão de situações que envolvem riscos e desastres.

Essas publicações foram lançadas de forma descentralizada, por meio de eventos em todas as subseções do CRP SP. Por fim, vale ressaltar que o Conselho fez uma distribuição de exemplares impressos dessas publicações nesses eventos de lançamento e para algumas entidades e instituições, mas todos os materiais também podem ser acessados para download através do site: www.crpssp.org/site/livros.php ou www.crpssp.org/site/cadernos-tematicos.php.

Campanha sobre as Resoluções CFP 018/2002 e CFP 01/99:

O CRP SP teve, nessa gestão, uma atuação importante no combate ao racismo, dando maior centralidade e transversalidade a essa questão nas ações da entidade. Como parte das intervenções que compõem o compromisso de uma atuação profissional a serviço do combate ao racismo, foi reconhecida a importância de orientar e qualificar o exercício profissional a partir dos parâmetros estabelecidos para tal, sistematizados pela Resolução CFP 18/02. Esta foi uma deliberação do VIII CNP para o Sistema Conselhos de Psicologia, sendo que essa gestão do CRP SP sustentou uma campanha estadual que orienta, como princípio ético da profissão, para o enfrentamento ao racismo e que, portanto, compreende que a prática ou convivência com o racismo no exercício profissional da Psicologia constitui falta ética.

A Campanha foi colocada no ar, a partir de vários materiais de divulgação e folder que sensibilizam para a questão e sistematizam os principais aspectos da Resolução CFP 18/02, a qual “estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação a preconceito e discriminação racial”, amplamente divulgada pela campanha. Além desses materiais, a realização de eventos e participação em debates relativos a essa temática também serviram de instrumento de orientação sobre o tema. A resolução pode ser encontrada através do link: www.crsp.org.br/racial/folder.pdf.



Importante ainda destacar, que esta gestão deu continuidade à campanha “Não há cura para quem não está doente”, que sensibiliza sobre os princípios éticos previstos pela Resolução CFP 01/99, a qual estabelece normas de atuação ao profissional de psicologia em relação à questão da orientação sexual, caracterizando como falta ética sua abordagem como patologia. O CRP SP manteve a produção e distribuição de materiais a respeito do tema e participou de diversos eventos e debates levando referências que qualificam essa orientação.



História e Memória da Psicologia em São Paulo:

O Projeto História e Memória da Psicologia em São Paulo teve continuidade nesta gestão do CRP SP, entendendo-se que sistematizar referências e analisar o percurso histórico da profissão é essencial para reconhecer os desafios que estão postos hoje para a prática profissional.

Com o encerramento da segunda série de vídeos do projeto, construída em torno da história das áreas de atuação da profissão, a qual foi demarcada pelo lançamento do vídeo “A Psicologia Social e Social na Psicologia”, esta gestão do CRP SP inaugurou um novo ciclo para a série de vídeos. Nesse, temas transversais à história da Psicologia são abordados, mostrando como marcam a construção dos saberes e práticas da Psicologia ao longo do tempo.

Reconheceu-se que o recorte racial e o recorte de gênero seriam prioritários para dar início a ela, uma vez que esses recortes tratam de questões cruciais à sociedade brasileira e, sabemos, a Psicologia produziu teorias e fazeres profissionais que se transformaram ao longo do tempo, no que diz respeito à abordagem dessas questões.

Os documentários “História da Psicologia no estado de São Paulo: Psicologia e Relações Étnico-Raciais” e “A História da Psicologia no estado de São Paulo: Psicologia e Relações de Gênero e Sexualidade” trazem um resgate histórico e social dessas relações no campo da psicologia. Produzidos a partir de depoimentos de psicólogas/os e pesquisadoras/es que atuam e dialogam sobre elas, os documentários debatem o papel da psicologia nesse contexto e apontam teorias e práticas psicológicas em diversos campos relacionados ao tema. Os dois vídeos podem ser acessados tanto no site do CRP SP na página História e Memória da Psicologia, como pelo canal do YouTube.



Uma outra produção importante desta gestão foi a nova Linha do Tempo da história da profissão, que além da mudança de layout conta agora com os ícones que relacionam os contextos históricos de cada momento, com os principais marcos relativos a ideias psicológicas e práticas profissionais. A atualização considerou que essa história deve ser alimentada permanentemente na linha do tempo, com a participação de todos aqueles que quiserem enviar informações, matérias, fatos e imagens para compô-la. Ela constitui-se, assim, como um material em constante produção. O princípio é de que a história é contada muitas vezes, a partir de muitas vozes e múltiplos olhares.



Por fim, em 2016 o jornal do CRP SP completou 35 anos, e para tanto, esta gestão digitalizou todas as suas edições, disponibilizando-as no site do CRP SP (é possível consultar seu conteúdo na íntegra pelo endereço www.crsp.org/site/jornal.php) e produziu o catálogo comemorativo ao aniversário dessa



publicação. Essa passa a ser uma importante fonte de pesquisa sobre a Psicologia paulista, que pode subsidiar diferentes análises interessadas e implicadas, direta ou indiretamente, com a história da profissão. São, até esse momento, 188 números.

Antes do jornal, o CRP SP publicou um Boletim. Em 1981 foi criado o "Jornal do CRP", publicado regularmente com esse título até 1999, número 116. A partir do número 117, passou a denominar-se "Jornal PSI". A pesquisa a esse material, na íntegra, também pode ser feita fisicamente, por meio do Centro de Documentação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. O CRP SP homenageia, com essa ação, todas/os aquelas/es que empreenderam esforços e se dedicaram para fazer chegar às/aos psicólogas/os do estado a perspectiva da entidade em relação à profissão, constituindo-se como importante fonte de orientação à categoria, uma das principais funções do Conselho para a garantia da qualidade dos serviços em Psicologia prestados à população. Tornar as edições públicas expressa, assim, compromisso com a ampliação da presença da Psicologia na sociedade, por meio da universalização do acesso às suas referências, diretrizes éticas e ao projeto da profissão.

Diálogos com o campo da Formação:

Em parceria com a ABEP, entidade responsável por qualificar e produzir políticas para o campo da formação, o CRP SP teve e tem uma contribuição importante para a sua qualificação. Na medida em que discute referências técnicas e éticas para a atuação profissional, mostrando quais desafios a categoria tem vivenciado na prática, essas referências passam a compor conteúdos e debates da formação em Psicologia. Assim, o CRP SP esteve presente, respondendo a convites, em inúmeras Universidades, para debater diversos temas e desafios da profissão.

Além disso, foram propostos alguns debates para o campo, em parceria com a ABEP, e o CRP SP se fez presente em atividades da entidade, buscando incrementar seu diálogo a formação. O compromisso é contribuir para sua qualificação, levando orientações do CRP SP e referências da atuação profissional para o campo que forma futuros profissionais.

Dentre os eventos realizados nessa perspectiva, podemos citar o encontro com professores de ética e o encontro com coordenadores de curso sobre o marco regulatório das especializações, que teve o objetivo de abrir um espaço de reflexão e debates voltados para os coordenadores dos cursos de especialização para possíveis construções de propostas e sugestões ao novo marco, ambos já referidos anteriormente. Além disso, o CRP SP promoveu, em parceria com a ABEP, o encontro com coordenadores dos cursos de Psicologia, que preparou propostas para o IX CNP.

O CRP SP teve ainda uma participação significativa no X Encontro Nacional da ABEP, com o tema "Formação em Psicologia no Brasil de hoje", conforme citado anteriormente, e no 23º Encontro Estadual de Serviços-Escola de Psicologia do estado de São Paulo, que foi também o 2º Encontro Nacional de Serviços-Escola de Psicologia e o 6º Encontro de Supervisores de Psicologia. Além de distribuição de materiais de orientação à prática profissional nesses eventos, o CRP SP promoveu debates como parte de sua programação.

A gestão produziu ainda um material informativo do CRP SP aos estudantes que estão concluindo sua formação e trabalhou na atualização do "Caderno de Orientações: recomendações aos serviços-escola de Psicologia do Estado de São Paulo", o que ainda merece conclusão.

E i x o I I I

Ampliação da participação da Psicologia e Sociedade nas Políticas Públicas

Este eixo tem por objetivo delinear e refletir sobre as relações da Psicologia com a sociedade e com o Estado, nas perspectivas da promoção e inserção das/os psicólogas/os nas políticas públicas e em outros espaços, da aproximação com movimentos sociais comprometidos com avanços e efetivação da promoção de direitos.

Direitos Humanos

O CRP SP, mantendo seu compromisso histórico com a defesa dos Direitos Humanos e assumindo seu papel na construção de uma Psicologia capaz de protagonizar essa luta, realizou durante essa gestão a “Campanha Estadual de Direitos Humanos: Violência de Estado Ontem e Hoje, da exclusão ao extermínio”.

Há cerca de 15 anos, a política de intervenção na questão dos Direitos Humanos foi definida como estratégica pelo Sistema Conselhos de Psicologia. Desde então, a organização e realização de campanhas nacionais mantiveram o objetivo de convocar as/os psicólogas/os a refletirem sobre a responsabilidade social de sua profissão, para assim dialogar com a sociedade a partir da perspectiva da subjetividade. Durante as campanhas ao longo desse período, o Sistema Conselhos também organizava e realizava diversas inspeções, muitas vezes em parceria com outras entidades, órgãos e mecanismos de defesa de Direitos Humanos. As inspeções dirigiam-se a locais e instituições que, em sua maioria envolvendo o trabalho da Psicologia, precisavam ser denunciadas como produtoras de práticas e mecanismos de violação de direitos. E a Psicologia deveria contribuir para evidenciar esses mecanismos.

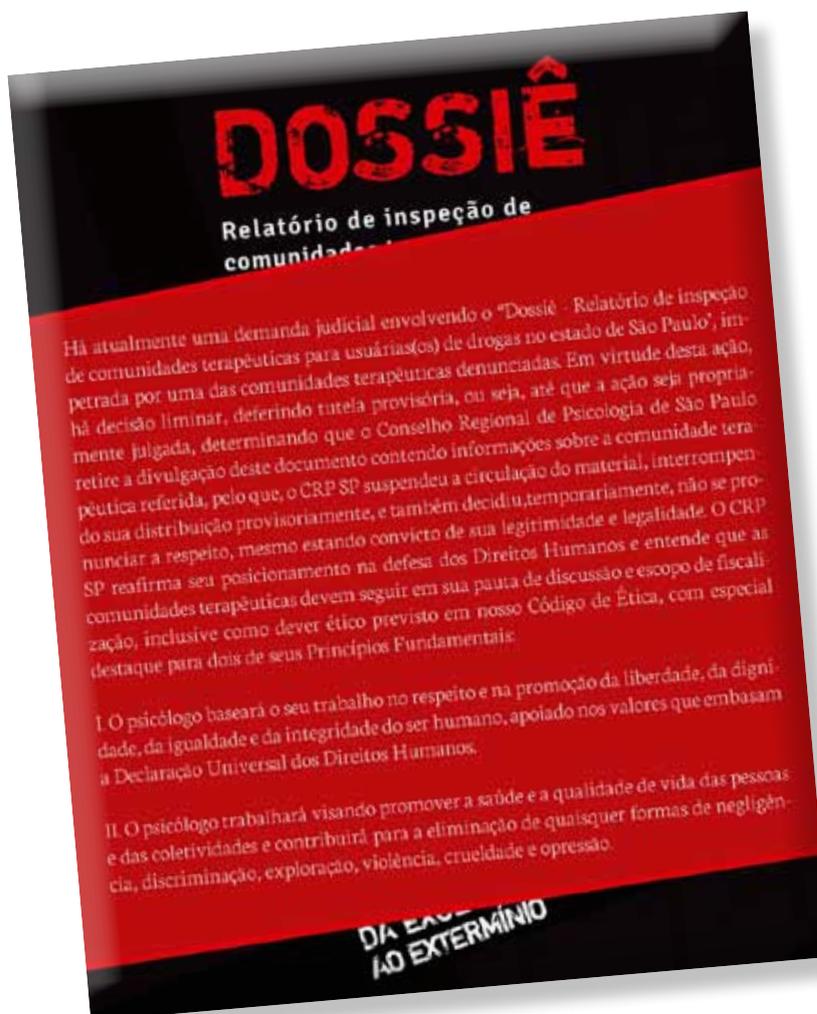
A atual gestão do CRP SP defendeu a continuidade dessa intervenção do Sistema Conselhos de Psicologia e, diante da impossibilidade de sustentá-la como uma ação em todo país, não efetivada, realizou no estado a Campanha de Direitos Humanos e, como parte dela, a inspeção prevista, conforme deliberado pelo Sistema. O fez pela convicção de que o reconhecimento social da Psicologia requer seu posicionamento em relação às questões prementes do nosso tempo e às urgências da nossa sociedade. O fez porque defende uma Psicologia posicionada e comprometida com um mundo melhor, um mundo justo, em que todos os direitos estejam assegurados e no qual os Direitos Humanos sejam garantia e condição básica para a existência de cada um.

Foram muitos debates em torno da Violência de Estado, em uma sociedade estruturada historicamente por práticas de exclusão e extermínio, mantidas por operações violentas do Estado, diálogos esses que tiveram sempre como foco os efeitos e as determinações subjetivas desses processos. A questão do genocídio da população jovem, negra e periférica teve especial destaque ao longo dos debates, expressando assim interfaces e articulações entre questões centrais abordadas por essa gestão: adolescência e juventude, racismo, desigualdade social, Direitos Humanos.



Como parte das ações da campanha de Direitos Humanos, além dos vários debates sobre a temática disparados por todo o estado de São Paulo, o CRP SP manteve a realização de inspeção de Direitos Humanos e a publicação do relatório de fiscalização dela resultante. A inspeção estadual dessa campanha foi realizada em locais de internação para pessoas em cumprimento de medida de segurança, com o intuito de explicitar, a partir da leitura da Psicologia, os mecanismos de violência de Estado que neles operam e suas conseqüências, denunciando-os e contribuindo para as estratégias de combate a essas instituições, uma resposta construída pela sociedade na sua relação com o tema do crime e da loucura que há muito precisa ser superada. O relatório completo da fiscalização pode ser acessado em: www.crsp.org/fotos/pdf-2016-09-09-12-38-34.pdf.

Ao lançar foco sobre a Violência de Estado, tornando-a tema de nossa Campanha Estadual de Direitos Humanos, o CRP SP optou por reiterar seu compromisso com a cultura de promoção e defesa de Direitos Humanos, um dos princípios básicos de nossa ciência e profissão. A Violência de Estado, na figura de seus braços fardados, togados e/ou burocráticos, efetivada por descarada ação ou por comprometida omissão, impõe sofrimento e deve ser enfrentada pelos instrumentos da democracia, da participação popular e da Justiça. Para tanto, o CRP SP publicou, também como parte da campanha, um Dossiê sobre as Comunidades Terapêuticas, sistematizando informações decorrentes de relatórios de diversas fiscalizações realizadas nessas instituições em todo o estado, muitas delas por solicitação do Ministério Público de São Paulo. A proposta foi oferecer um material público sobre as condições encontradas, como forma de denúncia e alerta à sociedade acerca dos espaços que violam os direitos da pessoa humana. Contudo, neste momento esse dossiê deixou de circular devido uma liminar judicial, conforme explicação abaixo publicada no site do CRP SP: www.crsp.org.br/dossiects.



No que diz respeito à prática profissional, o CRP SP acredita que inspeções apontam um cenário de desafios, na medida em que os recursos da Psicologia concedem aos profissionais o saber e o conhecimento teórico sobre as marcas subjetivas e os efeitos psicológicos decorrentes das violações. É esperado que a/o psicóloga/o seja um ponto de resistência e exerça de forma ética e incondicional a defesa dos direitos e da dignidade humana. E que tenha uma prática voltada à compreensão do ser humano na sua condição histórica, emocional, social, se contrapondo a qualquer ação de caráter punitivo que possa ocorrer.

Por fim, a Campanha Estadual de Direitos Humanos do CRP SP lançou o **Prêmio Marcus Vinicius de Psicologia e Direitos Humanos**. O prêmio foi criado pouco tempo depois em que o psicólogo e professor, que foi membro da diretoria do CFP e figura essencial na idealização das Comissões de Direitos Humanos do Sistema Conselhos de Psicologia e de suas campanhas, foi assassinado na Bahia. A finalidade foi estimular a produção de artigos na área da Psicologia a respeito da violação de direitos praticada pelo Estado, no passado e no presente.

Para o CRP-SP, a participação das/os psicólogas/ os e dos estudantes foi muito gratificante, para quem os trabalhos apresentaram, em sua grande maioria, uma leitura crítica sobre a realidade, problematizando a postura e a prática da/o profissional diante da violência do Estado e ações efetivas para sua compreensão e enfrentamento. Os trabalhos premiados, seus autores e comissão julgadora estão disponíveis em: www.crsp.org.br/marcusvinicius/artigos.aspx.



Na ocasião da entrega dos prêmios, realizada por Natalia Cerri e Oliveira e Julia Queiroz, filhas de Marcus Vinicius, foi lançado o documentário “Marcus Vinicius – O Inventor”, que resgata, através de depoimentos de outros profissionais, militantes e familiares, a trajetória do psicólogo, que foi conselheiro do Conselho Federal de Psicologia (CFP), onde por mais de uma década exerceu a função de Diretor, e nos anos de 2002 a 2004 esteve como responsável pela Comissão Nacional de Direitos Humanos. O documentário sintetiza, a partir de sua trajetória, o projeto coletivo de construção de uma Psicologia crítica, comprometida com a justiça, igualdade e com a democratização da sociedade e de suas instituições, instigando-nos a problematizar a ciência e a profissão e apontando para sua necessária descolonização.



Campanha 25 anos do ECA

Para comemorar o aniversário de 25 anos do Estatuto da Criança e Adolescente o CRP SP promoveu um ciclo especial de atividades. Ao longo de um ano, a programação da campanha contou com o debate de dezenas de temas fundamentais relacionados à infância e adolescência. Foram realizadas em todo o estado mais de 25 rodas de conversa formadas por crianças, adolescentes jovens, psicólogas/os e jornalistas. O objetivo foi privilegiar em cada local que sediou uma roda o assunto que mais impacta a juventude e a comunidade do entorno.



As rodas do ECA foram produzidas e construídas por muitas mãos e parcerias. Elas discutiram a infância e a adolescência sob uma perspectiva da potência da vida e abordaram a defesa do direito da criança e do adolescente com as crianças, os adolescentes e os jovens. Os diálogos trataram de seu protagonismo, a política e a expressão cultural da juventude, direito à saúde, direito à assistência, direito ao lazer, ao esporte e à cultura, direito ao brincar, direitos sexuais e reprodutivos, prevenção contra o abuso e exploração sexual, direito à educação, direito à participação política, direito à terra, direito à moradia, direito à voz e ao reconhecimento de crianças e adolescentes, direito à paternidade, direito à proteção integral e luta contra as violações de direitos humanos, o trabalho infantil, a questão racial, o genocídio e a violência policial, a medicalização da vida e o suicídio.

A Campanha contou com uma parceria com a ANDI – Comunicação e Direitos, com o objetivo desconhecer os conteúdos veiculados pelas redações jornalísticas do entorno de cada uma das regiões do estado e de sensibilizar o campo da mídia sobre o seu papel na difusão de uma concepção de criança e adolescente como sujeitos de direitos e do compromisso da sociedade com a sua proteção. O apoio dessa agência permitiu um levantamento abrangente de mídia sobre a cobertura do tema Estatuto da Criança e do Adolescente no estado e a realização de oficinas especializadas com jornalistas de redações espalhadas por São Paulo, com foco na abordagem e multiplicação de temas relativos à infância e adolescência. Foram analisadas 641 matérias de 38 veículos entre janeiro e julho de 2015, constatando que foi fortemente influenciada pelo debate em torno da redução da maioridade penal.



Concomitantemente à campanha, o CRP SP manteve como pauta, desde 2014, o tema do sistema socioeducativo em rodas de conversa com as/os psicólogas/os que nele atuam. Nesse processo, a partir da solicitação do Ministério Público do estado de São Paulo, o CRP SP, em parceria com o Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo (CRESS SP) planejou e realizou uma série de visitas institucionais à Fundação Casa, entre 2015 e 2016. As visitas institucionais à Fundação Casa tiveram o objetivo de conhecer a prática psi no sistema socioeducativo paulista a partir da escuta e orientação dialógica com as/os psicólogas/os do sistema socioeducativo e culminaram com a publicação de um Caderno de Debates a respeito do tema (www.crsp.org/fotos/pdf-2016-07-14-15-30-24.pdf)



Esse caderno teve o objetivo de produzir e divulgar a atuação psi no sistema socioeducativo para promover debate e reflexão pública e problematizar as condições de trabalho nas Unidades da Fundação Casa. O mapeamento do sistema socioeducativo está estruturado em três partes: panorama geral encontrado nas 27 unidades visitadas; aportes ético-políticos da prática no sistema socioeducativo; análises específicas sobre o fazer psi no sistema socioeducativo.

O lançamento do caderno marcou o encerramento da Campanha do ECA, levando à cena todos os adolescentes e psicólogas/os do sistema socioeducativo em roda com os direitos das crianças e dos adolescentes paulistas. Assim, esse encontro estadual, realizado em conjunto com o CRESS SP, teve como metodologia o diálogo horizontal entre as profissões e convidados/as. As questões do sistema socioeducativo, consolidadas como desafios para a prática da profissão, foram então aprofundadas e enfrentadas nesse encontro, com todas as contradições que carregam.

Manifestações do CRP SP pela garantia de Direitos

A gestão do CRP SP, no período 2013-2016, foi fortemente marcada por acontecimentos, disputas e embates que, ameaçando a garantia de direitos, convocaram a Psicologia a se manifestar: os megaeventos e seus desdobramentos, a quebra do pacto democrático, denúncias de corrupção, projeto de redução da maioria penal, estupro coletivo, violência policial, as lutas dos secundaristas, dentre outras tantas. Processos que impactam a realidade e que, ao fazê-lo, deixam marcas na dimensão subjetiva. Processos que produzem afetos, identidades, transformação nas relações. A Psicologia tem algo a dizer sobre eles e precisa se manifestar.

O CRP SP manteve posicionamento firme, provocado pelos mais diversos acontecimentos, tendo sempre como diretriz as deliberações do VIII CNP, os princípios fundamentais da ética profissional e o projeto de compromisso social da Psicologia com a igualdade e a democracia. Este posicionamento se deu de muitas formas: pela presença em espaços de participação social no campo das políticas públicas, em debates e eventos diversos, pela participação em mobilizações e atos públicos em parceria e apoio a movimentos sociais, por posicionamentos públicos do CRP SP.

A seguir, apresentamos alguns dos principais temas sobre os quais o Conselho se posicionou no período, reproduzindo parte de seu posicionamento.

Estatuto da família: manifesto em defesa da família brasileira: pelo arquivamento imediato do PL 6.583/13 que dispõe sobre o Estatuto da Família, o qual expressa uma descontextualização frente à realidade social e um verdadeiro retrocesso em relação a direitos conquistados em nossa sociedade.



Buscando definir a família como “o núcleo social formado a partir da união entre um homem e uma mulher, por meio de casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes”, desconsidera e trata com preconceito a multiplicidade de famílias existentes. Ao fazer isso, desqualifica, invisibiliza, anula e extingue toda e qualquer família que fuja da configuração proposta pelo texto do PL. A Campanha pode ser acessada através do site: www.crpssp.org/site/campanhas.php.

Repúdio à violência de Estado nas manifestações em defesa da Democracia: O CRP SP atento aos princípios fundamentais que sustentam a ética profissional que consignam que psicólogas e psicólogos pautarão seu exercício no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiados nos valores que sustentam a Declaração Universal dos Direitos Humanos (Princípio I), que trabalharão visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e coletividades e contribuirão para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Princípio II) e ainda, que atuarão com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural (Princípio III), manifesta severa preocupação quanto ao aumento da violência e do desmedido uso da força na repressão estatal das manifestações sociais contra aquilo que passará para a história como a farsa e o golpe parlamentar de 31 de agosto de 2016. Assim, diante da mais urgente defesa de direitos, este Conselho espera que o Estado reveja seus métodos e procedimentos nessa lida. A democracia deve prevalecer e a dignidade da pessoa humana é bem inegociável. Esperamos que os órgãos do Sistema de Justiça, sobremaneira as Defensorias e Ministérios Públicos, estejam atentos e garantam o direito humano à manifestação sem a desmedida repressão estatal.

Revista vexatória: CRP SP manifesta-se contra a revista íntima/vexatória dos visitantes nos estabelecimentos prisionais. Foi aprovado na Assembleia Legislativa o projeto de lei nº 797/13, que proíbe a revista íntima dos visitantes nos estabelecimentos prisionais do Estado de São Paulo. A revista dos visitantes muitas vezes tem ocorrido com desnudamento total de corpos, revista manual de genitálias e esforços físicos repetitivos, inclusive em crianças, adolescentes e idosos, indo em sentido contrário aos direitos fundamentais da dignidade da pessoa humana e a não submissão a tratamento desumano ou degradante. O ECA e o Estatuto do Idoso reforçam a proteção integral e a inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral. Além disso, nenhuma pena deve ultrapassar a pessoa do condenado.

Escola sem partido: O Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP) vem a público manifestar seu posicionamento contrário ao Projeto de Lei 864/2015, que tramita no Congresso Nacional, com o nome “Programa Escola sem Partido”, pois entende que este projeto busca estabilidades e conformismos social, cultural e intelectual. Para nós, a educação é uma prática social humanizadora e intencional, sua finalidade é fazer com que os educandos se apropriem da cultura historicamente construída, assim a educação é, neste processo, determinada e determinante.

Chacinas em São Luiz e em Osasco: CRP SP defende ampliação do debate sobre o combate à violência praticada por agentes policiais e ressalta importância de posicionamento crítico e comprometido por parte da categoria. Diante das notícias sobre os assassinatos de cerca de 18 pessoas, em sua maioria jovens negros - ocorridos em 13 de agosto de 2015, nas cidades de Barueri e Osasco (SP), o CRP SP vem expressar seu repúdio e colocar-se ao lado da comunidade e das famílias das vítimas.

Nota de repúdio ao assassinato ocorrido em 29 de agosto na Terra Indígena Nhaderu Marangatu, no estado do Mato Grosso do Sul: “Somos uma nação subjugada pelos potentes, uma nação espoliada, uma nação que está morrendo aos poucos sem encontrar o caminho, porque aqueles que nos tomaram este chão não têm dado condições para a nossa sobrevivência” (Marçal Tupã Y). Considerando que a indignação a crimes que atentam contra a dignidade e a vida humana não reconhece bandeiras ou fronteiras; tendo em conta que o Estado, seja por ação ou por omissão, pode concorrer como um dos maiores agentes de violação de direitos fundamentais; atentos ao fato de que a expansão predatória do agronegócio segue estimulando, à sombra do Estado, a criação de milícias e exércitos particulares (congregando assim, governos e iniciativa privada como violadores de direitos); diante de um novo episódio de agressão e morte violenta contra membros de nossas ancestrais populações indígenas, o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP-06/SP) expressa seu mais amplo e sincero repúdio e coloca-se ao lado da comunidade de Nhaderu Ru Marangatu e de toda população Guarani e Kaiowá, do Estado do Mato Grosso do Sul.



Contra a criminalização da infância e adolescência: Na Psicologia, muito se fala da condição das crianças e adolescentes enquanto pessoas em desenvolvimento, o que os colocam em um patamar especial, devendo ser alvo de políticas de proteção e promoção de saúde, educação e lazer, entre outros direitos, com total prioridade sobre outras demandas sociais. A Constituição Federal de 1988, em consonância com esta condição da criança e adolescente, classifica como inimputáveis penalmente pessoas com menos de 18 anos de idade. O ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº. 8069, de 13 de julho de 1990), por sua vez, propôs a responsabilização do adolescente (de 12 a 18 anos de idade) autor de ato infracional, prevendo seis diferentes medidas de caráter socioeducativo (Capítulo IV, artigos 112, 113 e 114). Nos casos de maior gravidade é previsto, inclusive, que o adolescente poderá cumprir medida socioeducativa de privação de liberdade. Portanto, o ECA aponta para a necessidade de responsabilização e socioeducação.



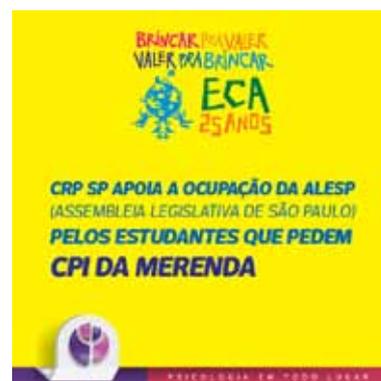
Olimpíadas e Psicologia do Esporte: A Psicologia do Esporte vem trilhando um promissor caminho para a atuação de psicólogas e psicólogos em diferentes contextos esportivos. Assim, o objetivo do evento é retomar as ações realizadas em prol do desenvolvimento da área nos últimos anos, bem como discutir propostas para que essa especialidade tenha cada vez mais condições de se desenvolver apoiada nos princípios fundamentais e éticos que norteiam a Psicologia. O fato é que os Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio de Janeiro vão se tornando um marco na história nacional do esporte. Acredita-se que tanto o esporte quanto seus equipamentos evoluirão significativamente, os famosos legados que serviram de justificativa para a realização dos jogos no Brasil. Porém, especificamente para a Psicologia do Esporte, quais serão os reais legados desses mega-eventos? Assim, as/os psicólogas/os do esporte deverão assumir um papel ativo no fomento do esporte como fator de desenvolvimento humano e de uma nação, do acesso e direito à sua prática, até a formação de heróis olímpicos.



Contra a cultura do estupro: O CRP SP entende que o crime de estupro deve ser amplamente combatido, assim como a cultura do estupro, a qual objetifica mulheres e as submete a uma sociedade organizada pela desigualdade de gênero, marcadas por diferenças nas relações de raça, classe, idade, religião, entre outras. Portanto é de fundamental importância reconhecer que a violência sexual não é causada por qualquer forma de psicopatologia masculina, sendo de extrema importância a luta contra qualquer forma de violência contra as mulheres.



Nota de apoio aos estudantes que pedem CPI da merenda em ocupação na ALESP: Defendemos uma educação pautada pelo respeito à dignidade e por princípios democráticos. Assim, nos solidarizamos com todas/os as/os manifestantes que estão reivindicando seus direitos de forma política para conseguir condições melhores dentro das ETECs e das escolas estaduais no que diz respeito a merenda escolar, sendo que eles não estão infringindo nenhuma lei, pois, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) o artigo 16, enaltece que: “O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos: I - ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;II - opinião e expressão [...]; V - participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;VI - participar da vida política, na forma da lei;”. Entendemos que nesse cenário político que nosso país está vivendo, ver adolescentes empoderados de seus direitos e comprometidos com causas tão importantes como esta, nos faz acreditar que é possível, sim, viver em uma sociedade mais democrática e igualitária, e nos deixa a certeza que, sim, esses estudantes nos representam.



Repúdio à nomeação de Valencius: Desde a indicação do nome do atual coordenador, gestores de saúde e de saúde mental, trabalhadores, usuários e familiares, pesquisadores, alunos, organizações científicas, organizações da sociedade civil, vem manifestando de modo veemente o repúdio a indicação e a ameaça de retrocesso. Além de manifestos e moções, ações de diferentes tipos vêm sendo feitas por todo o país, em defesa da atual política. Neste sentido, o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, que historicamente foi um importante e intenso ator/colaborador da construção da política de saúde mental, presente em muitos e decisivos momentos, não poderia deixar de unir a sua voz às demais entidades e manifestar o seu total repúdio à indicação do Dr. Valencius e à sua intransigente defesa deste valioso processo da Reforma Psiquiátrica. Estamos em defesa da Reforma Psiquiátrica, em defesa de uma sociedade sem manicômios, em defesa de uma sociedade com respeito às diferenças e em defesa de um cuidado pautado na democracia, na liberdade, nos direitos humanos e na participação de trabalhadores, usuários e gestores.

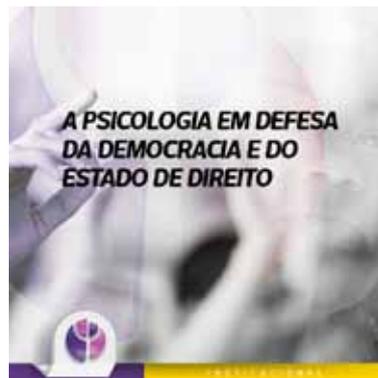


DISLEXIA E TDAH - Pelo cuidado no uso do metilfenidato: o CRP SP entende que a Portaria 986/2014 (SMS-SP) além de fazer avançar a política pública de saúde à população, fortalecendo a perspectiva da atenção multiprofissional e garantindo, assim, os devidos cuidados, é uma importante medida no enfrentamento a processos de medicalização e patologização da vida, o que significa lutar pela armação do direito humano

de podermos ser diferentes, singulares e de que tais diferenças enriqueçam nosso projeto de sociedade. Às psicólogas e aos psicólogos que certamente participarão da avaliação multidisciplinar proposta pela Portaria, cabe contribuir para romper com lógicas que patologizam o sujeito pelas problemáticas vividas, entendendo como modos e contextos de vida contribuem para a produção dessas problemáticas, considerando, assim, a necessidade de transformações nos campos institucionais e relacionais vividos pelas pessoas.

Contra a regulamentação das Comunidades Terapêuticas: A criação de um serviço fora do SUS e do SUAS contraria notável e significativamente a legislação federal e todo o avanço que as políticas públicas já promoveram e visam a continuar promovendo no país. Somos contra o financiamento público das Comunidades Terapêuticas! Em sua função de orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de psicólogo/a e zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe, conforme a lei 5766/1971, o CRPSP explicita aqui pontos problemáticos da minuta acima referida, com relação aos seguintes temas: 1. Violações de Direitos Humanos: garantia dos direitos humanos; 2. Estado Laico: garantia de acesso a serviços para todos os cidadãos, independentemente de seu credo e religião, e não coerção e obrigatoriedade em participar de rituais religiosos; 3. Trabalho: relações de trabalho devem ser baseadas nas leis vigentes, não podendo haver trabalhos forçados; 4. ECA: garantia dos direitos estabelecidos pelo ECA, e em particular a garantia da presença em instituições de ensino; 5. Eficácia do tratamento (curta permanência X longa permanência): necessidade de desenvolvimento de pesquisas sobre eficácia do tratamento de longa permanência; 6. Fiscalizações: garantia de fiscalização por órgãos competentes; 7. Capacitação: garantia de serviços de qualidade. A minuta não estabelece as profissões competentes à capacitação para esse tipo de trabalho; 8. Falta de esclarecimentos sobre os fluxos e a rede; 9. Luta Antimanicomial: garantia dos pressupostos dos SUS e da Lei 10.216, a Lei da Reforma Psiquiátrica Brasileira; 10. Plano Individual de Atendimento (PIA): Necessidade em apresentar modelo e critérios das comunidades terapêuticas; 11. Garantia de tratamento adequado respeitando gênero e identidade sexual: desenvolvimento de tratamento considerando as diferenças de gênero e identidade sexual e promover um espaço livre de preconceitos e exclusões.

A psicologia em defesa da democracia e do estado de direito: Reconhecendo os desafios presentes na sociedade brasileira nesse momento, o CRP SP reafirma o seu compromisso com a construção de um Estado democrático e pautado por projetos e perspectivas orientados ao bem comum. A história de nosso país está fortemente marcada pela configuração de um Estado a serviço de interesses privados. De 1988 para cá, com a promulgação da Constituição Federal, passamos a viver um recente período de experiência democrática. Nesse período constituímos alguns avanços em direitos, garantias e políticas públicas. Mesmo nesse período, não faltaram tentativas de retrocesso. Nesse momento, é preciso identificar as reflexões e ações necessárias para desvelarmos a tentativa de perpetuação desse Estado de privilégios, a serviço das necessidades particulares daqueles que detêm o poder.



Participação social na defesa de Políticas Públicas

O CRP SP compôs muitas instâncias de participação social pela defesa das políticas públicas, mantendo representações em vários órgãos de controle social. Para além disso, essa gestão qualificou sua participação em algumas Conferências, organizando a presença da Psicologia por meio de produção de materiais que mobilizassem as/os psicólogas/os e de publicações das diretrizes a serem defendidas pela Psicologia no processo, sempre a partir do diálogo com profissões afins e movimentos sociais. Dessa forma, a participação nas Conferências de Saúde, Conferências da Assistência Social e Conferências de Direito da Criança e do Adolescente, em etapas municipais e/ou estaduais, contaram com um importante protagonismo das/os psicólogas/os, por meio da organização e ações promovidas pelo CRP SP.

15ª Conferência Nacional de Saúde: O CRP SP foi a público reafirmar seu compromisso com a defesa intransigente do SUS e de todos seus princípios (universalidade, integralidade e equidade), destacando a importância da participação social na construção do que é não menos do que uma das maiores políticas públicas do mundo e que, além de promover saúde, contribui para a diminuição da inequidade no Brasil. Manifestamos também intensa apreensão com o futuro do SUS, pois esta política pública, que pertence a todo o povo brasileiro, além de atualmente sofrer com seu subfinanciamento, sofre ataques contínuos de interesses privados que buscam o lucro com o sofrimento humano e consideram a saúde uma mercadoria e o SUS um mercado a ser explorado. O CRP SP apoiou a marcha em defesa da saúde, levando pessoas vinculadas a coletivos e movimentos sociais na abertura da Conferência.



X Conferência Nacional de Assistência Social. Além da ampla mobilização e participação em etapas municipais em todo o estado de São Paulo, o CRP SP, por meio de sua representação no Conselho Estadual de Assistência Social, compôs a comissão organizadora da X Conferência Estadual de Assistência Social de São Paulo. Durante a etapa estadual, representou as/os trabalhadoras/es do SUAS na cerimônia de abertura, defendendo os avanços na política de assistência social, o direito à participação de trabalhadoras/es e usuárias/os nas instâncias de controle social e deliberação do SUAS e apontando desafios para a consolidação do SUAS em dimensões como a gestão do trabalho. Outras ações do CRP SP envolveram a articulação com as demais entidades da coordenação do Fórum Estadual de Trabalhadoras/es do SUAS de São Paulo para a mobilização de trabalhadoras/es e usuárias/os. Ao final, representantes do CRP SP foram eleitos para a X Conferência Nacional de Assistência Social.



Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente: O CRP SP produziu uma carta para ser distribuída nas várias etapas da Conferência, em que sistematizou propostas a serem defendidas, tais como: a luta pelo fim da escola excludente; o desenvolvimento de estratégias para o fim da publicidade com e para as crianças e adolescentes; promoção de alternativas à lógica punitiva e carcerária presente na sociedade diante da violência urbana, explicando que inimputabilidade não significa impunidade para o adolescente que cometeu ato infracional; garantia da presença das crianças e dos adolescentes em comissões de organização e como delegadas/os nas Conferências de Direitos das Crianças e dos Adolescentes; garantia de assento de crianças e adolescentes como membros nos conselhos de direitos; ampliação de ações de fiscalização dos conselhos de direitos em espaços e instituições que ferem ou naturalizam práticas que violam os direitos humanos de crianças e adolescentes; consolidação de políticas e iniciativas que combatam o racismo, notadamente a abordagem e a letalidade policial executadas de forma racializada a adolescentes e jovens negras/os. Ao final, sugeriu a elaboração de moção de repúdio contra a redução da maioria penal e contra o aumento do tempo de internação.



Além das participações nas conferências, é importante destacar que o CRP SP teve no período representações em mais de 40 instâncias de controle e participação social por todo estado de São Paulo, em diferentes municípios, das quais podemos citar como exemplos:

- Conselho Estadual de Políticas sobre drogas - CONED
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA
- Comissão da Verdade na Saúde da Associação Paulista de Saúde Pública – CVS
- Conselho Municipal de Saúde – CMS
- Conselho Municipal sobre Drogas e Álcool – COMUDA
- Conselho Municipal de Políticas LGBT – CMPLGBT
- Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – COMDIM
- Conselho Municipal do Idoso – CMDI
- Conselho Municipal de Educação – CME
- Conselho Estadual de Assistência Social – CONSEAS
- Comitê Estadual de Combate à Tortura – CECT
- Comitê de Combate à Homofobia – CCH

Ainda no protagonismo da Psicologia pela defesa de direitos, o CRP SP participou de 24 audiências públicas neste triênio, das quais destacamos:

- **2013:** o papel dos Conselhos de Fiscalização da área da Saúde na qualidade da formação profissional para a proteção da sociedade
- **2014:** Regulamentação das Comunidade Terapêuticas, Plano de Educação, Política Municipal de Atenção à Saúde Integral da População LGBT
- **2015:** Maioridade Penal – punir os efeitos ou prevenir as causas, Projeto de Lei de Regulamentação do aborto
- **2016:** Audiência Pública sobre Comunidade Terapêutica – religião e laborterapia

Vale citar ainda a participação do CRP SP em Congressos e eventos nos quais a posição e as referências da Psicologia são apresentadas e divulgadas, como forma de contribuição para a defesa de direitos. Como exemplo, podemos citar a participação nas feiras LGBTs, a participação em Congressos de Secretários Municipais de Saúde do estado de São Paulo e a participação em atividades do Dia Contra a Medicalização da Vida.



Além disso, o CRP SP apoiou e participou de muitos atos e manifestações promovidos por movimentos sociais diversos, marcando assim a presença da Psicologia e seu posicionamento intransigente pela garantia de direitos. Dentre todos podemos citar: as manifestações pelo Dia Internacional de Luta das Mulheres, pela luta de igualdade de gênero; a Marcha da Maconha, por uma política sobre drogas antiproibicionista e de respeito aos Direitos Humanos; o Dia Nacional da Luta Antimanicomial, pela defesa do cuidado em liberdade e pelo fim de todas as formas de manicômio; a Marcha das Mulheres Negras, contra o racismo, a violência e pelo bem viver; a manifestação em defesa da Democracia realizada com outras entidades da Psicologia latinoamericana durante o Congresso da Ulapsi em Buenos Aires.



O CRP SP promoveu nessa gestão, como parte de seu compromisso com a defesa radical de uma sociedade sem manicômios e capaz de garantir a equidade na diferença, o VII Prêmio Arthur Bispo do Rosário. Para estimular a participação dos usuários, o CRP SP ofereceu orientações sobre técnicas artísticas por meio de oficinas que na sede e subsedes, com temáticas ligadas às categorias do Prêmio. As oficinas foram realizadas com intuito de sensibilizar os usuários das RAPS (redes de atenção psicossocial) para a criação e produção estética, fomentar ações de convivência e ocupação dos territórios, assim como divulgar o VII Prêmio Arthur Bispo do Rosário. As obras do Prêmio constituíram, posteriormente, exposições em vários pontos de cultura, possibilitando assim o enriquecimento do diálogo com a sociedade sobre a temática.



Atividades da Comissão de Acompanhamento de Processos Legislativos

O acompanhamento de projetos de lei de interesse da categoria é feito de forma transversal pela Diretoria, Comissões e Núcleos do CRP SP, assessorados pela Comissão de Acompanhamento de Processo Legislativo (CAPL) do CRP SP, que atua desde 2007, assessorando as instâncias internas a identificar os projetos de lei – PLs (federais, estaduais e municipais) de interesse ou relacionados à profissão de psicóloga/o, prestar informações sobre o trâmite, encaminhar manifestações aos parlamentares, prestar notícias à categoria e demais subsídios às ações políticas do Conselho.

A atual gestão preocupou-se com a descentralização e regionalização das ações da CAPL. Foi feita capacitação interna e as subseções passaram a acompanhar sistematicamente PLs de sua região, de forma a adequar as referências técnicas e legislativas às diversas realidades regionais.

Uma contribuição importante foi ampliar a visibilidade dos PLs acompanhados para a categoria. Com a reformulação do site do Conselho, isso se tornou possível. Indica-se a necessidade de tornar a consulta ainda mais fácil e com possibilidade de registro de contribuições das/os psicólogas/os e da sociedade.

Atualmente estão sendo acompanhados 397 projetos de lei, relativos a diversos temas, conforme pode ser verificado abaixo:

PROJETOS DE LEI ACOMPANHADOS PELO CRP SP - AGOSTO/2016				
NÚCLEO	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	TOTAL
GERAL	6	0	0	6
DIREITOS HUMANOS	1	3	0	4
POLÍTICAS PÚBLICAS	5	1	1	7
MUNDO DO TRABALHO	16	5	1	22
MÉTODOS E TÉCNICAS	10	4	4	18
ÁLCOOL, DROGAS E MEDICALIZAÇÃO	14	8	6	28
SEXUALIDADE E GÊNERO	54	19	7	80
QUESTÕES DA TERRA	11	6	1	18
DESAFIOS E INCUBADORAS	2	2	2	6
PSICOLOGIA, COMUNICAÇÃO E MÍDIA	2	0	0	2
CRIANÇA E ADOLESCENTE	24	3	2	29
JUSTIÇA	44	2	1	47
ASSISTÊNCIA SOCIAL	9	4	6	19
FORMAÇÃO	13	1	0	14
SAÚDE	21	23	8	52
EDUCAÇÃO	22	15	8	45
TOTAL	254	96	47	397

Em destaque, algumas das ações ocorridas entre os anos de 2013-2016:

2013/2016: Mesmo após a publicação da Lei 12.842/13, que dispõe sobre o exercício profissional da Medicina, em 2013 e 2014 dois novos PLs foram apresentados – PL 6.126/13 (Câmara dos Deputados) e PLS 350/14 (Senado) – com texto que afrontava princípios constitucionais, autonomia das profissões e lesando o usuário dos serviços de saúde. Dentre outros, o CRP SP se articulou com representações de profissionais da área de saúde e se reuniu com o líder da bancada governista federal e com a Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados (CSSF). Os Novos PLs do Ato Médico foram rejeitados e arquivados. Vitória para a Saúde Brasileira!

Outubro de 2013: CRP SP se manifestou publicamente pela aprovação do PL 4471, que prevê o fim dos “autos de resistência” e “resistência seguida de morte”, dispositivo que permite que policiais e demais agentes de segurança não sejam investigados em caso de morte efetuada em serviço, permitindo assim que vários assassinatos de jovens - em sua ampla maioria negros e moradores da periferia - sejam invisibilizados, mantendo assim o ciclo de impunidade próprio a uma estrutura militarizada de polícia.

2014/2015: CAPL articulou com a Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) do CRP/SP e Sociedade Brasileira de Psicologia e Acupuntura (SOBRAPA) a retomada do debate sobre o uso da Acupuntura pelas/os psicólogas/os. Conclui-se que a Acupuntura é uma prática de livre exercício, inclusive por diversas categorias profissionais, não havendo qualquer impedimento para que a/o psicóloga/o possa atuar no campo, desde que esteja capacitada/o para tal.

Abril de 2014: Comemoramos a aprovação da Lei que institui o Marco Civil na Internet, oriunda do PL 2126/11. O objetivo da lei é estabelecer garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil. Um dos pontos destacados na discussão foi o direito dos usuários à privacidade, inviolabilidade e sigilo das comunicações. Outro foi a necessidade de tratamento igual a todos os conteúdos da internet sem que o acesso a estes dependa do valor pago. O CRP SP apoia políticas públicas que garantam direitos em diversos campos de interesse da sociedade, como a democratização dos meios da comunicação.

Abril de 2014: CRP fez parte de um grupo que apoiou as propostas de emenda constitucional - PECs 10/11 e 52/11 sobre a obrigatoriedade de apresentação de Programa de Metas para os governos federal, estaduais e municipais. O programa contém prioridades de gestão, ações a serem realizadas, prazos, indicadores e possibilidade de acompanhamento das ações pela população. Diversas cidades do estado de São Paulo já possuem. A proposta induz o poder executivo a realizar ações planejadas, melhora a transparência da gestão e o controle social e promove a participação da sociedade no estabelecimento e cobrança no cumprimento das metas.

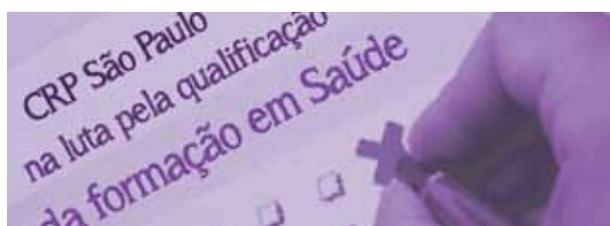
Mai de 2014: O PL 6.583/13, do Estatuto da Família, sustenta a definição de família apenas como o núcleo formado a partir da união entre homem e mulher. O CRP SP mobilizou-se fortemente por entender que esse PL desconsidera as múltiplas formas de composição familiar e o Estado Laico, criando o Manifesto em Defesa da Família Brasileira, que teve uma ampla adesão, com mais de 3 mil assinaturas de profissionais e da sociedade de um modo geral, as quais foram entregues pelo CRP SP à casa legislativa federal.



Julho de 2014 a Março de 2015: Intensa mobilização a favor da aprovação da carga horária semanal de 30 horas para as/os psicólogas/os. O CRP SP contactou todos os parlamentares envolvidos, mobilizando-se localmente e em Brasília. Foi produzido o documento que apresenta 30 razões pelas 30 Horas e realizado evento em parceria com entidades sindicais da Psicologia para o debate do tema com a categoria. Apesar da aprovação legislativa, o PL foi vetado pela Presidência da República. Com 205 votos pela derrubada do veto, contra 95 votos a favor, pelo regimento da casa, não foi possível derrubar o veto presidencial, para o que seriam necessários no mínimo 257 votos. Quase lá... a luta continua!



Julho de 2014: CRP SP acompanhou PLs que tem por objetivo instituir como obrigatório exames de proficiência para algumas profissões da Saúde, posicionando-se favoravelmente à qualificação na formação, mas contrário ao exame de proficiência para o exercício da profissão.



Julho de 2014: aprovada a Lei 13.010/14, oriunda do PLC 58/14, conhecida como “Lei da Palmada” e rebatizada como “Lei Menino Bernardo”, que coíbe castigos físicos e tratamento cruel ou degradante a crianças e adolescentes como formas de correção, disciplina ou educação. Os castigos físicos são uma forma de tratamento humilhante, violando os direitos humanos e a condição peculiar das crianças e adolescentes em desenvolvimento, conforme preconizam o ECA e a Constituição Federal. O CRP SP posicionou-se a respeito.

Julho de 2014: CRP SP se manifestou contrário ao PL Estadual 892/11, que prevê a possibilidade de realização de exame criminológico, por considerar um tema de competência privativa da União e se equivocar ao determinar que o exame seja realizado por psicólogo/a que compõe a Comissão Técnica de Classificação (o que não é possível para os que realizam atendimento psicossocial).

Julho e Agosto de 2014: CRP SP apoiou o PLC 60/14 e foi publicada a Lei Complementar 147/14 (Lei do Super Simples). A lei facilita o acesso ao SIMPLES a serviços e atividades intelectuais, de natureza técnica e científica, ocasionando diminuição de impostos e desoneração tributária, beneficiando também a/o psicólogo/a.

Julho de 2014: CRP SP reuniu-se com o Secretário da Segurança Pública e debateu temas importantes, como o PL Estadual 892/11 (exame criminológico), PL Federal 4471/12 (autos da resistência) e PL Federal 1.028/11 (realização de Conciliação, nas Delegacias de Polícia).



Agosto de 2014: Alerta à categoria sobre o PL que suspende o Decreto Presidencial que institui a Política Nacional de Participação Social (PNPS). CRP SP apoiou o decreto presidencial por entender que, além de não interferir em prerrogativa do Poder Legislativo, ainda permitiria maior aderência social na elaboração das políticas públicas e o aumento da transparência administrativa e da eficácia da gestão pública, sem contar que ampliaria a atuação da cidadania e novas formas de participação social por meio das redes sociais e dos mecanismos digitais de participação via internet.

Agosto de 14: CRP SP manifestou-se favorável ao PL Estadual 797/13, que proíbe a revista íntima e vexatória dos visitantes nos estabelecimentos prisionais.

Março de 2015: intensificação da campanha contra a redução da maioria penal, nos debates pela PEC 171/93, que pretendia alterar a Constituição Federal para reduzir a maioria penal de 18 para 16 anos. CRP SP manteve-se a favor ECA e da qualificação do sistema de medidas socioeducativas previstas para situações de adolescentes em conflito com a lei, posição que resulta dos Congressos Nacionais da Psicologia e, portanto, da categoria de psicólogos/os, legitimamente estabelecida por sua instância máxima de deliberação democrática.



Abril de 2015: CRP SP defendeu o PLC 06/13, que dispõe sobre a criação de cargos de Assistentes Sociais e Psicólogos/as para o Tribunal de Justiça de São Paulo, sustentando que a procura da população pelo Poder Judiciário tem sido crescente e envolve situações de violência física e sexual, adoção, adolescentes em conflito com a lei, disputas de guarda e visitas, diante do que as/os profissionais têm sido cada vez mais demandados, havendo insuficiência quantitativa de psicólogos/as no Poder Judiciário.

Abril de 2015: CRP SP solicitou audiência com a Deputada autora do PL 105/2007, que visa incluir como disciplina obrigatória a Psicologia no Ensino Médio.

Maio de 2015: CRP SP apoiou e divulgou Nota Pública pela Retirada de Pauta do PLS 236/2012 (Reforma do Código Penal). O texto vai à contramão do acúmulo teórico em matéria criminal representando o maior retrocesso na temática já visto. A proposta já foi alvo de amplas e severas críticas por parte da comunidade jurídica, especialistas e organizações da sociedade civil. A aprovação levaria a um aumento exponencial da população carcerária, agravando ainda mais o já insustentável quadro de superlotação e violação de direitos do sistema penitenciário.

Junho de 2015: Em parceria com a Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE), Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), o CRP SP presentes à Audiência da Comissão de Constituição e Justiça e reunião com o relator do PL 3688/00, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas redes públicas de educação básica. Na audiência, foram entregues os documentos produzidos pelo CRP SP referentes à psicologia e ao papel da/o psicóloga/o na educação.

Julho de 2015: A Câmara dos Deputados deliberou sobre PEC 171/93, da redução da maioria penal em caso de crimes graves. CRP SP reafirmou o posicionamento contrário à redução da maioria penal e a favor do ECA, que considera as crianças e adolescentes como pessoas em situação peculiar de desenvolvimento e prevê medidas socioeducativas àqueles que cometem ato infracional. O CRP SP subscreveu com mais de 150 entidades brasileiras o manifesto 18 razões para a NÃO redução da maioria penal.

Julho de 2015: CRP SP, CFP, CFESS, ABEP, ABRAPEE estiveram em audiência com o relator do parecer da CCJ, solicitando seu apoio ao PL 3688/00, que dispõe sobre a inserção de psicólogas/os e assistentes sociais na rede pública de educação básica, o qual foi aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça. O CRP SP defende a inserção do profissional de psicologia na rede pública de educação básica, para contribuir com a melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem, numa perspectiva institucional e em parceria com os agentes educacionais e comunidade escolar.

Novembro de 2015: O PL 6.583/13 (Estatuto da Família) foi aprovado na Câmara dos Deputados e o CRP SP encaminhou apoio às discussões dos parlamentares, os quais apresentaram recurso. O Conselho reafirmou a multiplicidade das configurações familiares e garantia de direitos da população, enfrentando preconceitos e desigualdades, destacando como a Psicologia e algumas políticas públicas têm avançado nesta concepção. Participou ainda no Ciclo Nacional de Debates “Qual Estatuto da Família? Em defesa dos direitos e da pluralidade”, em São Paulo.

Novembro de 2015: CRP SP apoiou ato de guaranis, em Mongaguá, contra a PEC 215/00, de Demarcação de Terras Indígenas. A aprovação da emenda atribui que a marcação de terras indígenas, quilombolas e unidades de preservação passaria do Executivo para o Legislativo/ Congresso Nacional.

Outubro de 2015: CRP SP (com 50 entidades signatárias) emitiu Nota de Repúdio ao PLS 513/11, que regulamenta a privatização do sistema carcerário. O número de pessoas presas no Brasil supera a população de 8 capitais brasileiras, ultrapassando 600 mil pessoas. No período de vigência da atual Constituição, o crescimento da população prisional foi de 595%, o maior do mundo. O déficit de vagas supera 230 mil vagas. A privatização dos presídios, em vez de representar uma solução para o problema apresentado, significa a forma mais intensa para o seu agravamento.

Outubro de 2015: CRP SP, com outros 11 CRPs, divulgaram manifesto sobre o Piso Salarial e condições dignas de trabalho da/o psicóloga/o. Em 1991, foi apresentado na Câmara dos Deputados o primeiro projeto que estipulava um piso para as/os psicólogas/os, o qual acabou engavetado. Outros projetos surgiram, dentre eles o PL 3338/08, que previa jornada de 30 horas para a categoria e que foi vetado pelo poder executivo. Tramita o PL 1015/15, que pretende fixar o piso salarial da categoria em R\$ 3.600,00. O CRP SP posicionou-se pela necessidade de aprofundar o debate sobre esse PL e suas prerrogativas, tendo em vista sobretudo a ampliação da presença da categoria nas políticas públicas.

Abril de 2016: CRP SP posicionou-se contrário ao PL Federal 4.500/01, que pretende alterar a Lei de Execução Penal de forma que aumenta o período de tempo para que o preso possa fazer jus à Progressão de Regime, mencionando a realização do exame criminológico e determinando que o preso só poderá receber visitas do seu advogado.

Maio de 2016: Entidades assinaram Nota de Repúdio e Nota Técnica à PEC 33/12, abordando as diversas estratégias de maior repressão propostas pelos legisladores, desde a redução da maioria penal e o aumento do tempo máximo de internação dos adolescentes até o recolhimento de crianças e adolescentes em instituições dotadas de características hospitalares/psiquiátricas.

Julho de 16: CRP SP divulgou nota de apoio à aprovação da PEC Estadual 04/14, que insere afinal a perspectiva da Assistência Social como direito não contributivo componente da Seguridade Social, alinhando-se com o texto da Constituição Federal de 1988.

Agosto de 2016: CRP SP manifestou posicionamento contrário ao PL 864/15, que aborda o Programa Escola sem Partido, por entender que busca estabilidades e conformismos social, cultural e intelectual. A educação é uma prática social humanizadora e intencional, sua finalidade é fazer com que os educandos se apropriem da cultura historicamente construída. O PL, ao demandar uma suposta neutralidade dentro das salas de aula, tem a pretensão ardilosa de esvaziar a escola de leituras críticas e posicionadas em relação à realidade e ao processo histórico, bem como, coloca o educando como passivo no processo de ensino e aprendizagem.

Agosto de 2016: CRP SP atuou pela aprovação do PL 4.364/12, que visa alterar a Lei 5.766/71, que cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia, como forma de garantir a ampliação da estrutura democrática na organização e gestão do Sistema Conselhos de Psicologia. O Conselho solicitou e participou de reunião com o relator do PL na Comissão de Seguridade Social e Família, mobilizando os demais Conselhos do Sistema a se manifestarem.

Setembro de 2016: CRP SP manifestou-se contra a PEC 241/2016, mobilizando a categoria para a defesa das políticas públicas de garantia de direitos, em contraposição à proposta de congelamento de investimentos federais em saúde, educação, saneamento, segurança pública e outros direitos sociais por 20 anos.

Condições de Trabalho

A discussão do CRP SP sobre as condições de trabalho se dá através de parcerias com entidades sindicais, por serem elas entidades legítimas para lutar por melhores condições de trabalho, representando a organização das/os trabalhadoras/es em Psicologia. A contribuição do CRP SP ocorre na medida em que a essa entidade cabe evidenciar de que maneira as condições de trabalho afetam a qualidade técnica e ética do exercício profissional para a sociedade. Em nome desse princípio, o CRP SP apoiou e atuou na articulação da luta pelas 30 horas, realizando um debate em parceria com o Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo (SinPsi) e com a Federação Nacional dos Psicólogos (FenaPsi), o qual buscou organizar a categoria para essa luta. Além disso, publicou um documento com outros Conselhos e Sindicatos do Brasil, retomando o histórico do PL das 30 horas e apresentando 30 razões para fazer a defesa da jornada de 30 horas semanais para psicólogos/os. O CRP SP também esteve presente em várias audiências públicas de votação para a conquista das 30 horas, manifestando-se a parlamentares e convocando a categoria para essa manifestação. Ainda, o CRP SP produziu um documento qualificando o debate em relação ao piso salarial, a partir das prerrogativas previstas no projeto de lei em tramitação. Assim, o Conselho reafirma o entendimento de que a luta por melhores condições de trabalho reflete a luta por uma Psicologia que possa estar ao alcance de toda a população.

Além disso, o CRP SP manteve nessa gestão o monitoramento de editais de concursos públicos de interesse da Psicologia no estado de São Paulo, a fim de verificar a adequação do conteúdo, a garantia do exercício profissional com qualidade ética e técnica e os espaços para a atuação da/o psicóloga/o, em parceria com o Sindicato dos Psicólogos de São Paulo (SinPsi). Observou-se que o número de intervenções do Conselho tem diminuído, o que foi atribuído às intervenções anteriores, que foram se incorporando aos novos editais da mesma entidade ou de outras, a partir de consultas realizadas entre municípios.



EDITAIS DE CONCURSOS ACOMPANHADOS (*Ago 2016)							
SEMESTRE/ANO	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016*
EDITAIS	241	313	209	206	268	232	164
VAGAS	457	833	763	789	559	305	400
OFÍCIOS ENCAMINHADOS	46	61	35	30	42	26	15
RESPOSTAS FAVORÁVEIS	08	08	03	03	10	05	00

As respostas indicadas como favoráveis referem-se à retificação imediata do edital. Porém há situações que requerem uma articulação do Conselho com as Câmaras Municipais e Prefeituras, no sentido de solicitar a adequação da norma jurídica local, senão naquele, mas para próximos concursos.

Alguns destaques em retificações ocorridas nos últimos 03 anos:

- Adequação da norma de avaliação psicológica à Resolução CFP e inclusão da possibilidade da/o psicóloga/o concorrer a vagas de Psicopedagogo;
- Inclusão da possibilidade de concorrer à vaga em Recursos Humanos;
- Exigência de inscrição no CRP/SP para psicólogos/os;
- Bibliografia;
- Devolutiva;
- Condições de Trabalho.

Na Gestão 2013-2016 o CRP/SP começou a contatar as entidades provedoras de vagas e organizadoras de concurso em conjunto com o SinPsi, estreitando ainda mais nossos laços de parceria, com vistas à ampliação da presença da Psicologia nos espaços e à garantia de condições que possibilitem a qualidade técnica e ética dos serviços prestados. Também, foi mantida a divulgação dos editais de concursos no site do CRP SP, de forma a simplificar a busca, pelas/os psicólogas/os, daqueles em relação aos quais o CRP SP tem conhecimento: www.crsp.org/site/concursos.php.

Cartilhas Populares

Dando continuidade à série de cartilhas populares do CRP SP, que tem como objetivo oferecer referências aos usuários dos serviços de Psicologia sobre seus direitos, além das referências e diretrizes éticas da profissão, com vistas a seu protagonismo, essa gestão concluiu a produção da cartilha **Medicalizar não é a solução** e produziu duas novas cartilhas, uma sobre Álcool e outras Drogas e outra sobre Educação Básica.

“Ouvi falar...”: Tudo o que você ouviu (ou não) falar sobre drogas e **Construindo caminhos**: a psicologia e a sua relação com a educação deram nome a essas duas últimas cartilhas populares. Elas foram produzidas com uma metodologia inovadora, que traz o usuário como validador do projeto antes das etapas finais. Para a produção das cartilhas, contamos com a colaboração de estudantes e usuárias/os de Caps e movimentos sociais.

As cartilhas impressas foram distribuídas para usuários em eventos, enviadas aos Conselhos Tutelares do estado de São Paulo e para serviços de pertinentes aos campos a que se referem. Elas estão disponíveis no endereço: www.crsp.org/site/cartilhas.php.



Apoios e parcerias com movimentos sociais

Esta gestão acredita que a Psicologia só avança atenta às demandas sociais, expressas muitas vezes nas pautas dos movimentos sociais, que representam a sociedade organizada na reivindicação por direitos. O compromisso do CRP SP com a qualidade dos serviços prestados pela Psicologia exige aproximação e interlocução com esses movimentos, na medida em que a profissão compõe a rede de acesso de garantia de direitos, a quem suas reivindicações se dirigem. É preciso reconhecê-las e legitimá-las como direção ao projeto ético-político da profissão.

Ao longo da gestão, o CRP SP apoiou muitas iniciativas e ações de movimentos sociais, dentro os quais podemos citar: Movimentos em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, sobretudo nas inúmeras mobilizações e iniciativas contra a redução da maioridade penal; Movimentos da Luta Antimanicomial, com ênfase para a ocupação do Ministério da Saúde contra a nomeação de coordenador de saúde mental alheio à trajetória histórica da luta antimanicomial; Movimentos da População Indígena; Movimentos Negro; Movimentos das Mulheres; Marcha da Maconha, com especial ênfase às ações de denúncia dos efeitos perversos da política proibicionista.

Considerações Finais

Muitas vezes, um bom jeito de encerrar é retornar ao início. Percorrido o percurso de três anos de gestão e o esforço de uma organização possível das ações realizadas em relatório, é momento de revisitar o compromisso assumido quando iniciamos o trabalho à frente do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. Essa visita, que aqui partilhamos, nos permite partir com a certeza de que mantivemos o compromisso ético-político assumido quando empossados para a gestão da entidade e o traduzimos em ação.

Registramos aqui o discurso apresentado pela gestão do CRP SP na ocasião de sua posse, em 26 de setembro de 2013:

Construir um projeto para a profissão significa, antes de tudo, pactuar um projeto de sociedade. Por meio da nossa profissão, atuamos na realidade, respondemos necessidades, construímos políticas, atuamos na transformação de processos históricos, subjetivos, institucionais.

Dessa perspectiva, nos orienta, nesse projeto, a luta cotidiana pela igualdade e pela justiça social. Uma sociedade que garanta a todos os cidadãos seus direitos conquistados, uma sociedade que supere suas desigualdades, uma sociedade que valorize e se constitua a partir de suas diferenças e de sua diversidade, uma sociedade que amplie possibilidades de participação e protagonismo social, uma sociedade, portanto, em que os sujeitos sejam ativos na constituição de sua história, que possam reconhecer e afirmar suas necessidades, que possam engrandecer espaços coletivos de invenção de novas formas de vida, da vida digna que, como humanidade, almejam viver.

A realização dessa utopia, projeto que orienta e aponta a finalidade de nossa caminhada como Psicologia, é também a orientação de muitas outras caminhadas, de muitos outros coletivos. Nós a percorremos como profissão, mas não o fazemos, portanto, de forma isolada e essa representa a primeira dimensão coletiva desse projeto.

Olhar a utopia, para caminhar na profissão. É preciso, então, cuidar da dimensão da profissão e aí se constitui uma outra perspectiva essencialmente coletiva de nosso fazer. Temos hoje uma Psicologia plural. Plural em suas áreas de intervenção, plural em seus campos de trabalho, plural em suas condições de trabalho. Plural também nas suas orientações teóricas e metodológicas. Plural nos desafios a que responde, plural nas dificuldades que enfrenta, plural nas populações a que atende. Plural nas suas formas de organização. Essa pluralidade precisa estar presente no trabalho de um Conselho profissional. Ser um Conselho profissional significa, essencialmente, garantir a qualidade técnica e ética dos serviços prestados por uma profissão. Para isso, precisamos colocar permanentemente em debate a orientação ético-política de nosso trabalho, à luz da análise crítica da conjuntura no qual ele se realiza. Mas precisamos, a partir disso, compreender quais os desafios de cada campo, quais as dificuldades enfrentadas por cada conjunto profissional, quais as necessidades para fazer avançar a Psicologia e qualificar uma atuação que transforme a realidade na direção que pactuamos com nossas diretrizes éticas. E precisamos, a partir disso, construir respostas, sejam elas ações, diretrizes, referências profissionais, formas de inserção dos profissionais nos diversos campos de trabalho, debates, espaços de diálogos. Para isso, precisamos estar em permanente diálogo com a profissão.

Somos um conjunto de 30 conselheiras e conselheiros que hoje assumem o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, em cujas vozes ecoam a trajetória e a produção coletiva do Movimento ao qual pertencemos. Seremos, além disso, um conjunto de muitos gestores, comprometidos com a presença forte e qualificada do Conselho por todo o estado. Mas queremos ser muito mais do que isso. Queremos ser um espaço de organização da Psicologia. Precisamos da Psicologia representada em nossas ações, apontando as necessidades e trabalhando na construção das respostas. Assim, precisamos das muitas psicólogas e psicólogos organizados atuando na gestão. É preciso reconhecer os saberes que respondem às necessidades de cada área para compor projetos. É preciso fazer do Conselho um espaço em que a categoria profissional permanentemente encontre diálogo, acolhida, participação. Assim, queremos ser um grupo amplo de profissionais envolvidos com a gestão da entidade, elaborando projetos, construindo respostas, representando a profissão. Afirmamos, nessa dimensão coletiva, nosso convite para o trabalho conjunto, que se reafirmará a cada temática, a cada evento, a cada orientação construída ao longo dessa gestão. Precisamos inventar e reinventar os métodos que, na realidade atual, melhor respondam a esse desafio e precisamos reconhecer as características da categoria, a partir dos recortes de gênero, faixa etária, etnia, classe, para viabilizar formas efetivas para sua concretização.

Essa perspectiva nos faz assumir, ainda, um outro compromisso: aquele de valorizar os espaços já constituídos de diálogo com a profissão. Destacamos, aqui, o compromisso com as entidades da Psicologia e a com a organização de sua articulação. É preciso pensar os projetos para a profissão sempre em diálogo com a Psicologia que se organiza em suas entidades, no campo sindical, no campo da formação, no campo da produção de conhecimento, no campo relativo às diversas áreas profissionais. O Conselho tem papéis e funções específicas e delimitadas, mas deve se alimentar da produção de outras entidades e trabalhar em conjunto com essas entidades para produzir suas ações. É preciso, ainda, dialogar com um outro coletivo: aquele que representa a diversidade nacional da Psicologia. Valorizar os espaços democráticos de produção de diretrizes para o Sistema Conselhos de Psicologia, ao lado de todos os outros Conselhos Profissionais, é essencial. Somos um Conselho grande, somos o maior Conselho do Brasil em número de psicólogas, e precisamos levar para o Sistema Conselhos de Psicologia as contribuições e as diretrizes construídas a partir das necessidades de São Paulo. Mas precisamos, ao mesmo tempo, reconhecer que nas diversas regiões do país e nas situações de desigualdade que as acompanham uma Psicologia se constrói e essa Psicologia precisa nos reconstruir. Ainda nessa dimensão da pluralidade, é preciso dizer do desafio de, no próprio Estado, chegarmos aos diversos profissionais, reconhecermos suas necessidades, oriundas de diferentes contextos e necessidades da população. Interiorizar os Conselhos de Psicologia é construir uma Psicologia, um projeto de profissão e uma gestão dos Conselhos Profissionais que reconheçam a diversidade e as demandas presentes em cada região do estado, do Brasil, para que, a partir disso, possamos realizar as ações capilarizadas, que de fato dialoguem com a realidade vivida por cada profissional.

Por fim, é preciso dialogar com a Psicologia feita em outros países. Nossa parceria com a Psicologia latinoamericana e com a Psicologia dos países de língua portuguesa trouxe novas diretrizes, apontou novos desafios, enriqueceu projetos. São Paulo precisa manter-se em diálogo com esse movimento.

É desse modo que reafirmamos que queremos que seja o Conselho um espaço de articulação, de participação, de produção permanente do projeto coletivo de nossa profissão.

Essa dimensão nos conecta permanentemente com o compromisso de realizar uma gestão democrática. Democrática porque deve ser participativa e, para ser participativa, é preciso que seja transparente. O rigor com o caráter público da entidade sempre foi um compromisso orientador de nosso Movimento e, nesse momento, as novas configurações da realidade e as tecnologias de informação permitem e exigem que isso possa ser acompanhado durante todo o tempo pela população e pela categoria. Onde estamos, o que estamos fazendo e como estamos fazendo? É preciso que a categoria e a sociedade conheçam o trabalho do Conselho, acompanhem sua trajetória, para dela poder participar.

O caráter coletivo do nosso trabalho não se esgota, contudo, na possibilidade que nele estejam muitas Psicologias e muitas psicólogas. Ele é também um projeto coletivo porque se realiza no diálogo com outras profissões, no diálogo com a sociedade, no diálogo com os movimentos sociais. Nossa presença nos Conselhos e nosso projeto para a profissão representou protagonismo social. Construímos esse protagonismo na medida em que, pelo projeto do compromisso social da profissão, atuamos na luta por políticas públicas de garantia de direitos, na luta pelos Direitos Humanos, na defesa da diversidade, na luta pela igualdade. Hoje, não é possível falar de políticas de garantia de direitos para a criança e o adolescente, falar da defesa do SUS e da política de Reforma Psiquiátrica, falar de políticas de garantia de direito à diversidade, falar de uma escola inclusiva, falar da luta contra a patologização e judicialização da sociedade, falar em direitos humanos, sem se remeter ao papel, agora histórico, da Psicologia nessas lutas. Ganhamos reconhecimento na medida em que ampliamos nosso protagonismo na luta por políticas públicas de garantia de direitos e fizemos isso em parceria com os movimentos sociais e em permanente diálogo, participação e controle junto ao Estado. Essa é uma perspectiva, portanto, que precisa se manter e ela fala do caráter coletivo do nosso projeto, na medida em que ele está para além da profissão de psicóloga e nos coloca diretamente em diálogo com a sociedade, as outras profissões, as instâncias públicas.

Para terminar, destacamos aquele que pensamos ser o maior desafio dessa nova etapa da história da nossa profissão na sociedade: precisamos reconhecer que esse protagonismo social, na luta por direitos sociais e direitos humanos, nos fez grandes e agora exige que avancemos nas pautas e agendas da profissão necessárias à presença qualificada nesse campo. Ampliamos nosso trabalho nas políticas públicas, ampliamos nosso reconhecimento social. Entendemos que essas conquistas trazem um grande desafio: reconhecer as necessidades da profissão resultantes e trabalhar a partir das mesmas. Sem dúvida, a ampliação de espaços de intervenção e o reconhecimento de novas demandas para a Psicologia nos colocam em um novo patamar do ponto de vista da construção de uma atuação qualificada ética e tecnicamente. Os desafios dizem respeito desde as condições sob as quais esse trabalho se realiza, até a legitimação de novos recursos e intervenções da Psicologia, em diálogo com outros campos de saber.

Firmamos, ao assumir a gestão do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, o nosso compromisso com o desenvolvimento de todos os projetos necessários à qualificação da presença do trabalho profissional da Psicologia na sociedade e o propósito de que isso seja feito de forma viva, em conjunto sempre com os muitos coletivos da profissão e da sociedade que conosco partilham uma mesma utopia de transformação social.

Nesse sentido, a posse é de todos nós e o trabalho vindouro também. Boa trajetória para nós! Que ela marque a história da Psicologia na direção da construção da democracia e da igualdade.

Ao percorrer as páginas desse relatório, encontramos vivos esses princípios no percurso da gestão e das ações realizadas. Nele está o compromisso da Psicologia com transformação social, a defesa intransigente de direitos humanos e de políticas públicas, o compromisso com o rigor e a transparência na gestão da entidade a partir do reconhecimento de seu caráter público, a definição das estratégias para o diálogo e a aproximação com a profissão que foram sendo desenhadas, a sistematização dos produtos que representaram contribuições ao desenvolvimento de sua qualidade técnica e ética, o diálogo com as demais entidades da Psicologia e o com o Sistema Conselhos de Psicologia, a parceria com os movimentos sociais e a atenção às demandas sociais. Nele está toda a dimensão coletiva do trabalho realizado ao longo desses anos, por essas muitas pessoas que conosco foram chamadas a tomar posse do CRP SP em 26 de setembro de 2016.

Com elas nos despedimos, e o fazemos com a certeza de que deixamos as portas abertas para a participação nesse espaço público de construção da profissão e um patamar importante para a continuidade do projeto de uma Psicologia que esteja todo dia, em todos os lugares, comprometida com uma sociedade mais democrática e igualitária.



povos indígenas e psicologia
a procura do bem viver

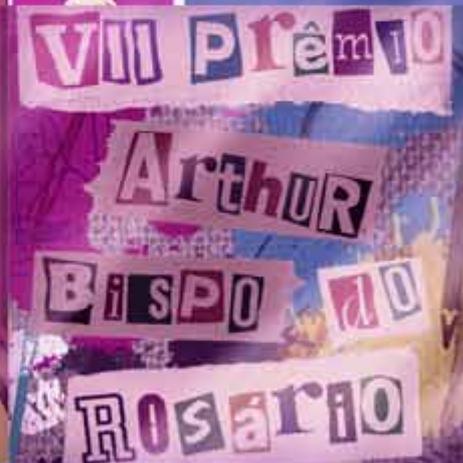
CADERNO DE DEBATES **Visitas institucionais à Fundação Casa São Paulo**



Seminário Estadual sobre **Psicologia, deficiência e pessoas com deficiência:**
desafios e perspectivas para a atuação profissional comprometida com a garantia de **direitos a uma vida autônoma**



NÃO HÁ CURA PARA QUEM NÃO ESTÁ DOENTE!
O RESPEITO ÀS DIFERENÇAS É CONDIÇÃO FUNDAMENTAL PARA UMA VERDADEIRA DEMOCRACIA.



+ Suas Cadeias = Não à Redução da Maioridade

SEMINÁRIO **CRIANÇA E ADOLESCENTE**
AVANÇOS E DESAFIOS NO DIÁLOGO DOS DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

UMA QUESTÃO DE ORGULHO: **DIREITOS NÃO SÃO PRIVILÉGIOS**

Psicologia e Políticas Públicas
Terceríssima Edição 2017-2018



Conselho Regional de **PSICOLOGIA SP**



NOTA DE ENCLAARECIMENTO
Contribuições da Psicologia do Esporte para a sociedade

SEMINÁRIO **DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS**

CONTRA A CULTURA DO ESTUPRO

SAÚDE NÃO SE VENDE
LOUCURA NÃO SE PRENDE
POR POLÍTICAS PÚBLICAS
ANTIMANICOMIAIS

10 ANOS
do SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONTRIBUIÇÕES DE PSICÓLOGOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA DO CUIDADO

SEMANA DA LUTA ANTIMANICOMIAL 2015
MANICÔMIO PERSISTE E A LUTA RESISTE

LANÇANDO IDEIAS
RODA DE CONVERSA SOBRE LANÇA-PERFURANTE